

REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO RUI BARBOSA - IRB

REUNIÃO COM OS MEMBROS DO COMITÊ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA 29/03/2022

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Bom dia! Bom dia a todos os presentes! Hoje, neste dia especial, dia em que nós reunimos o Comitê Técnico de Educação, essa direção, do Biênio 2022/2023, pela primeira vez. Mas também este dia especial por ser aniversário da Cidade de Salvador, 473 anos. E aqui estes trabalhadores comprometidos do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, dos Municípios da Bahia, nos recebendo com tanto carinho neste dia em que eles comemoram essa festividade tão bonita. Então aqui fica o nosso registro de cumprimento à cidade. A nossa gratidão, presidente Marcus Presidio, pelo acolhimento que o senhor fez a todos nós. É uma alegria muito grande poder compartilhar desse acolhimento que o senhor nós dar. Eu vou passar a palavra imediatamente ao presidente, porque eu sou só convidado. Depois a gente faz os registros. O dono da casa ele. Então, presidente, por favor!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO MARCUS VINICIUS DE BARROS PRESIDIO (TCE-BA) – Bom dia a todos! O dono da Casa são vocês! A cidade faz aniversário hoje, e quem ganha o presente somos nós, com a presença de vocês aqui neste evento do Comitê de Educação do IRB. Eu queria saudar a todos os presentes e aos que nos acompanham virtualmente na pessoa do nosso Curi, um amigo querido aí. Dar o nosso bom-dia e boas-vindas, Curi! E agradecer a presença de todos, aqui, tanto presencialmente como virtualmente. Pra nós é uma grande satisfação, presidente Rodrigo, conselheira Carolina, que sempre atenta e comandando o nosso processo aqui de educação em relação ao IRB. E recebe-los. Quero dizer que a Bahia sempre estará de braços abertos pra fortalecer, cada dia mais, as nossas Instituições, a exemplo do IRB, da Atricon. Que, na verdade, trabalham arduamente para nos fortalecer como Instituição. Eu acho que educação foi o segmento que mais deva ter sofrido com essa questão da pandemia. E é um esforço hercúleo tentar recuperar esse

tempo, eu vou dizer claramente, perdido, que foi em relação à educação. Eu tenho uma filha em casa, de 12 anos, que mora comigo. E eu acompanhei de perto essa questão, que como foi sofrido pra educação, pra todos os segmentos, sem dúvida nenhuma, mas a perda em relação à educação de nossas crianças, de nossos jovens, e até dos universitários, enfim, de todos, é muito grande. E tomara, presidente Rodrigo, que seja recuperado. Temos que acreditar e ter a fé e a boa vontade e trabalhar para que possamos recuperar esse tempo perdido. E são atitudes como essa que vão colaborar e ajudar. E eu faço uma reflexão aqui a todos nós, conselheiros, auditores, conselheiros substitutos, técnicos aqui presentes, presidente Rodrigo, conselheiro Inaldo, eu tenho questionado muito a nossa eficiência e nossa ação como Tribunal de Contas. Eu acho que nós temos que refletir muito sobre a nossa eficiência e eficácia nas atitudes, nas ações. E preservando, acima de tudo, o interesse público. E a educação é, sem dúvida nenhuma, o principal deles. Então sejam muito bem-vindos! O que precisarem, nós estamos à disposição de vocês pra recebe-los. E que aconteça mais e mais encontros que, mesmo que a tecnologia tenha nos trazido a possibilidade de estar ali olhando pra outros colegas de outros estados, eu sou defensor ainda do encontro presencial, do olho no olho, do abraço, enfim. Então vamos crer que essa pandemia esteja passando para que, de fato, a gente comece essa missão, que é melhorar a educação do nosso Estado e do nosso País. Muito obrigado! Passarei a palavra ao conselheiro Inaldo, também aqui representando o nosso presidente do IRB, que fará uma breve palavra. Muito obrigado!

O SR. CONSELHEIRO INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO – Conselheiro presidente, se “Educação é da Nossa Conta”, a brevidade é por conta de V.Exa. Porque quando eu pego o microfone, eu gosto de falar um pouco, e passo além da conta. Uma saudação especial a todos, bom dia! Inicialmente aqueles que estão distantes, mas bem próximo ao nosso coração, os conselheiros. Vejo ali a conselheira Cristiana, em nome dela saudamos todos os telepresencialmente, coisa de baiano. Aos aqui presentes, uma saudação toda especial ao nosso presidente, conselheiro Presidio; à nossa conselheira Carolina e à nossa conselheira Susana, em nome delas saudando todas as demais autoridades. Trago aqui uma mensagem de carinho, de afeto do nosso presidente Edilberto,

que estaria presente neste momento, mas por motivo de agenda não pode comparecer, e pediu que fizesse esta recepção, essas breves considerações. E que pra gente, como bem disse o nosso presidente, é um dia de festa. E pelas contradições que a Bahia tem, apesar de ser aniversário da cidade, nós não estamos em feriado. Aliás, Salvador tem essas contradições. Aliás, Salvador é uma cidade, felizmente, contraditória. E neste momento que a cidade comemora 473 anos, nós estamos aqui pra discutir algo que é de uma importância fundamental. E para isso o Tribunal de Contas da Bahia tem ainda um significado todo especial porque a nossa conselheira Carolina Costa comanda, com muita maestria, um projeto que eu considero mais do que exitoso, que tem um nome que realmente diz tudo “Educação é da Nossa Conta”. O conselheiro Gildásio, o nosso corregedor, também está aqui presente, tenho certeza que ele vai tecer alguns comentários. Mas o tema educação, conselheiro Rodrigo, nosso presidente do Comitê, quando vossa excelência me falou sobre essa possibilidade de ser aqui na Bahia este encontro, eu fiquei muito feliz porque, de fato, o tema educação é extremamente preocupante. Eu digo preocupante porque este mês de março - eu vou falar sobre a minha pessoa - eu completo 35 anos de serviço público e 35 anos de Tribunal de Contas, completei no último 23 de março. E ao longo da história, a gente percebe e acompanha, tem conhecimento de vários episódios de corrupção, e entre eles um que me chamava sempre a atenção é aquela questão do leite, da LBV, de longas datas. E agora, mais uma vez, vislumbra denúncias que, se confirmadas, realmente nos preocupa muito. Porque toda corrupção é revoltante. Mas o ato corrupto em si prejudica o presente. Mas quando o ato corrupto tem a ver com a educação, além de prejudicar o presente, compromete o futuro. Então eu digo que toda vez que a prática corrupta está ligada à educação tem essa dupla característica. E ainda, no último sábado, eu li um artigo, presidente, que me chamou muito a atenção, que o título é instigante. “Enquanto isso o País patina na educação”. É um artigo que foi publicado na “Folha de São Paulo”, no dia 26, da ex-reitora da USP, a professora Suely Vilela, que ela enfatiza uma pesquisa do professor Naercio Filho, do Insper, que diz o seguinte, que “em cada um ponto de aumento do IDEB, significa...”, a pesquisa relata isso, “...um aumento de 200% na empregabilidade dos jovens entre 22 e 23 anos”. Cada aumento no IDEB em um ponto significa, diz ainda a pesquisa, “15% no aumento na acessibilidade nas

universidades”. E o que ainda mais me chamou a atenção é que esse mesmo aumento no IDEB significa 25% na redução da criminalidade. Então, de fato, mostra o quanto é importante esse tema, conselheira Carolina, e o quanto é importante este momento. O quanto é importante discutir, repensar medidas que contribuam para o controle público em relação, muito especial, aos gastos com a educação. Mas como disse no início, o presidente enfatizou, é um dia de festa. E eu vou deixar agora os nossos colegas que estão distantes com um pouco de ciúme. Porque a Bahia, Rodrigo, é conhecida, a Cidade da Bahia, aqui Salvador, é conhecida internacionalmente pelas contradições, como disse no início. Aqui o alto se confunde com o baixo, cidade alta, cidade baixa; aqui o preto se mistura com o branco numa verdadeira harmonia entre cores. Aí surgiu dessa combinação entre o preto e o branco todas as cores do arco-íris. É um povo alegre, um povo festivo. Aqui o pobre se mistura com o rico, e os sabores, os cheiros todos da Bahia encantam, e encantam muito. Eu queria muito oferecer um presente a todos. Mas só pra deixar com ciúmes, diz assim, “Oh, vocês não chegaram aqui em Salvador, não vieram comemorar o nosso aniversário, perderam um presente”. Então eu vou pedir que o nosso presidente entregue ao Rodrigo essa publicação do TCE da Bahia, do TCM, da nossa Assembleia, com as imagens da Bahia. A conselheira Carolina poderia entregar também; o conselheiro Gildásio entrega ao nosso conselheiro Rodrigo Siqueira Cavalcante, e ao nosso conselheiro Luiz Henrique, do Mato Grosso, por favor. Faltou alguém que eu não entreguei? Pronto! É o Gerson? Pronto! Lá daquela terra bonita Santa Catarina, viu, mas Salvador é um pouco mais. Receba aqui essa publicação, porque é um presente. É isso. Viu, conselheira Cristiana, não quis vir, perdeu o presente. Um forte abraço a todos! Um grande evento. E até daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE, RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Obrigado, conselheiro Inaldo! Obrigado, conselheiro Marcus Presidio! Vamos continuar essa lógica, a gente vai passando, cada um vai se apresentando, falando um pouco das expectativas, falando um pouco do que espera. Nós resolvemos fazer esse evento de forma híbrida, evidentemente respeitando os colegas que não puderam vir, mas tentar fazer essa conversa mais próxima, porque tem decisões estratégicas pra tomarmos. É o início de um trabalho que nós vamos fazer,

bastante desafiador. Primeiro, desafiador por não contarmos com o conselheiro Miola aqui, que é um abnegado, um dedicado, articular dessa pauta. Então já é desafiador por si só nessa condição. Mas desafiador também porque estamos vivendo um momento pós-pandemia, que mais do que ter trazido problemas novos, escancarou problemas antigos que nós temos, estruturais na educação pública brasileira. Então nesse intuito que nós estamos fazendo essa conversa nesse formato. E aí passar a palavra também a todos os presentes. E por presentes entende-se aqueles que estão no formato virtual. A gente faz um giro aqui pelos presentes, fisicamente; depois a gente passa pelos presentes virtualmente. Pode ser assim? E aí, conselheiro Gildásio, conselheira Carolina, puxam a fila pra nós.

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Bom dia a todos! Cumprimentando os presentes e também aqueles que nos assistem telepresencialmente; conselheiro Paulo Curi, conselheira Cristiana, Terrão, conselheira Rosa, e ainda Alipio. É uma satisfação muito grande tê-los aqui. Mas, além da alegria de recebe-los aqui, eu não posso deixar de fazer o registro da minha imensa satisfação de ter aqui presente num evento que trate da educação da maioria dos nossos membros do nosso Tribunal. Então a presença de quatro membros do Tribunal de Contas do Estado da Bahia demonstra, confirma a importância que nós damos ao tema. E mais do que tudo, a aderência e a união que nós, desde o princípio, lá nos idos de 2017 nos atentamos para a seriedade, e mais do que isso, a prioridade que se precisaria conferir à fiscalização da política educacional. Então, à época, o presidente era o conselheiro Inaldo, passando depois pelo conselheiro Gildásio, e agora o conselheiro Presídio. Em todas essas oportunidades - e aqui eu aproveito pra prestar um agradecimento de maneira específica - o que foi percebido como uma política institucional da Casa foi uma aderência completa, de maneira robusta, as propostas que eram apresentadas no que diz respeito à política educacional. Então, de maneira muito clara, se demonstra que se tornou uma escolha institucional. E que foi perenizada por meio do Projeto “Educação é da Nossa Conta”, que além de contar do Plano Estratégico do próprio Tribunal, ele também está normatizado por meio de resolução. Então, fica aqui esse registro. Nós avançamos muito no que diz respeito à fiscalização da educação. Com destaque de uma unidade de

fiscalização exclusiva pra questões relacionadas à educação e à tecnologia, é a nossa 5ª Coordenadoria de Controle Externo. Investimos muito na questão da fiscalização através das evidências do confronto de dados. Investimos também no sentido de selecionar servidores que tenham uma especialização. Porque entendemos que nós não poderíamos estar no ambiente da fiscalização com o fiscalizado sem ter um domínio completo do assunto. Então hoje o Projeto “Educação é da Nossa Conta” conta com a coordenadora, que é a Aline Sonobe. Ela tem doutorado no que diz respeito à educação. Inclusive em período “sanduiche no Japão”. Então é uma servidora que é superespecializada nesse sentido, que trabalha em harmonia com a nossa equipe de fiscalização. Só que, senhores, infelizmente mesmo tendo todo esse arcabouço, todo esse relato, nós ainda não conseguimos identificar uma melhora no que diz respeito aos resultados dessa política essencial. Então mesmo com todo esse empenho no que diz respeito ao controle externo, desde quando nós iniciamos em 2017 pra cá, esse nosso empenho, esse nosso esforço, ainda não teve um rebatimento no que diz respeito aos resultados da política educacional baiana. Tanto que nós estamos lá na “lanterninha” no que diz respeito tanto ao ensino fundamental quanto ao ensino médio. Então nós temos os piores índices do Brasil. Conseguimos isso, infelizmente, sermos destaque negativo nesses dois polos. Então, mais do que uma decisão institucional da fiscalização, é preciso ter também uma decisão política dos governantes. Então por mais que a fiscalização seja indutora, ela não é suficiente. Então é preciso termos consciência disso pra que a gente possa, da mesma maneira, enxergar formas de superar essa grande deficiência que causa esse abismo no que diz respeito à política educacional, ao direito de viver e de realizar dos jovens, das crianças, dos adultos, tal como o conselheiro Inaldo acabou de colocar aqui. Então continuemos, né. Como já dizia, invocando aqui o nosso amigo e esse sim patrono, eu diria, Miola, “Avante! Vamos em frente!”

O SR. CONSELHEIRO GILDÁSIO PENEDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE FILHO (TCM-BA) – Bom dia a todos! Quero inicialmente cumprimentar aí o nosso querido Rodrigo Coelho, que preside esse Comitê. Saudar também com entusiasmo a presença do nosso presidente, conselheiro Marcus Presidio; conselheiro Inaldo Araújo; conselheira Carolina Costa, que é a

nossa baluarte aqui, representante com muita ênfase no setor educacional; e demais conselheiros. Quero cumprimentar todos. Sejam bem-vindos os que estão aqui presencialmente e também aqueles que nos acompanham de forma virtual. A temática trazida, já fortemente traduzida aí pelas preocupações da conselheira Carolina Costa, conselheiro Inaldo, conselheiro presidente Marcus Presidio, conselheiro Rodrigo, traz de fato uma preocupação muito grande. Me parece que nessa retomada, Rodrigo, que o Comitê se debruça de forma presencial pós-pandemia, a situação se mostra ainda muito mais desafiadora. Os reflexos do processo da pandemia em todos os setores são gravíssimos; no setor educacional é alarmante! Digo disso não, tão somente, a preocupação principalmente se espalha sobre o setor público, mas há números que mostram com muita força o retrocesso que esse momento que o mundo viveu, e o Brasil sobretudo, e nossa realidade se debruça. São retrocessos que precisam ser corrigidos ou minimizados com muito esforço e com muita dedicação. E a preocupação que a conselheira Carolina traz, embora o Tribunal, já há algum tempo vem imprimindo uma preocupação e uma leitura muito específica sobre a qualidade e a efetividade da política pública educacional, no nosso caso ainda não tivemos os resultados esperados. E é uma preocupação ainda que traz, que me parece ser também uma demanda do Comitê, eu quero também já lançar, da necessidade do controle, de certa forma, se reformular em relação à própria expectativa desse tipo de atuação. Do ponto de vista de recursos - e essa é uma grande discussão que se mostra muito clara -, há dados, embora controversos, de que não é só por conta da questão de dispêndio financeiro que se tem uma educação no patamar que existe no Brasil. Dados mais recentes mostram que há países com aplicação per capita PIB relação que tem e que tiveram resultado muito mais promissor. E nós, do controle, e aí se todos temos culpas, nós precisamos também nos inserir nessa realidade da efetiva cobrança do controle da qualidade da política pública empreendida. Recursos, embora tanto a própria ordem constitucional reservou aplicações mínimas no setor de educação. Agora, inclusive é um assunto, conselheira Carolina, parece também deve estar no horizonte deste Tribunal, conselheiro presidente, foi aprovada recentemente, em dezembro do ano passado, a ampliação do percentual, ou pelo menos da distribuição do ICMS dos estados. A legislação brasileira, através da Constituição, reservou 25% para que os Estados pudessem dotar com a

iniciativa de lei a sua distribuição do ICMS. Aqui, no caso da Bahia, nós tínhamos, eu me lembro ainda que eu cheguei até empreender um esforço - fui parlamentar por alguns anos aqui no Estado - uma iniciativa de lei complementar justamente pra alterar aqui, a nossa lei é muito engessada. Somente 25%, dos 25% dividido em três parâmetros: área, população e o IVA, que é a média dos estados. Naquela oportunidade, a gente já tinha lançado a ideia de poder amplificar e, sobretudo, premiar as gestões exitosas, sobretudo, em setores como o de educação e de saúde. E me parece que essa emenda constitucional dando um prazo, inclusive, para que os Estados, até agosto deste ano, alterem a sua legislação, tirando dos 25 para os 35, desde que esse 10% seja empreendido no setor educacional. E é sem querer avançar em uma prerrogativa terminantemente de natureza legislativa e política, mas me parece que os Tribunais podem, devem tentar contribuir sobre a elaboração de paradigmas e números que efetivamente possam primar e valorizar a boa e regular aplicação da educação no que tange a resultados. Digo isso porque os dados aqui na Bahia, trazendo esse contexto, o que acabou naquela oportunidade ensejando a nossa provocação, é que nós temos aqui, até pela própria distribuição espacial, o ICMS da Bahia basicamente está concentrado na Região Metropolitana por conta da questão do refino do petróleo aqui entorno da nossa cidade. E se pegássemos os índices sociais daqueles municípios, o mais recente, o Município de Madre de Deus, que acerca de oito anos atrás tinha a maior receita per capita da América Latina. E se você pegasse os índices sociais daquele município, no setor educacional, no setor de saúde, pouco modificava em relação à realidade dos municípios que não tinham a quantidade de recursos financeiros. Mas não traduziu isso em eficiência na política pública com índices sociais praticamente muito próximos de municípios não tão aquinhoados financeiramente. Então é importante que essa discussão venha, mas que efetivamente se premie e se estimule indicadores, parâmetros, pra que a gente possa estimular as boas gestões, principalmente nesse caso do setor educacional. Eu acho que é um desafio também que se coloca nesse momento para o Comitê, como forma, volto a dizer, sem avançar na prerrogativa legislativa da elaboração das suas leis. Mas tentar contribuir com parâmetros que possam, de certa forma, estimular o valor real da aplicação com a qualidade do ensino e os índices. Então, portanto, eu quero parabenizar e dizer que a Bahia, mais uma vez, se sente honrada. Eu me

recordo que o último evento, conselheira Carolina, antes da pandemia, foi aqui, salvo engano. E espero que a gente agora possa trazer tempos mais promissores. É um bom trabalho. E bem-vindos novamente à Bahia! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Me permita apenas, antes de passar a palavra à conselheira Susana. Nós recebemos, conselheiro Gildásio, falando desse tema que o senhor traz a discussão, na Comissão de Educação da Assembleia, eu também tive, antes do Tribunal, tive uma vida parlamentar, fui presidente da Comissão de Educação, nós levamos lá uma mestre, que a tese de mestrado dela - ela é de São Paulo, conselheira Cristiana -, professora Júlia Brandão, a pesquisa dela foi sobre o ICMS em Educação no Estado do Ceará, que é exatamente isso que o senhor traz. Já naquele tempo, ela fez uma verificação no resultado do impacto que teve na política educacional com acréscimo, com a utilização desse percentual, na distribuição do ICMS. O que se comprovou foi que, mesmo os municípios que perderam recursos do ICMS, por conta de terem resultados inferiores àqueles que tiveram êxito maior, eles evoluíram nos resultados educacionais. E comparado com cidades espelhos, ou seja, cidades com as mesmas características em outros estados, todas as cidades verificadas no Estado do Ceará evoluíram, tanto nos índices educacionais como nas suas taxas de desenvolvimento. Então é uma prática que realmente se mostrou exitosa cientificamente. Foi testada e eu fiz a citação aqui para que o Tribunal que queira fazer contato com essa professora, que estudou o Estado do Ceará, foi o primeiro estado que implementou. No Espírito Santo, nós tivemos alteração legislativa antes da emenda constitucional que levou pros 35%. Então lá hoje 12% é relativo ao índice de qualidade educacional. E o Governador lá está verificando se vai aumentar esse percentual dos 35%, se ele vai redistribuir, como fará. Então aqui, eu só deixo esse relato porque tem realmente essa possibilidade que o senhor traz aqui pra nossa discussão. Conselheira Susana, por favor!

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA MARIA FONTES DE AZEVEDO FREITAS (TCE-SE) – Bom dia a todos! Eu gostaria de cumprimentar a mesa em nome de todos. O nosso presidente do Tribunal de Contas da Bahia, nosso amigo

Presidio; o nosso presidente do Comitê; e principalmente a conselheira Carolina Costa, que faz um trabalho espetacular, “Educação é da Nossa Conta”. Tanto que nós já conversamos muito sobre isso, né, Carolina, pra poder tentar até levar um piloto do projeto da Bahia pra Sergipe. Mas eu gostaria de dizer... Também cumprimentar aqueles que estão virtualmente, nosso amigo Terrão, Rosa, Naluh, que estivemos ontem juntos na nossa reunião do GT, um trabalho que nós estamos desenvolvendo sobre gênero, para que nós tenhamos uma equidade, igualdade em todos os Tribunais entre homens e mulheres. Para que as mulheres possam sobressair e ocuparem mais cargos de liderança nas estruturas dos Tribunais de Contas. Mas o que eu quero dizer é o seguinte. Eu gostaria de dizer à conselheira Carolina, que ela tem esperança, o trabalho na educação é um trabalho muito difícil. Muitas vezes a gente faz tudo “certinho”. Mas às vezes a gente fica naquela frustração que os resultados não chegam. É porque, principalmente com a pandemia, se nós já tínhamos antigamente, antes da pandemia, uma diferenciação enorme, da escola pública da privada, quando nós temos assim os recursos que nós gastamos todos os meses nas escolas públicas, são recursos vultosos. E nós não estamos vendo o resultado de tudo isso aí. Quando se coloca transporte, merenda, custeio das escolas; quando se coloca o salário dos professores, não é possível que uma escola particular gasta muito menos pra dar uma escola de qualidade. Então é isso que é o nosso grande desafio como fiscalizadores, como controle externo. Que esse dinheiro realmente seja entregue à sociedade em forma de um serviço de qualidade. E é o que temos que lutar é pela eficiência. Então lá em Sergipe nós criamos um grupo chamado “Pacto pela Educação”. Então nos reunimos mensalmente, o Ministério Público Federal; o Ministério Público Estadual; a Uncme, que é a União dos Conselhos Municipais, que também são os nossos fiscalizadores; os secretários municipais numa entidade chamada Undime, União de todos os Dirigentes Municipais; secretário da Educação do Estado; o Ministério Público de Contas também faz parte. E temos conseguido, surgidos assim, vários aspectos que nós estamos resolvendo no Pacto. E os dirigentes levando para seus municípios, e para o próprio Estado. O pacto realmente é uma realidade que tem dado resultados satisfatórios, mas tudo assim é muito. O volume de trabalho é muito grande. O que nós tínhamos que fazer não é pra amanhã, urge. Porque nós temos uma grande obrigação que é levar educação de qualidade,

principalmente àqueles que precisam, a quem mais precisa, que são os alunos das escolas públicas. E então nós conseguimos através do Pacto diminuir o número de escolas multisseriadas. Tinha município lá que tinham 30 escolas multisseriadas. Uma escola que apenas um professor pra ensinar 12, 15 alunos num povoado, 5ª série, 6ª série, 7ª série. Então não aprendiam nada. Nem a professora ensinava, nem as crianças aprendiam nada. Porque um professor não tem força humana de ensinar a seis séries ao mesmo tempo. E nós conseguimos isso. Nós diminuimos muito a questão da multisseriada. Temos promovido aqueles encontros de educação também. Encontro da educação. Eu quero dizer que o último encontro de educação foi aqui mesmo, no Auditório da Assembleia, presidente. Acho que quem estava como presidente. Foi um encontro excelente que veio o Prefeito de Sobral. Foi muito bom o encontro, não é conselheiro Coelho. Logo depois veio a pandemia. E com isso, eu acho que tudo isso aí, a pandemia, ainda aumentou as nossas dificuldades. Então nós temos assim que arregaçar as mangas e trabalhar. E quanto à questão dos dados do IDEB, quanto à questão dos gestores, que a Carolina colocou aqui, eu gostaria de dizer aqui que nós temos município lá, gestores altamente comprometidos com a área da educação. Os gestores eles respiram educação. E com isso eles modificaram até quem não tinha votado neles, começaram a votar porque sabem que os filhos têm uma educação de qualidade, e daí eles podem ser o que quiserem na vida. E os resultados são realmente de uma forma que quem não deu a atenção devida, que não teve um olhar diferenciado para educação, quem não fez o dever de casa, vamos dizer assim, é uma diferença muito grande. Então quando vemos uma cidade como a de São Cristóvão, uma cidade vizinha à Aracaju, uma cidade histórica, tem um gestor, um prefeito, e a secretário de educação, porque também depende muito do secretário, quem está dirigindo a educação daquele município. Quando eles fazem realmente um trabalho diferente, os resultados chegam. Passam a ser parceiros do Tribunal de Contas. Qualquer dúvida eles estão lá no Tribunal de Contas. Então nós temos também que... é um trabalho de convencimento também com o gestor. Nós não podemos interferir nas suas administrações. Mas também podemos conversar. Fazer um Termo de Ajustamento. Não sei se vocês têm aqui o Termo de Ajustamento. Conversar com o gestor, mostrar as eficiências que ele tem no seu município através da educação. E tentar realmente modificar aquele quadro.

Porque os resultados são claros! Quem investe em educação, tem sim um resultado satisfatório. Então era isso. Estou aqui para aprender com os colegas, pra ajudar no que for preciso. E que nós temos uma grande missão, que é melhorar o sistema educacional do País, fazer com a bandeira de Miola seja seguida, né, presidente, porque Miola foi um presidente abnegado na área de educação. E temos assim pessoas aqui como Terrão, que também tem grandes exemplos lá em Minas Gerais. Temos o conselheiro Fabrício, no Rio de Janeiro, que também fez um trabalho muito interessante. Eu acho que é isso, é a somação de nossos esforços, presidente, que nós vamos chegar realmente a melhorar a educação. E lembrando, mais uma vez, que nós temos que chamar os gestores. O Tribunal tem essa responsabilidade. Nós somos os guardiões da Constituição na questão do erário, na questão dos recursos públicos. Então se o gestor não está bem naquela área, eu acho que o Tribunal precisa chamar ele à atenção, precisa chamar ele à sua responsabilidade, e tentar modificar o quadro da educação no seu município, no seu estado. Muito obrigada! Estou aqui às ordens.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheiro Rodrigo, por favor!

O SR. CONSELHEIRO RODRIGO SIQUEIRA CAVALCANTE (TCE-AL) – Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar a mesa nas pessoas dos nossos presidentes, conselheiro Rodrigo, conselheiro Presidio. Gostaria também de parabenizar a Cidade de Salvador pela passagem do seu dia. E me colocar à disposição do Comitê pra poder contribuir um pouco com a construção de uma educação cada vez melhor. Eu lembro que o mundo passa na atualidade por uma grande revolução. E talvez essa revolução, que nós vivemos nessa atualidade, seja muito mais forte do que a própria Revolução Industrial. Mas estamos aí. Os sinais, o mundo próspero nunca foi tão próspero, a transformação digital nunca nos impactou de uma forma tão grande. De modo que não dá pra gente possa pensar em controle externo, fazer o controle externo de uma forma clássica, haja visto que a educação tem se transformado, não só pelo uso de novas tecnologias, mas também pela modificação das metodologias educacionais. Então, presidentes, eu, com estas palavras eu me coloco à inteira disposição do Comitê, até pelo adiantado da hora, eu me reservo o direito de me

poder me manifestar posteriormente com as ideias que eu tenho pra tentar contribuir um pouco com o trabalho do Comitê.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Perfeitamente! Conselheiro Luiz Henrique

O SR. CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE LIMA (TCE-MT) – Bom dia a todos! Primeiramente bom dia aos que estão mais distantes, nossos queridos colegas. Presidente Rodrigo, presidente Presidio e todos os colegas aqui, estou muito entusiasmado, muito entusiasmado, porque eu entendo que vivemos um momento de retomada geral de atividades. E a nova diretora da Atricon, a nova diretoria do Instituto Rui Barbosa, a nova composição desse Comitê trazem essa possibilidade de renovação e reflexão sobre essa política pública. Educação é a principal política pública do Estado. Não há outra que chegue perto. Ela atinge o maior número de famílias, o maior número de pessoas, ela envolve o maior número de recursos públicos, ela enfrenta as maiores dificuldades, e ela é a decisiva para o potencial de uma sociedade democrática, justa, desenvolvida, próspera. Então educação tem que ser sempre a prioridade da atuação de Órgãos de Controle que estejam a serviço da sociedade. Desenvolver esse trabalho é um enorme desafio pra os nossos Tribunais. E eu penso que esse Comitê tem uma função estratégica nessa reflexão, nessa articulação. Os problemas são conhecidos, os colegas descreveram alguns. Eu não me canso de me revoltar, colegas, quando eu me debruço nos dados do senso escolar e verifico que nós temos mais de mil escolas no Brasil que não tem um banheiro, que não tem um sanitário, para alunos, professores e trabalhadores. Escolas no Brasil que não têm luz elétrica. Não estou falando de conectividade, de internet 4G; banheiro! Aqui, próximo da capital Salvador; próxima da capital Cuiabá. Como nós podemos tolerar isso? Nós, Tribunal; nós, sociedade! Então os desafios vão desde infraestrutura até a formação de professores, a evasão escolar, a continuidade no processo educacional. Os desafios são enormes! E eu penso que nós temos um potencial muito positivo para intervir. Já adianto, se possível, presidente, algumas sugestões. Eu penso que temos que trabalhar muito a articulação interna dentro dos nossos Tribunais. Eu fico feliz de ver aqui, como destacou a conselheira Carolina, essa grande participação dos membros do TCE da Bahia nesse tema. Seria bom que todos os Tribunais tivessem o

mesmo tipo de comprometimento com a prioridade à causa educacional. Eu penso que também devemos priorizar algo, que pelo menos eu não consigo identificar tanto lá aonde estou, que é a articulação com o Poder Legislativo. O presidente Rodrigo veio do Poder Legislativo, veio da Comissão de Educação. Mas uma grande parte dos Tribunais que eu conheço, as comissões especializadas do Poder Legislativo não atuam e não comunicam nem para as nossas auditorias operacionais focadas em determinados temas. Então, embora nós tenhamos um papel de interação institucional importante com o poder legislativo, na prática atuamos como mundos paralelos. Então essa articulação em parece também fundamental. E uma terceira sugestão que eu gostaria já de colocar na mesa pra reflexão é uma experiência, uma micro experiência que eu tive ano passado e que surtiu algum resultado. Quando houve a regulamentação do novo Fundeb e algumas medidas passaram a ser cobradas dos gestores municipais principalmente, termos de contabilidade, composição de conselho, etc., eu tomei iniciativa, na época eu estava responsável por uma relatoria, tomei iniciativa de emitir termos de alertas individualizados para os prefeitos. Em vez de fazer uma nota genérica, uma recomendação aberta, publicamos um termo de alerta, encaminhamos e fixamos um prazo de acompanhamento. Para que aquele gestor tivesse conhecimento, “Olha, surgiu uma obrigação a partir de uma emenda constitucional, a partir de uma lei nacional. Essa obrigação vai ser objeto de verificação do Tribunal. Quando nós formos olhar as suas contas de governo, a gente vai examinar isso. Então eu tô te avisando pra você já...pra não cair numa situação de inconformidade”. E teve um efeito muito bom. Esses jurisdicionados responderam melhor, não todos, mas do que a média dos demais jurisdicionados que não receberam o termo de alerta. E é a mesma coisa em relação à previdência complementar. Eu até vi uma matéria sobre o Espírito Santo, que alguns municípios podem perder recurso porque não implantaram a previdência complementar. Nós também fizemos termos de alertas individualizados com relação à instituição da previdência complementar. Então eu penso que muitas vezes esse é um papel do Tribunal, que é um papel ou de orientação, mas também de dar um susto neles, “Olha, nós estamos de olho individualmente em vocês”. Então, presidentes, seriam estas basicamente algumas reflexões iniciais. E o nosso conselheiro Inaldo foi muito gentil, generoso, em nos presentear com o livro sobre a Bahia. Eu não tive condições

de trazer livros pra todo mundo, mas eu trouxe dois exemplares aqui que eu gostaria de presentear o presidente do TCE da Bahia e o presidente do nosso Comitê, são dois livros sobre o nosso trabalho sobre controle externo.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheiro Gerson Sicca é o último que está aqui conosco. Depois vamos passar a palavra para os que nos acompanham virtualmente, viu?

O SR. CONSELHEIRO GERSON DOS SANTOS SICCA (TCE-SC) – Obrigado! Inicialmente cumprimentar o Tribunal de Contas da Bahia, em nome do nosso presidente Marcus Presidio; cumprimentar o nosso presidente Rodrigo, do Comitê Técnico da Educação, agradecer a oportunidade de estar aqui hoje. Uma grande alegria retornar à Bahia. Vim ao último evento na área de educação, foi um evento aqui na Bahia, viemos a convite da nossa querida amiga, aqui, conselheira Carolina. É sempre muito bom estar na Bahia, uma grande alegria poder presencialmente encontrar todos. Eu me senti contemplado em todas as falas aqui. De fato, os problemas são conhecidos, são enormes, desafiadores. A situação da pandemia agravou enormemente o universo da educação brasileira. Nós já sabemos todo o espectro de desigualdade que nós temos, e problema de financiamento que nós já hoje tivemos avanço com a emenda do Fundeb, mas sabemos que ainda dá desafios. O conselheiro Gildásio bem colocou a importância da regulamentação da Emenda Constitucional 108 em relação ao ICMS. Vou então procurar pontuar alguns pontos que eu penso que são relevantes e que acabaram estando aqui em todas as falas anteriores. O primeiro aspecto, a conselheira Carolina bem falou que a despeito de todo trabalho que fazemos, muitas vezes não encontramos resultados a curto e médio prazo. Isso acontece em todos os estados do Brasil, me parece, salvo algumas exceções de experiências localizadas que são muito importantes. Nós sabemos que na área de educação os resultados, às vezes, eles demoram a aparecer diante de várias situações que envolvem segurança pública, desigualdade, aspecto de assistência. Muitas vezes a educação não consegue, por si só, o resultado esperado apenas com implementação de uma política educacional. Isso é uma dificuldade. Mas eu penso que também é uma oportunidade; oportunidade de pensar as políticas públicas de forma integrada. E aí eu penso que há um grande espaço para que os Tribunais de Contas possam trabalhar. E o ponto que me

parece essencial nisso é a atuação em rede. Nós temos experiências muito exitosas. A conselheira Susana já destacou uma boa experiência do Sergipe. Nós temos o Gaepe de Rondônia, Paulo Curi aqui está. Nós temos a experiência de Minas Gerais também, nosso amigo Cláudio tem toda uma trajetória lá, como “Na Ponta do Lápis”, com diálogo com os gestores. Temos a experiência do Gaepe de Goiás, do Gaepe nacional. Então eu penso isso é um ponto que nós precisamos explorar pelo Comitê, potencializar. E também nos Tribunais de Contas como um todo. Porque a política educacional tem uma comunidade muito fortalecida, gestores da educação, profissionais da educação, comunidades escolares, associações de pais e professores. E uma coisa que eu aprendi na atuação, lá em Santa Catarina, é que nós, como Tribunal, só vamos obter resultados se nós primeiro, conseguirmos fortalecer os vínculos com todos esses atores. Esse é o ponto essencial. Nós tivemos lá, nós temos um Gaepe, com nome de Gaepe, já tem alguns anos, um trabalho articulado que envolve universidades, União dos Conselhos Municipais de Educação, a Undime, Federação dos Municípios, Comissão de Educação da Assembleia, Conselho Estadual de Educação. E nós temos um trabalho de atuação de acompanhamento, de monitoramento dos planos de educação. A partir desse trabalho, que tem reuniões periódicas, conseguimos espalhar pra outras áreas, ampliar a atividade. Então eu vou dar dois exemplos concretos, um, retorno às aulas. Santa Catarina, em 18 de fevereiro do ano passado conseguiu criar condições pra que todos voltassem às aulas, não só no Estado. Que a partir desse trabalho integrado, onde o Tribunal participou, Ministério Público, nós criamos um protocolo para rede estadual, para os 295 municípios e para as escolas particulares. Porque nós tínhamos que combater a desigualdade, não era aceitável que um município retornasse e outro não retornasse. Um ponto que foi estabelecido. Em 2020 nós discutimos e aprovamos o protocolo comum, e isso permitiu então que todos retornassem em 2021. O outro ponto, que o conselheiro Gildásio mencionou, do ICMS, esse grupo também desenvolveu uma metodologia que leva em consideração resultados educacionais, mas também condição socioeconômica dos alunos. Chegando ao nível das escolas dos alunos. Sendo que a forma estatística foi estruturada pelo Tribunal de Contas, mas com a participação de todos os atores, Assembleia Legislativa, Secretaria Estadual da Fazenda, Secretaria de Educação, entre outras. Então

eu penso que essa atuação em rede tem que ser uma prioridade do Comitê e também dos Tribunais de Contas. Como nós já temos experiências muito exitosas. E o próprio Espírito Santo, né, conselheiro Rodrigo, eu penso que esse Termo de Ajustamento de Gestão, que vai ser assinado agora em maio, que procura disciplinar, estabelecer diretrizes para o regime de colaboração, ele é um aprendizado para como os Tribunais têm que atuar. Ou seja, utilizar dados, dialogar com os atores da educação e gestores. E depois, a partir desse conhecimento da extração dos dados e da realidade educacional firmar um compromisso concreto e cobrar resultados. Porque aí entra nessa questão, nós precisamos de resultados. Acho que isso é um ponto importante de aprendizado que nós temos que levar em consideração. Apenas pra finalizar a minha fala aqui. Eu acho que aquela máxima do movimento ambiental, que é pensar globalmente e agir localmente, ela é essencial. Nós temos que participar dos debates nacionais, compreender a importância deles no cenário nacional. O Comitê precisa estar sempre atuante, mas, ao mesmo tempo, nós temos que utilizar todo o nosso conhecimento de expertise lá no município, lá no estado, porque a partir da experiência da atuação local é que nós conseguimos ter boas ideias até para as grandes pautas nacionais. E eu fico muito feliz que o Comitê da Educação ele conseguiu fazer muito bem isso ao longo dos anos, e amadurecer essa discussão. Ao mesmo tempo que nós temos discussão na Câmara dos Deputados, que nós acompanhamos, Senado Federal, Ministério da Educação, nós conseguimos ter atuações nos Tribunais de Contas. E realmente aqui, pra finalizar, eu penso que o que nós temos que pensar também como estratégia, eu fico muito feliz com o Comitê, conselheiro Rodrigo, é porque aqui nós conseguimos mapear lideranças nos Estados. E aí, a política educacional, a execução da política educacional, o acompanhamento dessa política, ela nos ensina também que nós temos que aprender a olhar pra nós mesmos. Acho que o Luiz Henrique tocou um pouco nisso. Como é que os Tribunais de Contas fiscalizavam a educação? Porque muitas vezes eu vi, eu já tenho 15 anos de Tribunal, alguns resultados de auditoria, que foram produzidos um relatório técnico, etc., mas eles estavam um tanto quanto distantes daquilo que acontecia lá no chão da escola. Coisas mínimas, por exemplo, uma conclusão no sentido de que não podia repassar dinheiro direto pro diretor pra ele fazer a pequena despesa do vidro que quebrou. E aquilo ali gera um

problema enorme no dia a dia da escola. Principalmente quando se conhece quando a escola funciona, pode... Tem que pensar numa solução, já existe o PDDE, por exemplo, que tem essa solução. Nós vamos aprendendo a criar alternativas mais realistas. E um ponto essencial é que nós precisamos ter lideranças estratégicas nos Tribunais de Contas. Aquela compreensão da administração, nível estratégico, gerencial, operacional, ela tem que funcionar internamente também. Conselheiros, conselheiros substitutos, que estão nos Tribunais, eles têm que ter a compreensão clara de que eles são níveis estratégicos, conduzir processos internos de como repensar a fiscalização da educação. Levar isso pra presidência, sensibilizar, mostrar que tem que ser um compromisso institucional que passe por várias gestões. E acho que o Comitê cumpre muito bem esse papel. Agregar essas lideranças e também reproduzir boas práticas em todo o País. Então essa seria a minha fala inicial. Acabei me estendendo. Mas apenas pra pontuar esses pontos, que penso que são bem importantes. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Nós vamos passar a palavra aos nossos colegas que estão no ambiente virtual. Se vocês me permitem, pra que eu não privilegie, vou fazer de ordem de chegada no ambiente virtual. Porque aí eu me salvo das escolhas, né? Só lembrando que o nosso grande desafio para essa pauta da manhã é nós aprovarmos uma espécie de plano estratégico. Porque está claro na fala de todo mundo que há uma angústia represada, que nos faz querer tomar muitas atitudes ao mesmo tempo, e a nossa capacidade é limitada. Então “a gente precisa escolher as nossas batalhas”, como diz uma colega que me acompanha nessa reunião de hoje. Então passo a palavra ao conselheiro Paulo Curi, que foi o primeiro a chegar. Ele tem um espaço dedicado a ele à tarde. Mas aqui ele não vai ficar sem dar essa primeira saudação pra gente.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Conselheiro Rodrigo, bom dia! A conselheira Cristiana chegou antes de mim. Não sei se ela está conosco.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – A conselheira Cristiana precisou se retirar. A gente percebeu a saída dela. Ela já tinha falado que ia sair. Por isso que eu estou lhe passando a palavra imediatamente.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Está ótimo! Muito obrigado! Quero cumprimentar o conselheiro Rodrigo, coordenador técnico do CTE IRB. Que tem uma desafiadora missão de suceder o conselheiro Miola. Certamente não será fácil, pois o conselheiro Miola conseguiu, definitivamente, com apoio de muitos outros conselheiros; conselheiros que foram até pioneiros nessa priorização da educação, como Cláudio Terrão, colocar a política educacional definitivamente na agenda dos Tribunais de Contas. Apesar desse desafio, conselheiro Rodrigo, o senhor já demonstrou claramente que ostenta todas as competências necessárias pra suceder à altura o nosso querido conselheiro Miola. Que nos deixa muito animados com as perspectivas futuras do CTE IRB. Quero cumprimentar também o nosso querido amigo, conselheiro Marcus Presidio. E já dizer que concordo inteiramente com ele, o nosso desafio diário nos Tribunais de Contas é o desafio da efetividade. Eu tenho nas minhas falas aqui, pra tratar da política educacional pelo Tribunal de Contas, invocado muito a ISSAI 12 da Intosai. Que diz que é missão das entidades de controle superior de fiscalização superior se fazer relevantes para os cidadãos. Isso passa, na nossa avaliação, por uma (palavra inaudível) ressignificarmos, revisitarmos a forma tradicional de agir. Eu já estou aqui entre o Ministério Público de Contas e Tribunal de Contas há mais de 20 anos no controle. E devo confessar que no início depositava todas as minhas esperanças de uma atuação efetiva na atuação de conformidade, e no segundo momento nas nossas fiscalizações operacionais. Mas esse tradicionalismo que ainda permeia os Tribunais de Contas de forma geral, pelo menos aqui, no TCE de Rondônia, não tenho a menor pretensão de falar de modo a alcançar a realidade de todos os Tribunais de Contas, não conheço a realidade de todos os Tribunais de Contas. Mas aqui no Estado de Rondônia eu posso dizer que essa postura mais tradicional não nos tornou efetivamente relevante para o cidadão rondoniense. Então na presidência do TCE o que nós procuramos fazer é tentar introduzir uma nova agenda que passa por uma atuação realmente, que procura se colocar como inovadora. O conselheiro Sicca fez alusão ao Gaepe, que foi criado aqui no Estado de Rondônia. Gentilmente o conselheiro Rodrigo reservou um espaço no início da tarde pra nós falarmos dessa experiência. Ela é, de fato, bastante exitosa. Interessante nós compartilharmos com todos os senhores. Mas eu posso dizer que ela é uma das ações, apenas, no universo de outras ações que

nós vínhamos procurando desenvolver nesses dois anos e pouco que presidência no Tribunal de Contas. Ações estas que foram facilitadas, porque nós temos recebido o Tribunal de Contas uma condição bastante benigna, bastante favorável, uma Instituição leve, uma condição de estoque processual, de servidores motivados, com uma estratégica de governança já bastante implementada, que vem facilitando enormemente o nosso trabalho. Eu quero cumprimentar também os conselheiros da Bahia, destacar aí esses conselheiros que são verdadeiras referências pra nós; a conselheira Carolina. O conselheiro Gerson Sicca, logo que fui eleito presidente, fiz questão de visitar o TCE de Santa Catarina pra conhecer o excelente trabalho que ele lidera lá em Santa Catarina. Um pouco das nossas ações aqui, ou boa parte das nossas ações aqui são inspiradas nas ações lideradas pelo conselheiro Sicca lá no TCE de Santa Catarina. Eu não conhecia a conselheira Susana, mas fiquei animado de ouvi-la relatar a experiência lá do TCE de Sergipe. Ela é bastante convergente, conselheira Susana, o que nós vimos fazendo aqui por meio do Gaepe. Eu destaco, sem querer me alongar, até porque tem uma fala aí, um espaço reservado no início da tarde, que a nossa tarefa aqui no TCE de Rondônia tem sido de buscar habilitar a governança sobretudo dos municípios, mas também do estado a implementar as boas práticas que nós vimos preconizando na gestão educacional. Existem várias ações referentes a isso. O Gaepe tem sido um instrumento poderoso pra viabilizar essas ações. Mas como eu disse, existem várias ações em curso, executadas pelo Tribunal de Contas, junto com o Ministério Público de Contas, em parceria com as demais instituições de controle. Só para citar alguns poucos exemplos. Nós apoiamos os municípios depois de termos enfatizado a importância e implementado uma série de ações no âmbito do Gaepe pra assegurar o retorno às atividades presenciais. Não tão rapidamente como fez o TCE de Santa Catarina, lá com Sicca. Nós só conseguimos viabilizar aqui em Rondônia o retorno às atividades presenciais a partir do início do segundo semestre de 2021 porque houve uma...da pandemia no primeiro semestre de 2021, todo nosso planejamento era para o retorno ocorrer no início de 2021. Mas não foi possível porque a situação ficou dramática aqui em função de uma explosão das contaminações, de um colapso na saúde, inclusive. Então o retorno só se fez possível a partir do início do segundo semestre de 2021. Mas o Tribunal de Contas acabou por apoiar os municípios a

realizar uma avaliação diagnóstica nesse retorno. 80% dos municípios, 82% dos alunos do ensino fundamental participou dessa avaliação diagnóstica. Foi a maior avaliação diagnóstica já feita no Estado de Rondônia. A SEDU, que nunca havia atuado nesse sentido, e diante da percepção que temos, que essa avaliação diagnóstica era fundamental no retorno pra que tivéssemos uma percepção clara das lacunas e da verdadeira tragédia deixada pra uma suspensão tão prolongada das atividades presenciais, nós entendíamos que era urgente apoiar essa avaliação diagnóstica. O que nós fizemos foi levar os gestores ao contato com os instrumentos disponíveis pra essa avaliação diagnóstica, que foi gratuita. O único curso que os municípios tiveram foi imprimir as provas que seriam entregues aos alunos. O Tribunal de Contas dedicou um ou dois servidores pra apresentar esses mecanismos aos municípios e pra ajudar na interpretação desses resultados. E o resultado foi, como já era esperado, muito ruim. Cerca de 24% dos nossos alunos, no final do 3º ano do ensino fundamental, no momento que já deveriam estar plenamente alfabetizados, estão analfabetos, sem conhecimento, sequer, rudimentares do letramento vernáculo. Há um desafio tremendo a ser desenvolvido. Há uma urgência em implementar medidas pra recuperar o terreno perdido. Nós temos, inclusive, colocado gestores em contato com especialistas para que eles, já no ano passado, sobretudo a partir deste ano letivo, implementasse uma série de medidas pra recuperar essas perdas, como reforço no contraturno, reenturmação e tantas outras medidas. Nós também formulamos um questionário sobre nove pontos aqui pelo TCE de Rondônia, entregamos aos municípios. Não foi uma ação de fiscalização. Esse questionário, ele consolida todas as boas práticas nacionais, internacionais na gestão educacional. Ele procura induzir gestão orientada a resultados, avaliação e monitoramento, questões relacionadas a currículo, material didático, seleção, lotação e contratação de profissionais da educação, articulação política, política de incentivo, enfim, são nove temas. Então, como eu disse, não foi uma ação de fiscalização, mas apesar disso era voluntária a resposta. 90% dos nossos municípios respondeu a esse questionário. E nós estamos dando uma devolutiva a esses municípios que responderam com um guia bastante didático, de medidas passo a passo pra que ele implemente essas boas práticas. Juntamente nós entregaremos aos municípios o que nós chamamos de uma caixa de ferramentas. Que está composta por cartilhas, entregar aos professores e aos

alunos, elaboradas por especialistas que nós contratamos no Tribunal de Contas pra ações pra recuperar esse terreno perdido, recorrente da pandemia. E também nós estamos confeccionando, nos próximos meses já estará disponível, um sistema; estará disponível para o Estado e para todos os municípios para que possam registrar as atividades que são executadas pelo aluno, para que se tenha um monitoramento bastante rigoroso da aprendizagem desses alunos. Eu até conversei, conselheiro Rodrigo, com o conselheiro Miola; e se for de interesse das demais instituições, esse sistema será disponibilizado pra todo o sistema de Tribunais de Contas. Nós acreditamos muito que esse sistema vai trazer informações bastantes importantes para a gestão educacional. Vai possibilitar a elaboração de painéis gerenciais, gráficos, sobre a evolução da aprendizagem por aluno, por sala, por escola. E também vai trazer insumo valioso par o Tribunal de Contas pra nós definirmos as nossas fiscalizações e também as ações de cooperação e atuação da nossa Escola de Contas. Nós temos também, já finalizo, presidente Rodrigo, um programa que nós chamamos de PAIC, Plano de Alfabetização na Idade Certa. E que nós colocamos, posicionamos especialistas do Tribunal de Contas por meio da nossa escola e da nossa secretaria de planejamento pra induzir gestão orientada a resultados, avaliação e monitoramento e formação continuada dos gestores. Por meio desse planejamento nós também apoiamos eles a elaborar a legislação orçamentária pra garantir os recursos necessários à política educacional, o PPA com metas. E nós apoiamos os municípios na elaboração dos planos de ação pra implementar as boas práticas que são necessárias e que se revelaram lacunosas a partir desse questionário. Para vocês terem uma ideia, das boas práticas que nós catalogamos, menos de 50% estão sendo executadas hoje pelos municípios do Estado de Rondônia. Enfim, existe muito chão pela frente. Mas nós acreditamos que essa forma de agir, que passa pelo diálogo e pela cooperação deve se traduzir no médio, longo prazo, talvez até no curto prazo em elevação dos indicadores educacionais. Essa é a nossa esperança. E a gente espera aí e realmente acredita que nas próximas avaliações a gente começa a ter aí - espero não estar sendo excessivamente otimista, talvez até ufanista - algum resultado na gestão educacional no Estado de Rondônia. Obrigado pela oportunidade! Só pra finalizar aí, eu queria, no início da minha intervenção, cumprimentar todos os presentes. Acabei não fazendo. Quando falo do assunto, me empolgo muito que

às vezes nem consigo parar, viu, conselheiro Rodrigo? Mas eu quero cumprimentar também a conselheira Rosa, que estou verificando aqui presente; a conselheira Naluh, e todos os demais conselheiros presentes; conselheiro Luiz Henrique; os que estão presenciais aí no Município da Bahia. Lamento não ter podido comparecer presencialmente. Espero que consiga, na próxima reunião, nessa importante coordenação do IRB. Um abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-

ES) – Conselheiro Paulo Curi, se eu entendi, um ponto especificamente, o senhor está fazendo um sistema que será alimentado pelos jurisdicionados, é isso? Que vai verificar os resultados de aprendizagem. Depois nós poderíamos conversar, se o senhor desejar, nós poderíamos transformar essa ferramenta numa plataforma do IRB, pra que os Estados acionassem a plataforma pelos Estados, mas está disponibilizado pelo IRB, porque viraria um canal institucionalizado de articulação e de encontro dos Tribunais. Aí nós poderíamos, se o senhor desejar, se puder, conversarmos pra tentar implementar essa estratégia. Porque aí vira um produto do IRB para os Tribunais, oferecido pelo TCE de Rondônia. E aí a gente treinaria os técnicos, em momento oportuno, pra fazer isso como uma estratégia de indução; Porque, pelo o que estou entendendo, é uma coleta de dados que vai alimentar uma plataforma que pode ser retroalimentada permanentemente. E isso tem um valor inestimável. E nós vamos ver no planejamento proposto que é exatamente esse tipo de atuação que eu entendo que o nosso Comitê Técnico tem que fazer. Então se o senhor permitir, eu vou, estou falando “senhor” mas é complicado, né, Presidio, porque o cara tem 20 anos de Tribunal com essa cara de menino, né? Vive no formol esse sujeito. Mas... Porque vir aqui também já é uma primeira entrega pra gente conversar sobre ela. Porque eu entendo que o IRB precisa disponibilizar dados pra população brasileira, precisa ser uma fonte em que as pessoas consultem os Tribunais de maneira nacionalizada. Eu tenho dito muito isso, eu tenho falado que o IRB não pode invadir os Tribunais, propondo uma pauta nacional, sem que essa pauta seja discutida com os Tribunais. Então não vai ser uma pauta nacional, vai ser uma pauta que nasce da base dos Tribunais e se torna uma pauta nacionalizada. Porque ela já está com aderência dos Tribunais na base. Então já fica aqui o nosso primeiro compromisso de desdobramento deste

encontro. Se não tivesse encaminhamento nenhum, já teria esse. E aqui eu estou fazendo publicamente pra ter todos os colegas como testemunha. Só faz um positivo assim, porque aí você já está amarrado. É igual à assinatura, é melhor do que o fio do bigode.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Rodrigo, dez segundos, só pra eu explicar. Até agosto esse sistema deve estar entregue, inclusive testado. Em relação ao Estado de Rondônia, nós vamos inclusive hospedar esse sistema, ele não vai ser transferido aos municípios porque eles vão ter dificuldades técnicas. Nesse primeiro momento, no PAIC, a gente faz um levantamento de todos os dados e faz (palavra inaudível) esses dados. Mas com o sistema nós vamos profissionalizar isso. Eu não sei bem como é que é o desafio técnico disso, mas é evidente que a ferramenta tá totalmente disponível e a gente tem alegria de poder compartilhar com todos.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – A ideia é a gente hospedar no IRB mesmo também. Pode ser no Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, porque a gente precisa no IRB ter uma ideia de que a rede lógica, nessa rede digital, a nossa nuvem pode ser um “pedacinho” em cada lugar. Então a gente recorrer ao sistema aí, os técnicos estão aí, se der problema, a inteligência está aí. Pode ser aí, só separar uma máquina, um servidor, com endereço IP, coloca nome nela; virou a máquina o nosso pedaço da nuvem. Então você está amarrado com a gente aí. A gente vai conversar. O tempo a gente constrói e combina junto. Se eu não estou enganado, agora eu devo, por obrigação da pactuação, passar a palavra à conselheira Rosa. Não é isso, por ordem de chegada, se eu não estou enganado? Conselheira Rosa, por favor! A frase da pandemia, “Seu microfone está desligado”.

A SR.^a CONSELHEIRA ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (TCE-PA) – Estou estava perguntando, “Me ouvem bem?” Eu cumprimento todos os participantes desta nossa reunião em nome do presidente Marcus Presidio e do nosso presidente Rodrigo do Carmo. Também vou cumprimentar os que vejo, os que consigo notar a presença, conselheira Susana; conselheira Naluh; Paulo Curi, meu amigo de MPC de tantos anos; conselheiro Inaldo; conselheiro Luiz Henrique, enfim, em nome do conselheiro Rodrigo, eu saúdo todos os demais que, por ventura, eu não tenho citado, porque não visualizo, não tenho muita

intimidade com o Teams. Mas, enfim, conselheiro Rodrigo, eu agradeço ao convite de integrar este Comitê, e recebo com o mesmo entusiasmo que norteia e uma responsabilidade maior ainda. Uma vez que todos sabemos que se trata de uma missão de extrema importância pra sociedade brasileira, muito desafiadora especialmente neste momento pós-pandemia. É muito importante que as Cortes de Contas assumam uma posição mais efetiva para além do controle de fiscalização. Que possamos contribuir de uma maneira realmente efetiva, articulada, para a melhoria da política pública educacional. E finalmente obter índices mais dignos pro nosso País, principalmente na nossa Região Norte, no nosso Estado do Pará. Para isso, contamos com a colaboração do Tribunal de Contas dos Municípios que temos aqui no nosso Estado. E estamos prontos para arregaçar as mangas e contribuir naquilo que for necessário para o alcance dos objetivos a que se propõe esse Comitê. Conseguindo que a educação de qualidade chegue, inclusive, às áreas mais remotas e carentes, que infelizmente continuam parecendo invisível. Todos nós sabemos que somente com a melhoria da educação conseguiremos evoluir como nação. E ter a esperança no futuro mais digno pro povo brasileiro. Sem mais me alongar, me coloco à disposição de todos no sentido de aprender com vossas excelências, aprender com a experiência de todos, aceitando as sugestões como planejamento que vejo que já está entrando pro desenvolvimento. Devolvo a palavra ao presidente. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Obrigado, conselheira Rosa! Se eu não estiver enganado, eu vou passar a palavra ao conselheiro Cláudio Terrão, e dizer pra ele o seguinte, “Oh, conselheiro Cláudio Terrão, tem aqui um ponto na pauta que é distribuição da primeira solicitação de orientação do Comitê, ela depende da aprovação do nosso Regimento Interno proposto. Mas o senhor precisa estar aqui, porque nós vamos... Se o senhor tiver ou não tiver, nós vamos passar pro senhor a primeira relatoria. Porque o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais falou do tema. Então a base da consulta – né, porque nós vamos discutir isso no momento oportuno – entendo que este Comitê precisa dar orientações, e elas precisam ser deliberadas coletivamente. Por ocasião da participação pela sua generosidade de me convidar pra contribuir no seminário que tivemos em Minas

Gerais com os conselhos municipais, com o controle social, nós até falamos de uma certa divergência do ponto específico da consulta. Mas a gente precisa trazer ele pra cá com fraternidade pra poder fazer o debate. E a base da discussão tem que ser apresentada por você”. Então vou passar a palavra agora, mas não está descomprometido e nem descompromissado de nesse ponto de pauta está aqui com a gente, se não vamos lhe passar trabalho sem você estar presente mesmo, viu? Com a palavra o nosso querido amigo, conselheiro Cláudio Terrão.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Um bom dia a todos! Meus cumprimentos ao nosso atual comandante, conselheiro Rodrigo Coelho. O Paulo Curi já disse do difícil papel que ele tem que substituir a figura ímpar que é a do conselheiro Cezar Miola, a quem eu gostaria, inclusive, de fazer um registro aqui de agradecimento pelo esforço que ele fez, pela pessoa que ele é, que, de alguma maneira, conseguiu ao seu jeito manter todos nós, não diria em 220 watts igual a ele, mas em 150, 130, porque o homem é um trator. Então fica esse registro aqui, conselheiro Rodrigo, mas tendo a certeza, como disse o conselheiro Paulo Curi, e à medida que a gente vai se conhecendo, vai se aproximando, e tendo a certeza de que o seu trabalho certamente será muito proveitoso. E eu espero que supere todas essas expectativas. Inclusive a deixar o conselheiro Miola em segundo lugar, viu. Tentarei contribuir pra isso, já assumindo inclusive essa função aí do Regimento. Gostaria também, como todos, de agradecer aos colegas do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. E eu peço licença ao presidente pra agradecer na pessoa da amiga Carolina Costa, que há muito tempo vem se dedicando a esse tema educação. Nós, temos, na medida do possível, embora não seja muito intenso, mas temos promovido alguns diálogos bastantes importantes sobre essa temática. E o conselheiro Rodrigo já nos deu um norte aqui de qual seria o propósito dessa reunião que, na verdade, é estabelecer um plano estratégico de atuação. E eu vou, de alguma maneira, pinçando aquilo que já foi falado, já deixar algumas sugestões para esse plano estratégico. A primeira delas é a consciência de que nós não somos os formuladores da política educação, como bem trabalhado e de alguma forma até com bastante angústia dito pela nossa conselheira Carolina, somos indutores, enquanto controle externo. E essa indução leva tempo pra produzir

efeito. Mas aí, embora não seja muito religioso, busco aqui a referência da parábola do semeador, pra dizer que embora muitas das sementes possam cair em ambientes inadequados, eu tenho certeza que muitas delas também cairão em solo fértil, e produzirão a 30, a 60, a 100. E eu tenho visto isso. Bom! O que eu penso, Rodrigo e colegas, em relação desse papel indutor do Tribunal. O primeiro ponto que nós precisamos desenvolver, e desenvolver muito bem, é o conhecimento da realidade, dos dados que envolvem a política pública de educação para transformarmos em formações gerenciais para a administração. Acho que isso é fundamental. Esse, pra mim, é o eixo central do que seria esse papel indutor. E dados nós temos muito. Nós sabemos dos problemas históricos relacionados à área, infraestrutura, capacitação inadequada aos atores da educação, como diretores de escola, professores, auxiliares. Sem falar da própria pedagogia, que é um tema bastante sensível e que, nesse caso, de alguma maneira foge bastante à nossa atuação, embora possamos perpassar, de alguma forma, ali espaços que eu chamo de cercante, né, de interseção. Bom! Esses problemas históricos já nos referimos, eles são inseridos de alguma maneira, seja pela intuição, seja pelo conhecimento de cada um, de que algo não tem funcionado bem, apesar de todos os esforços empreendidos pra essa política de desenvolvimento e a efetividade dessa política. Algo não está funcionando bem. E penso que essa intuição, esse conhecimento inferido, ele precisa ser desvelado. Esse é o ponto, é o desvelamento desses problemas históricos. E como é que nós podemos fazer isso? Eu penso que o melhor caminho é obviamente dar transparência a esses dados e informações em padrões quantitativos e qualitativos. Esse é o ponto. Estabelecer projetos que possam no plano nacional fazer ter pra si, Tribunal de Contas um grande repertório desses dados, embora descentralizados, mas que eles possam ser apresentados para os gestores. E, a partir daí, pra que eles possam desenvolver políticas de enfrentamento desses problemas. Olha, a gente comentou aqui, desde o início, que a pandemia evidenciou um desses problemas. Que foi ausência de estrutura tecnológica. Em função do processo pandêmico, e da necessidade de aulas telepresenciais ficou muito claro que nós não tínhamos estrutura tecnológica adequada. Mas o Luiz Henrique trouxe problemas que são, cá pra nós, muito mais básicos. E nós tivemos a oportunidade de verificar essa realidade no âmbito do Estado de Minas Gerais. Não há ainda – a palavra é essa

– enfrentamentos adequados pra problemas que são assim fundamentais, como o Luiz falou, problema de escola sem água potável, escola sem sanitário adequado, escola sem quadra, escola sem refeitório. E esses problemas não problemas locais, são problemas nacionais, como também o Luiz Henrique falou. A questão é como é que nós podemos transformar essa realidade conhecida ou intuída, já conhecida por alguns, mas intuída por muitos, né, para fins de cobrarmos dos administradores esses dados a eles apresentados? Eu penso que nós podemos utilizar aí obviamente papel da tecnologia. E aí puxo aqui a “sardinha”, mais uma vez, pro nosso aplicativo desenvolvido aqui em 2017/18, que é o “Na Ponta do Lápis”. Mas há outros aplicativos desenvolvidos por outros Tribunais de Contas que têm esse trabalho assemelhado, que possibilita, através dos próprios atores da educação, professores, ou seja, toda a comunidade escolar, alunos, pais, etc., e também da sociedade civil, através do controle social, possibilita exatamente fazer isso. Ou seja, trazer os dados à evidência a partir desse aplicativo é possível qualificar esses dados e quantificá-los. E aí assim estabelecermos seja em modelo de parceria, como já foi sugerido via TAG, Termo de Ajustamento de Gestão, a adequações necessárias à administração pública para que esses problemas que são históricos e que, portanto, não são resolvidos da noite pro dia, possam ser resolvidos no mínimo médio e a longo prazo. Eu, sempre na expectativa positiva, acrescento também a curto prazo. E aqui eu gostaria de fazer uma pontuação, que me parece muito preocupante, que eu tenho rotulado “da falácia dos recursos”, né. Embora, eu tenha escutado diversas pontuações, que o Rodrigo trouxe inclusive o estudo por uma cientista da educação que trabalhou essa questão dos recursos. Bom! Eu tenho um pouco de preocupação quanto a isso, por quê? A amostra ela pode influenciar, e muito no resultado. Se eu trabalho volume de recursos num ambiente, como é o caso do Ceará, em que a abnegação de grupos muito pontuais conseguiram transformar a qualidade da educação – aí é o sentido pedagógico do resultado do serviço – mesmo sem ter a infraestrutura necessária. Que em alguns casos a gente percebe isso, né, isso decorre muito mais do esforço de cada professor, de cada um desses abnegados que trabalha no âmbito da educação, do que propriamente, da falta da necessidade, ou melhor dizendo, independente da falta da necessidade do investimento. O fato é que eu encontro aqui, sempre que vou as escolas, vários e vários problemas dizendo “Olha, nós colocamos do nosso

bolso recursos pra comprar, por exemplo, um celular novo, instalar uma internet na minha casa. Muitas vezes comprar um papel pra fazer uma festinha, um projeto lúdico diferente”. Então assim, eu tenho um pouco de preocupação com essa falácia dos recursos como se fosse a má gestão o problema educação. Eu penso que é sim, é também a má gestão. Mas se você recebe recursos e você não tem dados suficientes pra fazer a gestão desses dados, informações... e transformações com esses recursos, você vai tá aplicando esses recursos nos mesmos erros. Ou seja, estará fazendo as mesmas coisas, gastando mal, como sempre gastou. Então nesse sentido é que acho que o papel indutivo do Tribunal de contas é fundamental. Mas indutivo nesse plano de formatar esses dados e informações gerenciais úteis. E a partir dessas informações gerenciais uteis, apontando as disfunções, por exemplo, de infraestrutura, de falta de capacitação dos diretores. Os diretores aqui em Minas Gerais, vou falar da minha realidade, há muito tempo não têm um curso de capacitação de gestão. Então muitas vezes assim há falhas e gestão primárias. Que nem o síndico de condomínio, que trabalha lá no fluxo financeiro, praticaria. Porque eles não são qualificados. Então assim, os problemas, como todos nós já dissemos, são muitos e são grandes. Mas acho que é um espaço sim pra que nós possamos contribuir, induzindo esse problema. Eu gostaria também, Rodrigo, de aproveitar a oportunidade, quanto a essa questão da possível atuação nacional, o que nós poderíamos fazer. Por exemplo, eu acho que uma parceria com a Atricon para essa ação coordenada no plano nacional ela é fundamental, em especial agora em que a Atricon estabeleceu uma parceria com o Conaci e com o... Olha só, são dois interlocutores que podem nos facilitar muito. O Conaci no sentido de desconcentrar as atividades de controle. Até porque muitos Tribunais, já tive a oportunidade de falar isso, já tem seus planos de ação definidos...

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Perdemos o conselheiro Terrão, momentaneamente. Eu vou dando sequência. O conselheiro Terrão voltou aí.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Desculpe, onde eu parei aqui?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Você estava falando do Conaci, ter a parceria do Conaci no sentido de

descentralizar as ações controle porque todos os Tribunais têm os seus planos de fiscalização. E aí, nesse momento, você congelou.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – A síntese é essa. E em relação à interlocução, vamos chamar assim, intersistêmica ou em rede, como referida pelo Gerson, nós temos exemplos maravilhosos. Como é o Gaepe Brasil, o Gaepe Rondônia e outros. Eu estou aqui tentando implementar também no Estado de Minas Gerais e outros Estados que já fazem esse trabalho em parceria. Mas aí fica aqui até uma sugestão porque isso é importante sob a perspectiva, vamos chamar assim, da propaganda, do marketing, seria importante também que desenvolvêssemos em cada âmbito estadual essa instituição do Gaepe. Porque é um gabinete de acompanhamento da efetividade da política de educação. E esse gabinete ele é composto por diversos interlocutores. Entre eles, por exemplo o que foi falado pelo Luiz Henrique e também pelo Gerson, os parlamentares, em especial, os que compõem as Comissões de Educação, os secretários de educação, ou seja, o executivo, o Tribunal de Contas, e parceiros da sociedade civil diversos, cada qual fazendo seu papel no sentido de contribuir e dar maior efetividade a essa política tão importante para o desenvolvimento de uma sociedade. Eu já falei demais. Tem outras contribuições. Mas no correr da reunião, eu espero também voltar a falar. Agradeço!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheiro Terrão, nós temos muita sinergia pela sua fala. Estamos todos muito conectados. Agora, eu quero dizer uma coisa pra você e pro conselheiro Paulo Curi, vocês tenham dó de mim, vocês não ficam lembrando toda hora que eu estou sucedendo Miola, não! Porque isso é quase desumano. Eu conversei com ele depois. Nós estamos conversando pra tentar aproximar. E tenho dito uma coisa, se vocês me chamarem pra disputar com ele, eu quero dizer a vocês que eu vou perder de WO porque eu me retiro antes de começar. Nem lá eu vou! Então assim, na verdade, o nosso desafio aqui é primeiro caminhar sem ele presencialmente, mas ele próximo de nós. Porque nós teremos muitas parcerias com a Atricon, sem dúvida nenhuma. Segundo, é tentar nesse caminho, de maneira ousada, generosa e carinhosa, pela contribuição de vocês, achar aí aonde que nós podemos caminhar, porque ainda

não foi caminhado. Então assim, vocês tenham dó de mim! Eu já falei com Edilberto, que não sabia se ele era meu amigo ou meu inimigo, é coisa de inimigo esse negócio de suceder um sujeito desse. Então vocês me ajudam, hein! Brincadeira à parte. Querida Naluh, você tem a palavra.

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Bom dia a todas! Bom dia a todos! E Rodrigo, desculpa, mas eu, além de eu também lembrar o nosso querido Miola, eu vou te pedir é muita saúde. Que Deus te ilumine, te dê muita saúde, muita disposição, porque olha, pra acompanhar o Miola, nesse assunto, é difícil demais. Mas eu tenho certeza que não é por acaso que você está nesse lugar. Não é por acaso. Então a gente fica extremamente feliz. E com certeza nós estaremos aqui, em nossos Tribunais e junto com você, fazendo tudo que a gente pode. Mas eu não queria me estender e não queria falar o que já foi falado, até porque há uma concordância de todos, mas eu queria colocar dois pontos. Um, é o que o conselheiro Paulo falou. Quando eu era deputada, eu disse uma...Na verdade, foi frase minha. Eu tinha lido um livro que falava que os Tribunais, são “Tribunais faz de conta”. Mas na verdade, há muito tempo, eu acho que se faz mesmo esse papel de “faz de conta”. Mas acho que há uma geração, e essa geração não é porque é nova, mas é uma geração de concepção, é uma geração de visão. Que aí ela tá impregnando os Tribunais de Contas na aproximação da população, no falar em se compreender, se entender com a população, mostrando qual é a função do Tribunal de Contas. E não só o PNE, mas como também as últimas consultas que vieram pros Tribunais sobre a questão dos 33,24 do piso, como que ia interferir na carreira, se iria acabar a carreira. Essas questões todas que vieram pros Tribunais teve uma aproximação muito grande com a categoria dos trabalhadores em educação. E principalmente nos colocou no centro. Ou no centro pra ser o guia ou centro pra ser aquele que iriam jogar pedra. Porque os prefeitos e os governadores também aproveitavam pra dizer que “O problema são os Tribunais de Contas, eu faço o que os Tribunais de contas dizem”. Então nós tínhamos esse papel meio duro. Então eu acho que essa impregnação dessas coisas boas que começou muito com pessoas como Valdeci, começou muito como Terrão, começou muito com você, Paulo. Eu não sei, eu não gosto de dizer nome, a Carolina, porque eu acabo, eu sou meio dispersa, e acabo não dizendo. E acho isso ruim. Mas eu queria muito lembrar

desse nome do Valdeci, porque eu acho que hoje não é mais, na minha visão, esse ‘tribunal de faz de conta’. É um Tribunal atuante, com uma nova visão. O Tribunal de Rondônia, que a gente, é um Tribunal que fazia outros Tribunais núcleos em outros municípios. E que não tinha nada a ver (palavra inaudível) Hoje é um Tribunal que desponta entre os melhores Tribunais do Brasil. E nós, como vizinho, só estamos pegando as coisas boas. Só vive lá, são quinhentos e poucos quilômetros, só vive lá. Polanco não sai de lá. Não sei mais se Polanco é presidente do Tribunal do Acre, o Polanco tá lá junto com o Paulo, lá em Rondônia. Mas a gente tem feito coisas muito boas. E nós temos o privilégio de ter também a assessoria de uma pessoa que, pra mim, é um dos melhores técnicos a nível de Brasil, que é o professor Binho. O professor Binho tem nos ajudado muito. E a gente tem feito um trabalho, comandado pelo Polanco, um caboclo querido, uma pessoa que a gente ama demais aqui, que a gente segue, e a gente tem avançado muito. Avançado. E com certeza a gente vai ter muitas coisas boas pra mostrar, estamos qualificando. Terminamos de qualificar as nossas auditoras pra esses novos indicadores. Mas também a comunidade escolar. Estamos começando agora a comunidade escolar. Então nós vamos ter bons frutos vindo aí. E por último, eu quero dizer que a gente, essa pandemia ela descobriu uma perversidade no que se refere às mulheres, muito grande. A perversidade da escravidão doméstica. A escravidão doméstica. E essa escravidão doméstica ela é antiga, ela já era colocada por (palavra inaudível) que uma das maiores escravidões é a doméstica. E aqui em casa meu marido já tá aqui na porta, porque ele tá fazendo a comida e aí fica “p” da vida quando eu falo dessa escravidão. Mas ele já apareceu, porque não deu pra mostrar, quase que mostro. Ele tá fazendo a comida, e eu aqui, mas ele não é a regra, ele é a exceção. E aí, muitas vezes, essa escravidão doméstica tem feito nós, mulheres, um papel extremamente difícil. Eu, ontem, tava num comitê que também fui convidada pelo Miola, de gênero, e olha foi o Miola que veio com essa pauta, que coisa boa. Mas eu tava colocando essa situação que a gente tem que começar dentro da Atricon a democratizar os nossos espaços onde a maioria das mulheres trabalha, tá fazendo tudo pra que o nosso companheiro, muitas vezes, apareça. Aí muitas crianças elas veem a direção como sendo masculina. Por que eu queria colocar isso? Porque homens como Miola, homens como Paulo, homens como Terrão, homens como Rodrigo, homens com essa

disponibilidade, que me dá assim uma inveja. Porque eu tenho essa disponibilidade, mas como eu disse, eu não sou a regra, eu sou a exceção. Mas essa disponibilidade tem, antes de tudo, por trás, mulheres que devem ser maravilhosas. Maravilhosas! Eu tenho uma vontade danada de conhecer a esposa do Miola, pra eu dizer isso pra ela, e dar os parabéns e agradecer pela Atricon. Então eu queria colocar essas questões e dar boas-vindas a todos e a todas. Ouvir esses sotaques maravilhosos. Agradecer a Deus de estarmos aqui com saúde, nossas famílias com saúde. Mas sempre elevar os pensamentos para aquelas pessoas que perderam as suas famílias, aquelas pessoas que infelizmente não conseguiram superar e não estão superando esse momento tão difícil que a gente tem superado. Dizer da felicidade de a gente dizer que a gente precisa mudar esse Brasil. Nós precisamos mudar esse Brasil. Porque não adianta... Uma vez o Valdeci fez um artigo lindo. E aí, eu lá no particular, eu disse, “Pois é, Valdeci, achei lindo, mas se tu não mudar esse Brasil, o mundo não vai pra frente, não adianta”. Ele, “Calma, Naluh! Calma! Avante, Naluh!” E não entrou no assunto. Mas é que nada que a gente possa discutir ela vai adiante se a gente continuar numa situação caótica que nós estamos. Então um beijo muito grande. Vamos passar o dia juntos. E vamos encontrar soluções, com certeza, maravilhosas pra que a gente possa colocar a nossa educação como sempre deveria estar. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheira Naluh, muito obrigado! Eu vou, antes de passar ao planejando, perguntar ao Alípio que está aqui nos acompanhando, se ele gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ALÍPIO DIAS DOS SANTOS NETO (TCU) – Bom dia Rodrigo! Bom dia a todos! Queria agradecer a essa oportunidade de representar o Tribunal de Contas da União nesse fórum. E dizer que sinto assim a importância de todos estarmos juntos, todos os Tribunais discutindo aqui educação, a importância de trabalharmos essa área, trabalharmos a educação, que nos traz um desafio muito grande por ser uma política descentralizada. Os nossos esforços isolados eles não produzem o resultado final que a política exige. O TCU trabalhar aqui só no Governo Federal é pouco em relação a todos os desafios que a gente tem em relação à educação básica. E cada estado também separado, sem essa

interlocução com o Governo Federal, ele não tem a totalidade daquilo que a gente precisa pra mudar. Queria falar pra conselheira Carolina não desanimar. Eu sei que esse relato é um relato assim que às vezes quando a gente sente que um resultado não gerou ainda expectativa, talvez é porque o tempo de maturação ainda não seja o suficiente, né? Educação, ela tem essa questão de maturar, de algumas gerações terem esse efeito. Assim, as iniciativas que eu já vi aqui me parecem fantásticas em relação a dar essa contribuição para que esses indicadores educacionais melhorem. Existem algumas pautas que a gente vem trabalhando aqui no Tribunal de Contas da União, que já foram até comentadas aqui, um deles é sobre a transformação digital, que tem sido objeto, principalmente da atuação do Ministro Augusto Nardes, em se promover essa revolução no Brasil em termos de que a educação tenha o privilégio de ter todo esse aparato tecnológico ao seu lado pra que a transformação pedagógica no ensino, ela, de fato, aconteça. A gente não mude simplesmente do quadro giz pra uma tela de computador e fazendo as mesmas coisas. Então essa é uma bandeira que a gente tem atuado aqui. A questão também mais de verificar o Ministério da Educação como um indutor, alguém que veja como indutor das redes pra que algumas situações elas se transformem. E infelizmente a gente não tá vendo que isso tem acontecido. Principalmente nesse momento de retorno às aulas. Que a gente imagina que o papel federal tem que ser mais firme em relação às redes, e que não tá acontecendo. Então a gente tem aí um conjunto de pautas pra trabalhar. E fico muito feliz pela participação nesse Comitê. E desejar aí pro conselheiro Rodrigo, a quem eu já tive oportunidade de conversar algumas vezes, toda sorte nessa empreitada. É claro, com o engajamento também de todos nós pra que as pautas do Comitê sejam levadas à frente. E os caminhos ainda não desbravados ou que já estão sendo desbravados, ou que precisa, né, numa caminhada maior, a gente consiga fazer. Obrigado, Rodrigo! Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Muito obrigado, Alípio! Eu vou pedir a Eliane pra colocar a apresentação que vamos fazer pra alinhamento do nosso planejamento. Vou pedir aos senhores pra gente passar por toda ela. Eu disponibilizei a apresentação agora no grupo de conselheiros do Comitê, todos fazem parte, pra acompanhar. Não

passei antes porque entendo que algumas informações descontextualizadas podem ter uma interpretação que não condiz com a que realmente nós desejamos. Pra que aí, depois que a gente fizer a leitura inteira, venham as contribuições e a gente possa verificar aquilo que a gente vai fazer, como grandes marcos, né, não descendo ao nível de detalhe, mas tendo grandes marcos. E aqui a gente vai ver a grande sinergia com essa sugestão que o conselheiro Terrão coloca, enfim. Tudo que nos alcança e nos acompanha. Na verdade, esse material foi oriundo de uma escuta em que as pessoas não sabiam que estavam sendo escutadas. Porque ao saber que estavam sendo escutadas, podiam formular muito. Então a gente queria assim, “joga no vento, e a gente pega o que der”. Então tem algumas questões que apareceram de reclamações dos Tribunais, houve alguns desabafos. É claro, nós estamos tentando polir, mas a gente precisa, pra planejar, trazer o sentido da realidade. Então assim, saibam que tudo que está colocado aqui, a gente fez uma pequena matriz... bem “pequeninha” mesmo. São questões que a gente coloca com muito carinho, olhando pra gente. Nós somos responsáveis, como disse o Terrão, como disse o Paulo Curi, como disse a Naluh, como disse a Rosa, todos nós somos responsáveis por tudo o que nós estamos construindo. Então assim, não é um apontamento pra ninguém, apenas uma leitura de nós mesmos. Então a gente vai avançando aqui, Eliane, por favor, nessa apresentação. O conselheiro Edilberto tem conhecimento dessa apresentação, porque a gente tem feito tudo em consonância com a presidência do Instituto pra tenha sinergia, apoio, conhecimento, enfim, pra envolver também a nossa presidência. Então no contexto do Comitê que a gente vai tentar trazer pra alinhamento. Aqui eu trago a missão e a visão do IRB. Porque a primeira coisa que eu entendo que nós precisamos entender é que nós fazemos parte de um todo. Isso nos dá uma amplitude quando a gente olha pro conjunto de possibilidades que nós temos olhando pro IRB. Então a missão e a visão do IRB é o que nos orienta, promover a integração, desenvolvimento, aperfeiçoamento do método e controle externo.

(É feita a apresentação)

O SR. CONSELHEIRO GERSON DOS SANTOS SICCA (TCE-SC) – Me permite só uma observação rápida? Uma oportunidade que pode ser importante. O novo ciclo do PNE. Como estamos numa fase final, o PNE ele só menciona os

Tribunais de Contas em uma estratégia, que trata de transparência lá na meta 20. O Projeto da Lei de Responsabilidade Educacional, que está desde 2006 no Congresso sequer menciona Tribunais de Contas. Eu penso que uma oportunidade é o... PNE uma oportunidade de reforçar o papel dos Tribunais de Contas no acompanhamento dos Planos de Educação.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Eu vou pedir pra vocês anotarem porque aí depois todo mundo contribui. Porque, provavelmente, outros colegas também estão percebendo ausências que são significativas. Aí então a gente vai receber. Eu estou fazendo uma apresentação rápida aqui pra gente ganhar tempo.

(Continua a apresentação)

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – O conselheiro Terrão levantou a mão, e já tem a palavra.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Nesse ponto que eu acho muito importante a parceria que foi realizada com o Conaci. Porque nesse planejamento é possível que boa parte dessas ações possam ser desconcentradas para os controles internos onde houver. E isso nos alivia de um volume de trabalho muito grande. Acho que vale a pena a gente trabalhar isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Terrão, só pra informação, o presidente do Conaci continua sendo o Fontenelle?

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Não. Agora você me pegou. Fontenelle é presidente daquela outra instituição, mas não do Conaci. Eu tenho impressão que não, vou verificar.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Se for, a gente de repente pode aproveitar dia 11 de abril e fazer uma conversa estruturada com ele aí, em Belo Horizonte.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Maravilha! Vamos sim!

(Continua a apresentação)

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheiro Terrão levantou a mão, e já tem a palavra.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Obrigado, Rodrigo! Bom, essa questão que você trouxe em relação às orientações, há muito tempo eu venho tentando trabalhar junto ao IRB e também à Atricon uma modelagem que nós chamamos de enunciados. Esses enunciados estariam vinculados a questões mais maduras. Questões, vamos chamar assim, sedimentadas no âmbito da educação. Mas que são questões importantes, por quê? Embora para o controle, muitas delas estejam sedimentadas, boa parte delas também ainda não se encontram dessa forma. E provocam repercussões... sobretudo no que diz respeito à apreciação das contas de governo. Vou dar um exemplo simples aqui. Os valores gastos com aposentados e pensionistas devem compor ou não. É uma questão que levou muito tempo pra ser definida e agora ficou sedimentada na interpretação da própria norma, da própria LRF. Mas são exemplos dessa natureza. E no que diz respeito a essas orientações. Aqui eu chamo de prévios, que são aquelas realmente que suscitam dúvidas em face de novas leis. Hoje os problemas que precisam ser estabilizados pelo menos no plano político-jurídico, naquele momento, aí em relação a essas questões eu concordo plenamente com você. Nós estamos mais uma vez aí na mesma frequência. Acho que vale a pena sim nós trabalharmos isso para que nós possamos, através de respostas rápidas, esse que é o ponto, seja através de seminários em que possamos ter ali uma espécie de orientação do IRB para aquela matéria, seja como você sugeriu, através de publicações em que haja uma coletânea, uma coleção no plano mais, digamos assim, acadêmico, de posições favoráveis, mas ao final com uma orientação do IRB. Acho que é fundamental isso. Gostaria de fazer essa intervenção.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Terrão, na proposta de Regimento Interno, a gente fala, eu concordo em absorver a questão do enunciado, acho que é importante, acho que a gente precisa até avançar, inclusive, na nossa proposta de Regimento Interno posteriormente. Na nossa proposta a ideia é que a gente faça essa reunião aqui, não presencialmente todo mês, mas virtualmente a gente tenha uma reunião ordinária mensal. E que essas deliberações em todas as reuniões mensais a

gente tenha um momento de deliberação do que tiver pendente, com regramentos, o conhecimento anterior, mas, enfim, a gente vai compartilhando isso aqui, e entendendo aí o melhor desenho para essa tomada de decisão. Eu entendo que está finalizando. Vamos seguir.

(Continua a apresentação)

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Eu vou passar a palavra a vocês. Abrir aqui para que todos possam contribuir, já agradecido pela paciência. Vou só pedir ao Francisco, que não teve acesso à palavra ainda, iniciar. E aí, em seguida, a palavra está aberta pra todos.

O SR. JOSÉ FRANCISCO DE CARVALHO NETO – Bom dia a todos! Presidente Rodrigo Coelho do Carmo, inicialmente, eu sou diretor adjunto da Escola, houve uma superveniência, coincidiu a reunião desse Comitê com o Pleno do Tribunal. Então o conselheiro Francisco me designou pra acompanhar essa etapa. Então inicialmente eu quero dizer da satisfação nossa de participar do Comitê e dizer que nós estamos também associados, somando esforços para que a gente possa dar uma contribuição à melhoria da educação em nosso País. A gente sabe que temos enormes desafios. Nós temos um país muito desigual e também instituições diferentes também diferentes, assimétricas. E isso representa um esforço muito grande para que a gente possa, digamos assim, perseguir, alcançar os objetivos que a gente considera que é essencial para melhorar a educação deste País, sobretudo, o cumprimento dos Planos Nacionais de Educação. Mas eu creio que os desafios são esses. E à medida que a gente avança, os desafios também nos acompanha. E o importante é a persistência. Acho que temos que ser persistente quando inicia uma atividade, ter acuidade para perceber as dificuldades, e a resiliência para ultrapassar as dificuldades. E todo esse processo é importante a liderança para que a gente possa efetivamente somar esforços, gerar consensos, levantar e seguir em frente. É assim que a gente avança. Tenho tido oportunidade de acompanhar inúmeros processos de modernização, de transformação, e todos eles constituem um desafio. As informações, a base informacional sobretudo é uma delas, porque a gente não consegue encontrar os dados, ou pelo menos como tratar os dados. A gente tem metodologias diferentes. Nunca consegue... mesmo dentro de uma mesma organização. Quanto mais num cenário diverso, múltiplo como é o

cenário dos Tribunais. Mas é assim mesmo que a gente avança. Queria somente fazer o registro e participar, como já participamos do núcleo de educação, já que “Educação é da Nossa Conta”.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – A conselheira Susana estava aqui querendo se manifestar, mas ela se retirou inicialmente. Se alguém quiser fazer uma manifestação em relação a isso que nós apresentamos. Eu já colhi aqui algumas informações. Eu estava passando o olho aqui, Terrão, no Regimento, a gente não colocou no Regimento cada norma, o tipo de cada norma, porque a gente achou que isso tem que estar no Regimento do IRB, o que é nota técnica, o que é orientação. Mas está registrado aqui a questão dos enunciados. Eu vou colocar no plano, a gente vai colocar usando como regra para o enunciado, ela tá... isso é uma decisão que já está sedimentado na maioria dos Tribunais. Alcançou a maioria dos Tribunais aquele posicionamento, a gente entende que já pode ser um enunciado. E aí a gente vai acompanhando jurisprudência, traz pra cá, avalia se tá ok, se tá no caminho desse Comitê. Conselheira Susana, eu estava aqui ganhando um tempo pra senhora retornar.

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA MARIA FONTES DE AZEVEDO FREITAS (TCE-SE) – É o seguinte, eu gostaria de colocar uma coisa aqui muito importante depois de tudo o que o Rodrigo colocou, que os colegas colocaram. Nós precisamos ter o apoio dos presidentes. Porque se os presidentes não ajudarem, nós não temos como fazer nada. Vou dar um exemplo de Sergipe. Então quando a gente fala em fiscalizar a educação os 365 dias do ano, porque é importante, é importante que o Tribunal esteja presente no município até pra poder forçar que o gestor possa fazer alguma coisa, aí é um problema sério. Nós não conseguimos. Assinamos o Projeto Integrar, Sergipe assinou o Projeto Integrar, mas praticamente fui eu quem fez o Projeto do Integrar. Todos os dados que têm lá são da minha área. Foi o que foi feito. Até mandaram perguntar alguma coisa, uma resposta sobre o Projeto Integrar, alguma coisa assim, pegaram tudo o que foi feito, na minha coordenadoria, pra poder responder. Então o que acho que nós temos que ter uma reunião no Conselho dos Presidentes para se colocar que educação tem que ser uma política de estado dos Tribunais de Contas. Mais ou menos isso. Tem que ser uma ação que não seja só do Tribunal de Contas

de Santa Catarina. No Tribunal de Contas da Bahia, que nós vimos aqui quatro conselheiros apoiando a educação. Mas tem que ser uma ação de todos os Tribunais de Contas do Brasil, de todos eles. Nós temos que ter uma coordenação da educação para que possamos treinar os nossos técnicos, nós temos que ter técnicos especializados na educação, como tem no TCM do Rio de Janeiro. Que eu já convidei diversas vezes, Marcos Vinicius, e todos aqueles técnicos pra fazerem treinamentos lá com os nossos servidores. Como nós temos em outros Tribunais. Mas nós precisamos primeiro, isso, convencer nossos presidentes de todos os Tribunais que educação tem que ser uma prioridade, tem que ser uma política de estado. O Tribunal de Contas não pode ficar com os olhos fechados, ou como disse Naluh, “faz de conta”. Estamos lidando com geração, estamos lidando com geração de crianças que precisam ter uma educação de qualidade. Eles precisam concorrer de pé de igualdade com aluno da escola privada num concurso, no concurso vestibular, no concurso de emprego. E só vai ter se realmente os gestores oferecerem uma política de qualidade. E isso nós já temos exemplos no Ceará. Aqui próximo, em Alagoas, quando você atravessa o Rio Sergipe e Alagoas, que tem Neópolis, em Sergipe e Penedo, em Alagoas, tem uma cidade chamada Coruripe, que foi motivo até em vários canais de televisão e na imprensa na Folha de São Paulo, é o melhor IDEB do País. Então nós temos exemplos a serem seguidos. Então o que eu colocaria é que na próxima reunião dos Conselhos dos Presidentes, o Comitê estivesse presente, o Comitê da Educação. Para colocar como se fosse uma prioridade mesmo. Nós temos que ter uma prioridade; qual a prioridade? Educação, saúde. Então nós precisamos fazer em conjunto. Todos os Tribunais em conjunto, no mesmo sentido. Temos que ter uma educação de qualidade. Qual é o modelo? O modelo nós vamos ver. Qual foi o modelo melhor pro Espírito Santo, qual foi o modelo melhor pra Minas Gerais. Nós temos que ver, entendeu, Gerson? Porque eu digo assim, eu fico sozinha. Nós temos lá um procurador, que é o procurador-geral, dr. Bandeira de Mello, ele faz um trabalho comigo, direto. Nós diminuimos as escolas multisseriadas porque trabalhamos em conjunto. O Ministério Público de Contas também ali cobrando. Mas é muito difícil. Muitas dificuldades nós temos. Ele criou um aplicativo, o Custo-Aluno com a nota do IDEB, que é interessantíssimo. Eu vou repassar pra vocês. Muito interessante. Ele ganhou o prêmio nacional das grandes ideias do ano de 2021,

sobre a questão do Custo-Aluno pra nota do IDEB. Então nós colocamos muitos gestores na parede, mostrando que ele gastou muito mais e os resultados foram ineficientes. Enquanto que outros gestores gastaram muito menos e os alunos tiveram notas muito superiores àqueles que gastaram muito mais. Então nós temos que fazer alguma coisa! E assim, às vezes fico assim, como a Carolina Costa, agora, desesperançosa. O que nós queremos é que os sete conselheiros possam realmente fiscalizar a educação. E tem a questão que discutimos muito ontem, a questão das mulheres; as mulheres não podem aparecer, a questão que tem que ficar tudo igual, nada de sair da zona de conforto. O Tribunal tem que assumir a bandeira da educação. Não é Susana, não é o procurador lá, todo o Tribunal do Estado de Sergipe precisa assumir a bandeira da educação. E só assim teremos os Tribunais, os 33, envolvidos numa causa nobre. Numa causa de muita responsabilidade, numa causa, onde nós somos, como homens e mulheres públicas, responsáveis pelo o que se está sendo ofertado, pelo o que está sendo feito. E por que nós temos exemplos? Temos exemplos espetaculares. E quando o gestor tem um olhar diferenciado, o retorno chega, os alunos têm uma educação de qualidade, tem uma escola digna, tem uma merenda digna. E tudo isso às vezes até com um pouco de receio do Tribunal. Lá, dizem bem assim, “Ai, você caiu na mão de Susana, ah coitado, ela vai cobrar, viu? Ela vai lhe cobrar, ela vai...” Entendeu? Mas acho que nós temos que fazer as coisas sem botar a faca no pescoço de ninguém, mas dialogando e fazendo com que as coisas aconteçam. Agora, precisamos que o presidente do IRB, presidente da Atricon, presidente do Comitê de Educação possam participar dessa reunião com os presidentes, e colocar na pauta; temos uma prioridade nacional, que é a educação.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Luiz Henrique pediu a palavra, eu vou só pedir ao Luiz pra gente tentar dar um encaminhamento aqui a essa propositura da conselheira Susana. Dentre nós aqui, o conselheiro Paulo está no CNPTC, podia talvez falar um “pouquinho” de como seria a aderência de uma iniciativa como essa ou talvez o próprio conselheiro Paulo possa inicialmente abordar o assunto, pra gente entender o terreno. Porque, pelo o que estou entendendo aqui da conselheira Susana, é importante seria que nós tivéssemos uma propositura no intuito de criar uma

unidade responsável pela fiscalização da política de educação nos Tribunais. O nosso lá no Espírito Santo tem, ter os conselheiros todos falando dessa temática é uma coisa difícil, mas se tivermos uma organização no Tribunal com o conselheiro que tem referência no assunto, que possa induzir o debate quando os temas forem ao Plenário, se isso tiver uma unidade organizada, eu entendo que a gente consiga chegar aonde a conselheira Susana deseja, inicialmente. Porque a totalidade, infelizmente, nós não vamos alcançar. Mas conselheiro Paulo, gostaria de ouvi-lo um pouco em relação a isso. Você tem mais experiência que nós no CNPTC, sobretudo na composição atual, pra dizer aí como é que poderíamos atuar pra atender esse indicativo da conselheira Susana.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Rodrigo, eu não sei bem se consigo contribuir muito nessa questão. Internamente, quando eu, eleito presidente, resolvi levantar a bandeira da educação, foi que nem faca quente na manteiga, houve um acolhimento geral. Todos os conselheiros aplaudiram a iniciativa. Quando eu apresentei um ideário, que eu considero inovador e até certo ponto..., também tive acolhimento total. Curiosamente, eu tive mais resistência entre os nossos auditores do que entre os conselheiros. Tanto que a gente conseguiu, em 2020, elaborar um Planejamento Estratégico que é pragmático para a nossa realidade, que a gente coloca praticamente os nossos objetivos estratégicos, tendo por referência as políticas públicas, e não mais os processos internos, como nós vínhamos fazendo nos dois ciclos anteriores. E ele foi construído a partir de um levantamento muito amplo, identificando situações problemas, com ampla mobilização e engajamento. E também identificando, hierarquizando os determinantes, selecionando as causas que seriam enfrentadas das situações problemas quase em evidência, potencial de impacto, enfim. Aqui em Rondônia foi muito tranquilo. A gente tem uma Instituição muito comprometida com esse ideário da educação. E de uma atuação perante o gestor sem nos demitirmos da conformidade, da punição dos gestores que desviam recurso público, mas comprometido com essa ideia de dialogar e cooperar. No CNPTC assim, de forma geral, eu fui dirigente já da Atricon, antes disso, lá atrás, na Ampcon, não tenho, com exceção do CTE IRB, período Miola, muita vivência no IRB, mas percebo que o CNPTC é um ambiente

mais conservador. Bem mais conservador. O IRB, O CTE do IRB fez muitas provocações aos Tribunais de Contas de forma geral. Talvez, quem sabe, até além da conta, porque todo mundo tem seu planejamento, e não cessava de chegar intervenções do CTE IRB sempre muito pertinentes, fundamentadas em evidências, etc. Mas eu não sei até que ponto isso mobilizou os Tribunais de Contas. Vários Tribunais de Contas começaram a se mexer, vários, numerosos Tribunais de Contas. Sobretudo aqueles que começaram antes esse percurso, como Minas, Santa Catarina, começaram a inspirar outras instituições. Mas assim, chegar ao ponto de reverter um certo conservadorismo como esse que a conselheira Susana mencionou, eu não sei se estabiliza tão facilmente no CNPTC. O que eu posso dizer é o seguinte, contem comigo pra isso, pra compartilhar nossa experiência. Eu já participei de um evento no TCM do Pará. Convidei colegas lá do Pará pra participar de reunião do nosso Gaepe. Estive conversando, como disse a querida Naluh, eu já quero me convidar, Naluh, pra almoçar um dia na sua casa pra experimentar a comida do seu esposo, deve ser muito boa. Mas estive em contato, mais de uma vez com o TCE do Acre. O Polanco está supermotivado a fazer um excelente trabalho no TCE do Acre. Eu sei que tem apoio, a Naluh, a conselheira Dulce também, eu sei que apoia muito fortemente. Nessa reunião estava lá o Binho, que é realmente uma referência nacional. Concordo com você, Naluh, na educação, eu sei que fez um ótimo trabalho como governador. Aliás, o Acre é um exemplo pra nós, no sentido de que é possível mobilizar as energias pra fazer avançar, mas também descuidou, e retrocedeu, né, houve retrocesso. É uma preocupação que tenho aqui, a gente dar continuidade a essas ações todas. Mas enfim, eu já estou me desviando da sua pergunta, Rodrigo, me desculpe. Mas o que eu posso dizer é que estou à disposição. Talvez revelando a experiência de Rondônia, de outros Tribunais, outras pessoas podem vir e compartilhar essas experiências, a gente consiga reverter essas resistências, que são fortes mesmo. Mas já foram piores; pela minha experiência, eu posso dizer, já foram muito piores.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Terrão está com a mão levantada, é sobre esse assunto, Terrão?

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Sim, é sobre esse assunto. De fato, era exatamente isso que eu ia falar. O Paulo já trouxe

aqui a ideia central. É um ambiente ainda muito conservador. E compreendo também, obviamente, a angústia da Susana. É exatamente por isso que eu acho que, por exemplo, propostas que tendam a, por exemplo, estabelecer uma organicidade pra cada um dos Tribunais, vinculando conselheiros em determinadas atividades. Ou como eu pretendia fazer aqui em Minas, né, a exemplo do que ocorre no TCU, de ter secretarias especializadas em políticas públicas, isso é muito mais complexo. Então assim, nesse momento, me parece que seja uma boa estratégia, porque parece, assim, ela certamente vai ser refutada por questões básicas, como planejamento, recursos, etc. Agora, por outro lado, há modelos de cooperativas em rede, como já foi dito aí pelo Paulo, pelo Gerson, que podem ser sim, penso também, discutidas no âmbito do Conselho. Como por exemplo, os Gaepes, a instituição dos Gaepes estaduais, porque aí não tem custo, não tem modificação na estrutura interna. E de alguma maneira força, eu chamo de... positiva, força a instituição a participar do tema. Então, por exemplo, participação dos Gaepes. Essa questão que o Gerson trouxe do PNE Nacional em que o Tribunal de Contas poderia ser mais aproveitado, eu concordo plenamente. Aí já é uma atuação política no âmbito no Congresso para que nós possamos ter outras atribuições no acompanhamento do Plano Nacional de Educação, porque nós podemos fazer isso. Vou dar o exemplo aqui em Minas Gerais. Eu tive oportunidade, enquanto presidente, cobrar aqui o Estado de Minas Gerais, que foi o último a implantar o seu Plano Estadual de Educação, mas nesses puxões de orelhas bem dado, nós conseguimos pelo menos inserir o Tribunal de Contas no Grupo de Acompanhamento da Política Pública Estadual. Então nós estamos inseridos lá. Toda vez que tem as reuniões, o Tribunal de Contas participa. E aí, obviamente, que Instituição está instada por outros meios a participar da temática. Mas esse modelo orgânico, eu acho bastante difícil dele ser apresentado e ser aceito no Colégio dos Presidentes.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Eu vou passar a palavra pro Luiz Henrique e pro Gerson Sicca. Você falou uma coisa, Terrão, eu captei outra, inicialmente. Eu só vi que era outra depois que você foi explicando. Mas eu acho que as duas têm possibilidades. Que é da gente fazer, estimular uma atuação em rede intra e interestadual. Intraestadual

nesse modelo de gabinete; interestadual, quando nós formos fazer uma fiscalização nacionalizada, esse articulador regional pode ajudar na indução aí local, fazer essa articulação, compartilhar estratégias. Então a gente pode colocar aqui como uma ação nossa estimular essa atuação em rede. Entre os Tribunais, de maneira interestadual; e intraestadual, com as instituições do Estado. Então eu acho que pode ficar meio que em substituição nesse momento inicial. E a gente vai, aos poucos, indicando em cada documento, em cada coisa, sutilmente, tentando colocar consciência da organização, respeitando... do modelo do novo Tribunal, que precisa avaliar políticas públicas, que foi nesse ambiente que o Tribunal de Contas do Espírito Santo criou. A gente tem a Secretaria Geral de Controle Externo, tem uma Secretaria de Contas e tem uma Secretaria de Controle de Políticas Sociais. Aí tem o Núcleo de Educação, o Núcleo de Saúde e o Núcleo de outras políticas públicas que acaba trabalhando em suporte, às vezes, com educação e saúde; e às vezes com outras políticas mesmo, segurança, assistência social, enfim. A gente pode induzindo vagarosamente. Paulo, eu pergunto se é sobre assunto ou eu posso passar a palavra ao Luiz Henrique, primeiro. Então fica com a palavra pra gente esgotar o assunto.

O SR. CONSELHEIRO CLÁUDIO COUTO TERRÃO (TCE-MG) – Bem “rapidinho”, Rodrigo, só pra complementar minha ideia, na linha do você falando inclusive. Uma das nossas preocupações aqui é com a perenidade as ações pra induzir os aperfeiçoamento na política pública. Então, além de escrever a ação no Planejamento Estratégico, que vai vigorar por oito anos, nós também estamos avaliando, queremos avaliar, talvez até consigamos fazer segundo o padrão considerado ouro o impacto das nossas ações na política pública, pelo menos em uma ação, que o PAIC, que mencionei sem detalhar muito. Eu participei do encontro do Congresso da Atricon. Eu ouvi o conselheiro Puccione fazer uma ótima exposição, fiz contato com ele. Ele está estudando, pesquisando o assunto lá em Cambridge. Depois, inclusive, vai colaborar conosco. Eu acredito que se a gente conseguir evidência científica do impacto da política pública, a gente vai garantir no TCE um apoio pra além desse oito ano do Planejamento Estratégico, e também, o que é mais desafiador, no âmbito dos municípios e no Estado, pra que a gente tenha possibilidade de cobrar concretamente, mas também gerar

conscientização entre os gestores da necessidade, entra gestor e sai gestor, da continuidade dessas ações todas. Acho que isso também pode ser disseminado quando a gente começar. Eu acredito no seguinte. Santa Catarina já deve ter muitas evidências nesse sentido. A gente precisa levar isso ao conhecimento geral. Havendo essa compreensão dos resultados, do impacto efetivo na política pública, a gente começa a disseminar. O Gaepe Rondônia foi o primeiro. Ele rapidamente inspirou o Gaepe Goiás, Mato Grosso do Sul, Gaepe Nacional, e daqui a pouco tantos outros estados.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Bacana, Paulo. Eu estou anotando aqui. E já vou passar a palavra ao Luiz Henrique que já está aguardando ali.

O SR. CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE LIMA (TCE-MT) – Pra uma observação que o Gerson tinha feito, e talvez mereça inclusão aí no rol de prioridades nossas. Que é a questão da articulação legislativa em Brasília. Ele mencionou dois pontos importantes, né? A Revisão do Plano Nacional de Educação e a Lei de Responsabilidade Educacional. Mas com certeza há outras matérias de grande relevância em tramitação e que poderiam ser aprimoradas com a contribuição do conhecimento acumulado dos órgãos de controle externo como subsídio ao debate legislativo. Então eu imagino que não está ao alcance das nossas pernas do Comitê ter uma articulação parlamentar própria. Mas a Atricon e o Instituto Rui Barbosa, o CNPTC, Audicon, enfim, as demais entidades, eles precisam ter essa presença maior no cenário do Congresso Nacional. E a pessoa, o grupo que ficará responsável por essa interlocução sistema Controle Externo, Congresso Nacional, deveria ter um canal direto com o Comitê pra fazer essa passagem de informações. Por exemplo, vai ter uma audiência lá na Comissão de educação sobre um determinado projeto de lei na área educacional. Isso de alguma maneira vai impactar, dada a configuração federativa das nossas políticas, vai impactar os entes subnacionais, que são os nossos jurisdicionados. Pode algum representante do Comitê, algum representante dos Tribunais de Contas ser convidado a contribuir numa audiência pública, num debate como esse, pra que não ocorra o que você assinalou, Gerson. Então queria colocar, resgatando a fala do Gerson, colocar isso no nosso radar. Na interlocução que você, Rodrigo tiver com o Edilberto e

Miola, a importância de ter nessa articulação com o Congresso Nacional esse olhar para as questões e proposições relativas à educação, de maneira que possamos participar, contribuir de algum modo.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheira Susana está querendo responder. Como o conselheiro Gerson pediu a palavra, vou deixar o conselheiro Gerson falar, em seguida em passo pra conselheira. Posso passar a palavra à conselheira Susana?

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA MARIA FONTES DE AZEVEDO FREITAS (TCE-SE) – Com as audiências no Congresso Nacional junto com o IRB e com a Atricon, e alguns conselheiros, logo após a posse de Miola e a posse do presidente do IRB, criamos esse canal. O IRB e a Atricon, hoje eles estão assim, solicitaram tanto o presidente da câmara como também do presidente do Senado. Tivemos audiência com os dois. O da Câmara, foi na residência oficial; e o presidente do Senado, lá no próprio Senado. Então nós criamos assim, tem uma comissão hoje na Atricon composto desde parlamentares federais, como o conselheiro aqui do Tribunal de Contas dos Municípios, Nelsinho Pelegrino, que foi deputado federal, outros deputados federais, que eles compõem essa comissão pra justamente criar esse laço entre a Atricon, entre o IRB junto com o Congresso Nacional. Eu achei muito interessante. Porque nós estamos hoje passando por toda essa agonia da PEC 32 justamente porque nós não tínhamos uma interlocução. Então o posicionamento do colega foi muito importante porque a Atricon e o IRB já estão pensando nisso. Eles já se adiantaram, a posse acho que foi dia 22, logo no dia 23 já tivemos essa reunião que eu fiz parte. Foi muito interessante. O presidente do Senado se colocou à disposição, até as mídias sociais do Senado e da Câmara vão também atuar conjuntamente com o IRB e com a Atricon, em cursos que nós vamos promover. Solicitaram também a TV Senado, as rádios Senado. O Miola falou muito que gosta de rádio, ele queria também colocar todos os nossos cursos à disposição através da TV Senado e da Rádio Senado. Então é muito importante a colocação que você coloca. Porque nós precisamos realmente ter essa interlocução com o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Vou passar a palavra ao Gerson Sicca. Vou pedindo aos colegas pra gente

ir se organizando pra esse horário do almoço. Estou anotando aqui o que está saindo como sugestão estratégica pra que a gente não perca este momento, mas podem ter contrições posteriores. É apenas a linha está dada. Tem uma convergência, isso está claro. Então esse é o ponto mais importante. Conselheiro Gerson Sicca.

O SR. CONSELHEIRO GERSON DOS SANTOS SICCA (TCE-SC) – Queria pontuar aqui as questões como sugestões pra reflexão sobre as diretrizes. Primeiro, Rodrigo, parabenizar o trabalho. Excelente a perspectiva do planejamento, facilita muito o debate. Então acho que excepcional. Acho que vamos conseguir num horizonte muito claro aonde vamos chegar. Eu vou então já pontuar algumas coisas que eu anotei aqui, todas as observações que foram feitas, algumas já foram bem colocadas. Eu não vou repetir. Mas quanto à atuação legislativa, acho que nós temos que ter diretrizes de acompanhamento das pautas nacionais e passa por isso. Nós sabemos que tem a representação do IRB e da Atricon. Mas as questões educacionais elas passam muito por dentro do Comitê. Então é importante esse diálogo. Acho que isso é fundamental. Nós temos um acordo a ser assinado com o MEC, que está pronto. Falta, na verdade, definição da data pelo MEC. Que envolve o MEC, a Atricon, o IRB, CNMP. Mas agora com uma nova mudança de ministro, certamente vai atrasar. Um acordo muito robusto. Nós temos as questões de discussão com o legislativo. Vários de nós aqui já participamos de eventos da Comissão de Educação. E o Cláudio estivemos recentemente numa reunião de uma bancada de um partido na Câmara dos Deputados, que houve o convite para o Miola, ele nos designou. Foi uma reunião muito boa, né, Cláudio? Muito boa! Porque aí você tem uma conversa aberta com os deputados. Nós temos também um grupo de deputados estaduais das Comissões de Educação, que se reúnem periodicamente. Acho que isso é outro foco. Eles têm reunião, eu já participei de reunião em que houve em Florianópolis. Então acho que isso aí tem que ser uma diretriz, complementa as pautas nacionais e diálogos com o legislativo. Voltando à questão das dificuldades nos Tribunais, que a conselheira Susana colocou, eu penso assim, trabalhar na perspectiva de criar uma unidade, às vezes é complicado, enfrenta resistência. Lá em Santa Catarina nós optamos deliberadamente por não fazer isso. Nós não temos uma unidade de educação.

E a ideia foi criar um pequeno núcleo, que eu coordeno, que tenta colocar em todas as diretorias a pauta da educação. Só que eu penso que esse trabalho, o fundamental é comunicação e sensibilização. Porque a educação disputa com outras pautas que também são importantes. Então tem um conselheiro que quer trabalhar saúde, tem outro que quer trabalhar transparência. E esse é o cuidado de se colocar qualquer pauta, assim como educação, dentro de uma Instituição que tem seu histórico, suas dificuldades, suas potencialidades. Que parece que aquela pauta, essa aí é a única pauta, é a mais importante. Então eu acho que tem um trabalho de sensibilização aí, que tem que ser feito. E eu penso que isso não passa por criar uma estrutura ou fazer uma designação mais formal, uma orientação da Atricon, do IRB, do Comitê. Aí nós temos que trabalhar com a perspectiva do multiplicador. As nossas reuniões do Comitê provam isso. Nós temos aqui verdadeiros multiplicadores em cada um de seus Tribunais. A ideia do Rodrigo de ter representações nas regiões, já um grande passo. Porque podemos mapear dentro de cada Tribunal aquelas pessoas que são interessadas, que tem potencial, que querem trabalhar o tema. E aí podemos auxiliá-lo no diálogo a construir soluções que permitam dentro daquele Tribunal ter uma solução boa para o tema da educação ter a importância que ele realmente merece. Então eu acho que esse ponto, conselheiro Rodrigo, acho que ele é importante. Trabalhar na perspectiva do multiplicador, e não buscar os canais formais, chegar no CNPTC vir de cima para baixo, porque acho que não funciona. A outra perspectiva é o de fora pra dentro. Eu sempre digo que lá em Santa Catarina nós conseguimos fazer um trabalho porque a demanda veio de fora. Como assim, por quê? Porque no ano em que fui designado por um presidente, eu disse, "Oh, eu tenho que ter um suporte desse trabalho, etc. e tal, é importante colocar no Planejamento Estratégico". Mas a partir daí eu comecei a dialogar com os atores da educação, Comissão de Educação da Assembleia, que temos um contato franco, direto com os deputados; com outras comissões, Defesa da Juventude, por exemplo; Undime; Uncme. Então no momento que a demanda começa a chegar no Tribunal, e o Tribunal, inclusive, começa a ser citado positivamente, porque sai na imprensa, porque o deputado cita o trabalho do Tribunal, porque o secretário de educação vai lá e fala, "Olha, aquele trabalho é muito bom". Aí começa a ter repercussão, né, a caixa começa a dar a sua ressonância. Mas acho que pra tudo isso, nós temos que trabalhar sensibilização

e a ideia dos multiplicadores. Acho que fica esse ponto como uma sugestão sem fazer esse contato formal. Em relação às metodologias, Rodrigo. Aqui talvez tenhamos que pensar como fazer isso. Acho que é um grande desafio. Porque o Projeto Integrar, ele trabalhou a perspectiva de ter metodologias uniformes mas pra seleção de auditorias. E o que eu percebo desde as auditorias coordenadas que o TCU fazia? Muitas vezes a coisa não tem aquele engajamento, ou não dá aquele retorno que se pensava nos Tribunais, depende muito de cada Tribunal. Ele faz auditoria operacional. O Paulo falou muito bem isso. Eu também tenho essa percepção dele. Faz uma auditoria operacional que leva três, quatro anos, o problema já passou. Ninguém leu o relatório, né. E às vezes essa solução de diálogo, de buscar um termo de ajustamento, elas são muito mais dinâmicas. Então talvez a gente tenha que pensar, o Comitê, não propriamente pra definir metodologias, pra auditorias, que ainda é uma coisa muito amarrada, muito tradicional, penso eu, pra problemas que acontecem muito rapidamente. Talvez tenhamos que pensar nessa perspectiva de ter um parâmetro mínimo, de definir diretrizes de fiscalização e de base de dados que todos os Tribunais possam utilizar. Seja em auditorias, seja em inspeção, seja em levantamento. Aí vai ficar dentro de cada realidade. Porque há temas que às vezes não precisa nem de processo pra resolver. Simplesmente tem um painel, tem um ofício que vai pro Tribunal. Essa nota que o Luiz Henrique mencionou, que ele fez no Mato Grosso, só aquilo chegar no prefeito, já dá um impacto enorme. Então talvez pensar metodologias seja nessa perspectiva. E pensar diretrizes de grandes temas, e aí o Comitê trabalharia os dados, apresentaria aos Tribunais e sugeriria possíveis atuações, que pode ser uma auditoria, pode ser uma inspeção, pode ser uma atuação pelo Gaepe, por exemplo. Então isso seria a minha sugestão quanto a esse ponto. E talvez ter um foco claro talvez. Nós temos aí dois anos pra pensar planejamento, um foco de atuação. Eu sugeriria um baseado aí em duas experiências. A experiência do TCM do Pará, do Projeto Marajó, que eu considero sensacional, mapeou 16 municípios de uma região muito pobre. E está atuando numa região que precisa de uma área específica. E a experiência do Espírito Santo, do regime de colaboração. Eu tenho conversado com o pessoal do meu Tribunal, que acho fantástico. Discutir distribuição de vagas; o problema da cessão de profissionais da educação. Então se nós tivéssemos um eixo preferencial de atuação em redução das desigualdades e regime de

colaboração, que é o tema em pauta agora no Congresso Nacional, sem abrir mão, obviamente, de financiamento, dos temas que são muito importantes. Mas se nós pudéssemos ter uma estratégia de fiscalização, sensibilização, atuação em rede nessas duas situações. Pensando aqui, imagine que nós temos dados hoje pra mapear a desigualdade educacional no Brasil, ... com nossas parcerias, os próprios projetos, “A educação não pode esperar”, fez isso. Nós poderíamos mapear as regiões nos estados que precisam mais de um atendimento emergencial. Aquilo que ia falar, gente, não tem como abraçar tudo. Então poderíamos, “Oh, Sergipe tem essa área de atuação, Santa Catarina tem essa”. Eu sei que 71 municípios de Santa Catarina, se tivesse uma atuação hoje preferencial do poder público, o Plano Estadual de Educação decolaria nas suas taxas de atendimento. São 71, de 295. É 70, 71. Então se conseguíssemos fazer isso, e trabalhar na perspectiva da colaboração, “olha essa é a diretriz de atuação do Comitê nesses dois anos”, já daríamos um passo enorme. Só pra encerrar mesmo, gaúcho fala demais, tem esse problema. Pra dar um exemplo de como poderíamos atuar. O Projeto Integrar ele desenvolveu indicador de infraestrutura. Isso que o Luiz Henrique falou é sensacional. A gente está discutindo qualidade da educação e tem escola caindo. O indicador de infraestrutura, nós temos hoje, todos os Tribunais receberam isso, todos os municípios do Brasil têm lá o seu indicador de infraestrutura. Aquilo é pra seleção de auditoria. E eu já sei que a escola tá caindo hoje, fazer uma operacional pra cinco anos não vai resolver o problema do aluno que tá ali hoje. Lá em Santa Catarina nós recebemos o indicador. O pessoal de lá também trabalhou no desenvolvimento. A primeira pergunta que fiz pra eles, “O indicador está desdobrado por rede?” Disse, “Não”. “Então tem que desdobrar por rede, quero saber o que é do Estado, o que é do município dentro daquele município. Dá pra fazer?” Dá pra fazer. Nós temos um painel que mostra em cada município de Santa Catarina o indicador de infraestrutura do Projeto Integrar por rede estadual e municipal por escola. Eu consigo dizer assim, “Olha, Florianópolis, “x” escolas estão bem, “x” estão mal”, e dentro do subindicador, se tem laboratório, se é problema de infraestrutura de banheiros, sala de aula, etc. Se o Comitê começar a fazer esse tipo de trabalho com dados e apresentar um nível de detalhamento que dê uma orientação pro trabalho, acho que se a gente fizer isso em dois anos, em algumas áreas, a infraestrutura a gente já tem pronto. Está pronto. Assim

como o trabalho de regime de colaboração que dá pra potencializar, pegar dois, três, quatro temas, redução da desigualdade, e regime de colaboração. Se a gente conseguir fazer isso e encaminhar, acho que vai ser excelente. Essas aí são minhas sugestões iniciais pra gente pensar em termos de diretrizes.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Gerson, eu já anotei aqui algumas coisas. Eu acho que algumas delas estão contempladas. Por exemplo, essa questão do indicador de infraestrutura, os painéis, está lá contemplada naquela parte de analisar os dados que precisam estar disponibilizados nos portais do IRB. E aí a gente precisa ver como é que a gente avança pra isso. Do ponto de vista da metodologia, a gente está usando essa questão da difusão da metodologia, porque a gente ouviu. Quando começa a conversar os Tribunais estão em descompasso muito grande em relação aos métodos de trabalho. A gente propõe no IRB o mesmo levantamento, uma mesma fiscalização, mas cada Tribunal ele tem um hábito, ele tem uma técnica, ele tem um método diferente. Então se a gente for fazendo, eu peço uma fiscalização, mas está difundida a metodologia, ela vai receber crítica, ela vai receber contribuição, enfim. Então é por isso que a gente está falando dessa difusão de metodologia. Inclusive, a Rede Integrar tem críticas em relação à atuação do próprio TCU no Movimento da Rede Integrar porque coloca – estou vendendo o peixe no preço que me venderam, tá, não estou dizendo que é uma verdade absoluta não – mas coloca uma metodologia pra seleção do ponto de controle. Mas depois aquele ponto de controle não é exatamente o que o TCU queria, ele muda o ponto de controle. E induz um outro ponto de controle. Por exemplo, na questão desse último que está medindo o ensino médio, os Tribunais de Contas dos Municípios estão fora dessa fiscalização. E não eram o apontamento inicial que foi definido na metodologia pra chegar ao ponto de controle, mas era uma questão que pro TCU era importante, então ganhou um peso maior. Então a gente precisa estar com isso claro pra não acabar sofrendo com isso. E aí do ponto de vista da atuação, as fiscalizações, a gente vai tentar combinar na comissão com os técnicos, pela ligação com os presidentes. Tentando atender isso que a Susana fala. Porque se a gente define a fiscalização lá, a gente induz no Tribunal naquele ambiente. Eu vou fazer um plano de fiscalização, o técnico faz, leva ao presidente, aprova, já está tudo previsto lá.

Então nós vamos tentar induzir nesse caminho. As ferramentas, a gente precisa identificar, igual essa. Nós identificamos que o Paulo está fazendo uma lá em Rondônia, que é importante pra nós, vamos pegar ela aqui e trazer pra cá? Eu estou de olho naquelas ferramentas de Santa Catarina. Você fica esfregando ela na cara da gente, a gente vai pegar aquele e botar no portal do IRB uma hora, né, Terrão? Ele fica exibindo esse negócio pra gente, nós vamos pegar esse troço e botar no portal do IRB, porque são fantásticas realmente. Quem não conheceu os levantamentos das estratégias e das metas do Plano de Educação que o Tribunal de Santa Catarina faz, precisa fazer. Estão aqui anotadas todas as contribuições, a questão trazida pelo conselheiro Luiz Henrique, pelo conselheiro Terrão. Eu anotei, vou sintetizar depois. Sugiro que a gente faça o intervalo pro almoço. O pessoal aqui da Bahia que gentilmente organizou um almoço que vocês vão perder também. Vou fazer igual ao Inaldo. Então duas horas retornaremos. Ok? Muito obrigado por essa manhã produtiva. À tarde nos encontramos novamente. Obrigado, gente! **(final)**

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Vamos retomar! Nós já estamos bem atrasados. Peço desculpas, mais uma vez, como tivemos aí um atraso pra sair, e o restaurante era bastante longe. Mas compensou cada quilômetro, não é, conselheira Susana? Retomando os trabalhos da tarde, iniciamos com a participação do nosso querido amigo, colega do Tribunal de Rondônia, conselheiro Paulo Curi. Está contigo a bola, amigo! Fique à vontade.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Beleza! Vamos em frente! Obrigado, Rodrigo! Semeando discórdia e fazendo inveja a todos os presentes, aliás, ausentes, não é, Rodrigo, que não puderem testemunhar essa ótima culinária baiana.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Só em minha defesa, Paulo. Isso foi uma recomendação do conselheiro Inaldo.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Posso prosseguir, Rodrigo? Então o nosso coordenador técnico, Rodrigo, nos pede - bem-vinda, conselheira Cristiana, conselheira Rosa - nos pede pra falar um pouco da experiência aqui

do Estado de Rondônia, que envolve o gabinete, o Gaepe. O Gaepe foi uma instância de articulação interinstitucional, criada em abril de 2020. Inicialmente esse gabinete foi criado pra promover discussões pra enfrentar e minimizar o impacto da pandemia na educação. O nome dele, inicialmente, foi Gabinete de Articulação pro Enfrentamento da Pandemia na Educação. Quando os efeitos da pandemia minimizaram, nós mantivemos a sigla mas modificamos a definição do gabinete pra Gabinete de Articulação pra Efetividade da Política Educacional. Porque nós conseguimos finalmente começar a debater questões estruturais na educação. Esse gabinete nasce por aqui diante de uma percepção, que nós já tínhamos, de que as nossas auditorias operacionais estavam implicando em resultados débeis por uma série de fatores que são próprios da nossa experiência aqui do Estado do Rondônia. Não estou aqui sugerindo que seja realidade do resto do País, mas suspeito que os Tribunais de Contas em geral enfrentam as mesmas dificuldades. Muitas vezes fazíamos até diagnósticos nas nossas operacionais bastante bem feitos; era certamente uma regra. Mas não era uma situação absolutamente universal, porque às vezes por carência de quadros técnicos, sobretudo especialistas da área investigada, nem sempre esse diagnóstico era impecável. Mas, pra além disso, apesar de diagnósticos eventualmente bem feitos, e eventualmente até de sinalizações de boas práticas pra resolver as situações problemas diagnosticadas, a resposta nunca vinha a contento. Nós perdíamos muito tempo dialogando com a gestão à espera de planos de ação pra fazer frente, pra reagir aos nossos levantamentos, aos nossos achados. Isso porque nós fazíamos as nossas abordagens com o déficit de diálogo, devemos reconhecer isso, de uma forma verticalizada. Nem sempre conhecíamos a realidade profunda da administração pública fiscalizada. Eu registrei aí uma intervenção do Sicca, uma das várias boas intervenções do Sicca, no sentido de que às vezes as nossas intervenções não observam o chão da escola, a realidade muito específica da escola. E acabamos por dificultar ou comprometer o resultado da política pública. Essa era uma realidade das nossas operacionais, nem sempre a gente conseguia fazer o diagnóstico verdadeiramente profundo que se conectava bem com a realidade da administração pública. E às vezes até subvertíamos as prioridades da administração pública por não conhecermos bem a realidade, nem sempre conseguimos identificar aquilo que poderia realmente gerar efeitos mais

contundentes na política pública fiscalizada. Além disso, nós temos que reconhecer que há um histórico longo de desconfiança da gestão em relação aos órgãos de controle. Pelo menos essa era a realidade, e talvez não seja mais a do Estado de Rondônia. E aí havia uma resistência natural tudo àquilo que a gente propunha, sobretudo quando a sinalização era de colaboração, por meio das operacionais, sem imediatamente uma implicação de sanção. E por fim, há uma debilidade técnica inquestionável sobretudo nas administrações municipais. Eu estou fazendo essa consideração inicial pra registrar que a nossa experiência de 15 anos, talvez um pouco mais, em auditorias operacionais, se não foi um completo fiasco, muito provavelmente se aproximou bastante disso. Então a gente inicia a gestão aqui com essa premissa de que nós tínhamos que fazer alguma coisa realmente diferente. E aí eu pedi socorro pro então coordenador técnico do IRB. Vou citar o nome dele porque o conselheiro Rodrigo já está incomodado com essas sucessivas referências ao conselheiro Miola, brincadeira à parte, conselheiro Rodrigo. Mas ele organizou encontros no Estado de São Paulo, ainda antes de eu assumir a presidência, com várias discussões que atuam na área de educação, “Todos pela Educação”, “Instituto Natura”, “Fundação Lemann”. Foram reuniões extremamente proveitosas pra gente pensar em soluções na área da educação. E aí, dessas reuniões nasceu uma ideia de fazermos um encontro técnico; que nós fizemos em janeiro de 2020, aqui em Rondônia, que reunimos essas instituições todas, os gestores, órgãos de controle, o TCU esteve aqui muito bem representado, as instituições de ensino superior, enfim. Foi um encontro extremamente valioso pra tirarmos uma série de percepções sobre como deveríamos atuar nessa fiscalização da política pública educacional. E ali também nós conhecemos o Instituto Articule, que coincidentemente, exatamente naquele período, tinha procurado o CTE IRB pra propor uma solução inovadora, de diálogo e de cooperação envolvendo a política pública educacional. Quando a gente teve ciência desse modelo que eles defendiam... E eu devo registrar muito claramente aqui que a ideia desse gabinete é do Instituto Articule, não do Tribunal de Contas de Rondônia, e muito menos minha. Eu só tinha a percepção. Nós aqui, conselheiros do Tribunal de Contas de Rondônia tínhamos a percepção que a gente tinha que fazer alguma coisa diferente, nós tínhamos que intensificar o diálogo, tínhamos que cooperar mais assertivamente com a gestão pra assegurar os resultados. Mas não

imaginávamos essa solução. Essa solução foi trazida pelo Instituto Articule. A partir inclusive de uma referência de sucesso ocorrida no Estado de São Paulo no que toca à criação de vagas para a educação infantil no Município de São Paulo. Esse gabinete congrega O Tribunal de Contas; o Ministério Público de Contas; Ministério Público do Estado; Poder Judiciário; Defensoria Pública, então órgãos de controle e sistema de justiça; secretário de estado da educação; Conselho Estadual de Educação; associação que reúne os Conselhos Municipais de Educação, a Uncme; a Undime, que representa os secretários municipais de educação; associação que congrega os municípios aqui do Estado de Rondônia, são 52 municípios, chamado AROM; sindicatos, basicamente é essa a composição. Desde então, então desde abril de 2020, vínhamos fazendo reunião. Tiveram em algum momento, em situações de maior urgência, uma periodicidade semanal. Mas depois se consolidou uma periodicidade quinzenal. São reuniões extremamente ricas, muito produtivas, longas, um tanto cansativas; elas acabam se arrastando por mais ou menos cinco horas, quinzenalmente, às sextas-feiras à tarde. Foi o dia da semana que definimos aqui para as nossas reuniões do Gaepe. Não sei se eu disse que nós já fizemos quase 50 reuniões. Uma das razões de sucesso do Gaepe de Rondônia é o fato de nós termos uma mediação profissionalizada feita pelo Instituto Articule. Eu também não posso deixar de reconhecer isso. A característica fundamental desse gabinete é a sua horizontalidade. Então além da necessidade de haver uma mediação profissional que nos ajude com conhecimento da política pública a definir uma pauta, assegurar os encaminhamentos em cada reunião, há necessidade também de que não haja protagonismo único de uma dessas instituições que participam do Gaepe. Então embora o TCE de Rondônia hospede esse Gaepe e assegure os insumos mais relevantes pra que ele funcione, ele não tem um protagonismo único, não tem uma postura de verticalidade em relação aos demais participantes. Realmente o que se propõe é uma construção verdadeiramente coletiva e democrática e plural. Eu posso relacionar aqui, eu vou fazer exemplificativamente, muitos dos resultados gerados pelo Gaepe. De cara, ele aproximou ainda mais os órgãos de controle, falo TC, MPC e MP do Estado. Então nós passamos a atuar de forma muito convergente, e dividindo tarefas, deixando de incorrer em retrabalho. Só pra vocês terem uma ideia, uma das ações que foi intensamente discutida no Gaepe,

que são tocadas pelas instituições de controle aqui, é o Busca Ativa, invocando a estratégica do UNICEF. E o MP, antes do Gaepe, tinha uma estratégia própria de Busca Ativa. Conversando com o MP, eles optaram por abandonar a estratégia deles pra nós adotarmos uma estratégia única, que passou a ser realmente a do Unicef. E aí nós passamos a colaborar para a Busca Ativa. Graças às deliberações, discussões havidas no Gaepe, nós conseguimos que os 52 municípios de Rondônia reconfirmassem, logo no início desse mandato, a sua inclusão à estratégia de Busca Ativa do Unicef. E o Estado, que não havia aderido, também passou a aderir, mais do que nunca, a coordenar a Busca Ativa aqui em âmbito estadual e municipal. Um outro efeito muito positivo que vem se intensificando em função do funcionamento desse gabinete é o aprofundamento quase que radical, mas ainda insuficiente, devo dizer, do regime de colaboração do Estado com os municípios. Essa percepção, eu colho, não apenas da nossa vivência no Gaepe, mas a partir também do relato das secretárias municipais de educação, sobretudo das dirigentes da Undime. A SEDU que passou a canalizar muito mais recursos financeiros aos municípios. Passou a assegurar apoio técnico, em particular, por exemplo, no Busca Ativa, mas também em relação transporte escolar; ofereceu apoio técnico pra elaborar os planos de retomada às atividades presenciais; disponibilizou EPIs, máscaras, álcool em gel para os municípios, pra facilitar o retorno às atividades presenciais, e muitas outras ações. Eu digo que a lei ainda é insuficiente porque nós ainda não temos uma legislação que regulamente o regime de colaboração, como preconiza hoje a 14.113. Também nós defendemos muito intensamente junto à SEDU, que eles coordenassem um programa na área de alfabetização para apoiar os municípios em várias questões. Mas não conseguimos ainda sensibilizar o secretário de educação pra isso. É uma oportunidade que a SEDU que pede, porque o nosso foco inicial aqui em Rondônia, do TCE de Rondônia, é exatamente a educação infantil e a alfabetização. E o Estado do Ceará usou essa estratégia, e avançou muitíssimo na alfabetização a partir dessa colaboração da secretaria de estado da educação. Além disso, quando nós começamos o gabinete, Rodrigo, pra você ter uma ideia, tinha acabado de ser aprovado uma regulamentação do Conselho Estadual de Educação dizendo que era facultativa as atividades remotas. Eu lembro que na primeira reunião nós debatemos isso, e o Conselho Estadual de Educação imediatamente reviu, revisitou essa regulamentação e preconizou, e

definiu a obrigatoriedade das atividades remotas. O que se percebe também, houve um intenso debate e foram tomadas muitas decisões pra continuidade dessas atividades remotas. Foram desenvolvidas ações relativas à questão da conectividade e da disponibilidade de equipamentos de informática. A partir dessa deliberação e da escuta de especialistas que foram ouvidos nas reuniões do Gaepe, a SEDU que iniciou um programa pra assegurar conectividade em todas as escolas pra segurar conectividade também pra profissionais da educação e para alunos mais carentes e também pra distribuir equipamentos de informática. Esse projeto da SEDU que só não avançou porque, é importante dizer, embora a gente colaborando e dialogando, nós não nos demitimos da competência de realizar as ações de conformidade. E ao fiscalizar essa ação, nós percebemos graves irregularidades nesse projeto da SEDU, que tivemos que determinar a suspensão. O Tribunal de Contas determinou a suspensão do procedimento. E eles estão ajustando o projeto de aquisição de material de informática pra retomar esse programa de distribuição, inclusive pra alunos carentes. Mas alguns municípios avançaram e já conseguiram distribuir esse equipamento, vários municípios, muito em função das discussões do Gaepe, das deliberações que são tomadas no Gaepe. E outros estão encaminhando esses projetos. Uma das preocupações muito presentes no Gaepe nesse período diz respeito à retomada das atividades presenciais. Então em maio de 2020, os MPs de Contas de Estado se reuniram e formularam uma notificação recomendatória para que a administração planejasse o retorno às atividades presenciais. Em paralelo, nós programamos auditorias pra verificar se esses planos de retomada às atividades presenciais estavam sendo elaboradas efetivamente. Na primeira aproximação nós detectamos muitos municípios sem qualquer plano, e a maioria deles com planos extremamente frágeis, débeis. Até porque a gente já tinha definido no Gaepe um referencial mínimo que deveria ser observado nesses planos, deveria contemplar um protocolo sanitário, pedagógico, psicossocial e também voltado ao transporte escolar. Então essa auditoria foi se desenvolvendo para apoiar os municípios na elaboração desse plano. E já no início de 2021, os nossos 52 municípios tinham plano de retomar às atividades presenciais que percorriam todos esses aspectos que eu mencionei. Então foi uma ação de considerável sucesso. Eu disse também, acho que numa intervenção hoje pela manhã, que a nossa atuação no Gaepe era pra que o

retorno às atividades presenciais se processasse logo no início de 2021. Mas a contaminação do Covid explodiu aqui em Rondônia em janeiro, fevereiro e março de 2021. Tivemos uma situação extremamente grave, de colapso na saúde, de fila de mais de 200 pessoas pra UTI. Muitas vidas foram perdidas. E aí, nós mesmos, no Gaepe, a despeito da nossa percepção, de todo o prejuízo gerado pela suspensão das atividades presenciais, entendemos que deveríamos aguardar as coisas melhorar. Mas paralelamente a isso, aliás, ainda em 2020, nós convidamos pra atuar no Gaepe permanentemente - e aí é a marca da intersetorialidade do Gaepe - uma representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia. Então uma técnica muito qualificada dessa agência passou a participar de todas as reuniões; ela inclusive vem contribuindo com o Gaepe nacional, dra. Flavia Serrão. E a partir da participação dela, ela elaborou protocolos específicos pras escolas. Fez adaptações, ouvindo as dificuldades das gestoras. E vem dando um apoio fundamental, tirando dúvidas, resolvendo controvérsias sobre vários aspectos relacionados à pandemia. Inclusive, a partir dessa intervenção dela, nós emitimos algumas notas técnicas bastantes valiosas aqui pelo Gaepe. Uma nota técnica dizendo da necessidade de priorizar o retorno às atividades presenciais, mencionando a necessidade de cumprir aqueles protocolos que estão respaldados nos planos de retomada. Outra nota técnica, defendendo a priorização da vacinação de profissionais da educação, mesmo antes disso ser reconhecido pelo Ministério da Saúde, de redução do intervalo entre as doses, pelo menos para os profissionais da educação. Foi criado a partir do Gaepe, com apoio de todas as instituições, de várias instituições que integram esse gabinete, uma governança que redundou na designação de comissões estaduais e municipais, multidisciplinares com a participação dos sindicatos pra verificar *in loco*, em cada unidade escolar o efetivo cumprimento desse plano de retomar às atividades presenciais, desses protocolos todos. O Tribunal de Contas disponibilizou instrumento de informática pra que a gente tivesse o controle disso de forma sistematizada, eletrônica. Então foi uma medida que deu segurança e que foi bastante importante quando os sindicatos aqui anunciaram greves. Eles até participavam das reuniões do Gaepe, mas resistiram. Vieram conosco, tivemos oportunidade de juntar todos os órgãos aqui, e expusemos as nossas preocupações, as perdas geradas, e a estratégia bastante segura pro retorno às atividades presenciais. Tanto que,

ainda assim, mantiveram o estado de greve, houve o rechaço aqui pelo Judiciário do Estado de Rondônia, inclusive invocando ações e notas técnicas do Gaepe. Salvo engano, conselheira Cristiana, o Tribunal de Justiça de São Paulo, numa situação parecida aí chegou a mencionar, acho que uma nota técnica do Gaepe de Rondônia na fundamentação da decisão que declarou ilegal a greve dos profissionais da educação aí em São Paulo. Então é curioso, mas a notícia chegou aí ao grande Estado de São Paulo. Veja! Eu poderia passar aqui muito tempo ainda mencionando cada um dos resultados que nós já tivemos. Assim, em relação ao retorno às atividades presenciais, aqui em Rondônia tivemos as atividades suspensas, além da média mundial, muito além, e também acima da média nacional. Estados como o de São Paulo retornaram no início de março, por volta de março de 2021. Nós até tivemos uma reunião que contou com a participação do secretário municipal de educação aí do Município de São Paulo. Foi muito proveitosa, em que ele pode relatar como ele fez pra assegurar o retorno às atividades presenciais, e como assegurou segurança pra retorno e venceu as resistências. Mas aqui em Rondônia, uma situação pontual, decorrente da pandemia, nós só conseguimos assegurar o retorno, induzir ao retorno, melhor dizendo, a partir de julho do ano de 2021. Mas o fato é que, embora considerando a realidade nacional, a nossa situação seja positiva, considerando a realidade da Região Norte, provavelmente nós somos o único Estado da Região Norte que assegurou 100% de retorno às atividades presenciais em 2021. Parcial, é verdade, não foi um retorno completo em cada município, mas todos os municípios retornaram às atividades presenciais em 2021. Inclusive nós tínhamos aqui, sete ou oito municípios que resistiam. Nós fizemos uma reunião extraordinária do Gaepe com os prefeitos e secretários pra gerar essa sensibilização sobre a necessidade do retorno. Inclusive, aconteceu um episódio engraçado, porque eu ouvi do secretário – o prefeito estava ausente –, o secretário mesmo reconheceu pra nós que as condições estavam favoráveis ao retorno e que quem resistia era o prefeito. Aí nós pedimos pra ele trazer o prefeito pra reunião. E o prefeito acabou convencido, um pouco constrangido, que precisava retornar mesmo às atividades presenciais. Que foi muito importante pra começar a recuperar as perdas. E também pra que pudéssemos apoiar a administração, como eu mencionei também pela manhã, a realizar uma avaliação diagnóstica dos estudantes do ensino fundamental; como eu disse, foi

a mais ampla avaliação diagnóstica já feita no Estado de Rondônia, com um resultado muito importante. Porque a gente já começou a induzir ali medidas com o apoio de especialistas pra recuperar essas perdas geradas por uma suspensão tão prolongada das atividades presenciais. A partir dali também desdobramos várias ações como questionário, que espelha boas práticas na gestão educacional, nacionais, internacionais. Práticas que nós tivemos o cuidado de verificar que são testadas e aprovadas, enfim, muitas ações. Mas eu já vou encaminhando pro final, Rodrigo, pra dizer o seguinte, de forma geral, que resultado a gente colhe nessa experiência do Gaepe? Primeiro, um artigo que a Alessandra Gotti, que é presidente do Instituto Articule, menciona muito. Aliás, esqueci de dizer que a Assembleia Legislativa, por meio da sua Comissão de Educação, ela é convidada pra todas as reuniões, e eventualmente um deputado participa, mas não é a regra, mas sempre tem alguém lá um servidor da Comissão de Educação da Assembleia. Mas a interação com a Assembleia acaba sendo parcialmente positiva. Poderia ser melhor, mas o Gaepe vem sendo muito citado, inclusive na Assembleia em várias intervenções dos parlamentares da Comissão de Educação. E qualquer questão da educação eles trazem também pro Gaepe. Não é a melhor relação do mundo, devo confessar, mas é uma relação bem melhor do que aquela que havia anteriormente. Mas um artigo fundamental que é gerado por esse gabinete, segurança jurídica. Primeiro, as decisões são muito legitimadas, porque passam por uma discussão muito ampla envolvendo todas essas instituições, são qualificadas. E também tem segurança jurídica, geram essa segurança jurídica pros gestores, minimizando fortemente um risco de impugnações que atravanquem as medidas administrativas para implementá-las, e também até diminui o risco de responsabilidade pessoal do gestor. Outro aspecto igualmente relevante, quando eu mencionei... O Terrão, acho que não está conosco ainda, não sei se ele virá, mas ele, ao saber que eu também optaria, nessa gestão de presidente do TCE, por priorizar a educação, ele me disse o seguinte, “Paulo, a minha maior dificuldade aqui em Minas foi reverter uma desconfiança profunda dos gestores da gestão em relação ao Tribunal de Contas. De modo a interditar uma cooperação que eu queria viabilizar entre o TCE e a gestão”. Inegavelmente esse objetivo nós alcançamos aqui em Rondônia, a partir do Gaepe. Pra vocês terem uma ideia, logo que eu assumi a presidência, antes da pandemia, assumi em janeiro de 20, eu convidei

os dirigentes da Undime pra uma reunião aqui no TCE. E eles chegaram assustados aqui, porque o Tribunal de Contas estava convidando eles pra conversar. E ficaram surpresos quando tiveram ciência de que, na verdade, a reunião era pra que a gente iniciasse um processo longo de diálogo e de cooperação. Eu participei, essa semana passada, de uma reunião extraordinária da Undime, que reuniu praticamente todos os secretários municipais de educação, que, no interior do Estado, foi a primeira reunião presencial nesses dois anos. E foram muitos os testemunhos das secretárias, no sentido de que nós expirávamos um temor profundo. E agora elas estão maravilhadas – a maior parte é de secretária, né – com essa cooperação que vem se realizando dos Órgãos de Controle via Gaepe. Então acho que conseguimos sucesso nisso, conselheiro Rodrigo, de reverter essa desconfiança histórica do gestor em relação ao Tribunal de Contas, aos Órgãos de Controle em geral, recorrente de uma perspectiva meramente de conformidade, verticalizada e punitiva. Eu sempre destaco, repito, que nós queremos cooperar, mas isso não implica que nós nos demitiremos das competências pra fazer a fiscalização tradicional de conformidade que pode redundar em comissão. É importante dizer isso. Um outro aspecto bastante relevante, eu penso que, de forma geral, o Gaepe contribuiu pra colocar na agenda dos municípios, senão em definitivo, pelo menos no médio prazo, a política pública educacional. Porque as secretárias que vem participando, num grupo muito grande das reuniões do Gaepe - nós temos por volta de 80, 90 pessoas participando das reuniões, a cada reunião, é sempre remota -, elas levam pra seus municípios essas percepções, as deliberações, os aprendizados que elas colhem nas reuniões do Gaepe. E o que a gente tem aqui claro, de percepção histórica, no contato com os municípios, sobretudo, é de que, quando muito, a educação é uma prioridade apenas no discurso, quando muito. A sensação que nós temos é que as regras relacionadas à educação, que buscam garantir recursos pra educação, elas são um verdadeiro incômodo pros gestores. Eles sabem que o Tribunal de Contas de Rondônia tem uma jurisprudência muito firme em relação ao cumprimento dessas regras, nós desaprovamos contas, desde a Década de 90, para aqueles que descumprem essas regras. Então que eles tenham essa obrigação de cumprir. Mas isso não vem implicando na priorização da educação. Rondônia é um Estado com apenas 52 municípios, embora tenha mais ou menos o tamanho do Estado de São Paulo,

e o que dá voto aqui é cuidar das estradas. E essa é a preocupação mais cotidiana dos nossos prefeitos. Então o relato das gestoras, de forma geral, é de elas tinham, na linha aí do que a conselheira Susana mencionou, nas dificuldades internas que ela tem no TCE de Sergipe, era a percepção que a gente colhia das secretárias municipais de educação em relação aos prefeitos, uma desimportância, quase que um desvalor que era atribuído à educação. Isso mudou radicalmente pelo relato de muitas secretárias municipais. Elas conseguem ser ouvidas e implementar as ações que são objetos de deliberação no Gaepe. Então um resultado muito claro. Talvez seja até o melhor resultado do Gaepe, seja o fato que nós termos empoderado as gestoras educacionais aqui no Estado de Rondônia. Agora, temos que ter cuidado na hora de pensar nessa solução. Ele depende realmente de uma mediação profissional, é importante destacar. O Tribunal de Contas tem o papel vital. Pode assegurar os recursos, mas não pode ser o protagonista único disso. Porque a marca do gabinete é a horizontalidade, repito, que eu mencionei no início. E também é importante destacar o seguinte, pra dar certo, tem que querer muito. Tem que querer muito! O Tribunal de Contas tem que se fazer representar. Eu participei de todas as quase 50 reuniões do Gaepe, às sextas-feiras à tarde. Isso é muito importante. Dois promotores participam das reuniões do Gaepe, muito colaborativas, compreendendo bem os propósitos desse gabinete. O Ministério Público de Contas também está sempre representado nas reuniões do Gaepe. O secretário de estado de educação, pouquíssimas vezes deixou de participar das reuniões do Gaepe. É outro aspecto muito relevante. Assim como o Conselho Estadual de Educação, dirigentes da Undime, representantes da AROM, e tantos outros personagens importantes pra política pública educacional de Rondônia. Então para dar certo tudo depende de muito esforço. E pra finalizar mesmo, Rodrigo, eu diria o seguinte, a gente percebendo todo o potencial do Gaepe, hoje todas as ações que nós desenvolvemos, e são muitas as ações desenvolvidas pelos órgãos de controle, em particular pelo Tribunal de Contas na área da educação, nós lançamos essas ações do Gaepe, concluímos ela no Gaepe. Isso tem potencializado os resultados das nossas próprias ações. Então isso vem reforçando. O Gaepe vem reforçando muito as nossas ações e potencializando os resultados daquilo que a gente vem fazendo por aqui. E é

uma ótima prática. Mas depende de muito esforço pra dar certo. Essa era a nossa contribuição. Muito obrigado pela oportunidade, Rodrigo!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Obrigado, Paulo! Susana lhe aplaude, e todos nós, pela iniciativa, pelo trabalho. Nós estamos aqui numa discussão do Comitê Técnico de Educação pra visualizar aquilo que nós implementaremos nos nossos ambientes. E pra nós, olharmos o Gaepe, assim, todo mundo ouve falar do Gaepe. E é importante que a gente tem informações até o limite deles. Você falou aí de custos, você falou da mediação profissional. Eu não sei se é possível, mas eu queria que você tratasse desses temas sensíveis, porque para o Comitê Técnico de Educação colocar no nosso planejamento a indução, o fomento, a gente tem que ter noção de que há uma... A decisão vai ser dos Tribunais, obviamente, que vão puxar. Mas questões aí em Rondônia, tem a mediação profissional, tudo mais, mas quem puxou o movimento? Apresentaram a você? O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia que puxou, que foi o indutor inicial, que foi o primeiro a puxar? Como se estabeleceu a institucionalização do Gaepe? Qual é o custo, como ele está distribuído? O Tribunal assume tudo? Ele é horizontal no protagonismo, mas é horizontal nas despesas? É horizontal no ônus e no bônus, né? Então assim, queria que você tocasse nesses assuntos pra ajudar os nossos colegas que, por ventura, tenham desejo de implementar os Gaepes em seus estados ou de incentivar a implementação nos Gaepes em seus estados.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURTI (TCE-RO) – Ok! Vamos lá, efetivamente, respondendo a cada uma dessas questões. A ideia nasce do Instituto Articule. Inicialmente, o que eu fiz, não há uma regulamentação. Nós não aprovamos nenhuma norma que cria o Gaepe. Pra viabilizar o gabinete, eu fiz contato pessoal com cada órgão que hoje integra o Gaepe; e houve muita receptividade pra participação. No início, com alguma desconfiança, com uma certa incompreensão, mas ele ganhou fôlego rapidamente e assumiu uma dinâmica, assim, já nas primeiras reuniões, muito favoráveis. O Instituto Articule, quando foi criado o Gaepe, ele tinha feito um acordo de colaboração, de cooperação com a Atricon e o IRB, com as duas instituições. E na sequência com o Tribunal de Contas de Rondônia. E essa articulação que eles asseguram, essa mediação profissional que ele fazem, ela inicialmente foi feita gratuitamente. Isso demorou,

isso se arrastou por mais de um ano. Eles tinham expectativa de conseguir financiamento privado pra essa atuação deles. Mas eles não conseguiram esse financiamento privado. E depois de um ano e alguma coisa, nós analisamos alternativas pra contratação do Instituto Articule. Fizemos uma contratação, salvo engano, por inexigibilidade; acho que foi inexigibilidade, não foi dispensa. E nós assumimos, passamos a assumir os custos dessa mediação. E esses custos envolvem não apenas a mediação direta, mas uma série de apoios que eles nos asseguram, nos oferecem, a partir do conhecimento especializado que eles têm na política educacional. Pelo o que eu me lembre, mas eu posso compartilhar toda essa documentação, são documentos públicos, já fiz esse compartilhamento com o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, se não me engano. Não sei se fiz com o Acre também. Mas está disponível pra todos os Tribunais de Contas. Mas a parte da mediação, pelo o que eu me lembre giraria em torno de cem mil reais por ano. Só a parte da mediação. Mas como a gente percebeu que o Articule poderia nos apoiar em várias frentes, nós fizemos uma previsão no termo de referência de outras entregas, como por exemplo, algum apoio para o planejamento de auditorias operacionais que a gente vem executando, por exemplo, aqui na educação infantil, pra ter referencial de qualidade na educação infantil. É uma atuação de apoio deles no que toca a ordenação das filas da educação infantil e algumas outras coisas. Mas para o funcionamento do Gaepe, seu eu não me engano, eu não posso cravar isso, girava em torno de cem mil reais por ano. Quer mais, Rodrigo, não sei se contemplei tudo?

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Não. É isso. E o custeio é todo com o Tribunal de Contas que Rondônia, que você falou.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Custeio? Custeio é exclusivamente nosso. A gente tem condição de assegurar isso. Se eu buscasse eventualmente distribuir esses custos, não são muito expressivos, se eu buscar distribuir talvez isso fosse um obstáculo, sobretudo na fase inicial. Embora a gente só tenha assumido esses custos um ano e pouco depois. Mas a gente acabou assumindo porque as condições... Porque a gente percebe, com muita

clareza, o tamanho da contribuição desse gabinete para as nossas próprias ações. Então a gente tá muito tranquilo com isso.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Conselheiro Fabrício, está com a mão levantada e já tem a palavra.

O SR. CONSELHEIRO FABRÍCIO MOTA (TCM-GO) – Obrigado, caro conselheiro Rodrigo, prezados, colegas, todos. Um relato bem rápido. O conselheiro Paulo Curi foi muito feliz. A experiência que foi pioneira, inovadora e tem sido também um exemplo pra todas as outras, inclusive para o Gaepe Brasil. Eu quero complementar muito brevemente, com base na experiência de Goiás, e reforçar na nossa visão algumas coisas que o Paulo colocou. Primeiro que muito desse sucesso - e é realmente um sucesso a atuação do Gaepe de Rondônia - se deve, como foi dito, em razão desse engajamento não só do Tribunal, mas do fato da figura do conselheiro Paulo Curi. Disse que participa das próprias reuniões, então é o peso institucional não só do Tribunal, mas do seu presidente, que tem uma história ligada à educação, enfim. Mas abstraído a pessoa, o conselheiro Paulo, todos nós conhecemos. E pra não ficar aqui tecendo loas em razão da amizade, em razão do peso da presidência em si, do apoio que isso representa para o engajamento do próprio Tribunal, que isso é um fato de êxito, assim, essencial. Inclusive nos momentos iniciais, como fizemos aqui, digamos, todo o apoio da equipe do conselheiro Paulo Curi para essa, digamos, para essa creditação, para esse envolvimento das demais instituições. Então o nosso desafio inicial foi também dizer que não se trata de mais uma instituição de controle, como disse o Paulo, né. Quer dizer, que o gestor pensa que além de prestar contas ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público “e agora se uniram e criaram mais um pra vir aqui criar algum tipo de problema”, e isso também pode nos trazer algum tipo de embaraço, na medida em que os órgãos têm que compreender também que não há motivo de limitação para o exercício de suas competências, pelo contrário, foca no que temos em comum, foca na construção e na articulação. Isso tem sido muito claro, assim também no Gaepe Brasil, onde tenho representado aí o IRB, agora a Atricon, nessa compreensão até por parte do Ministério Público, felizmente, né, por meio do CNMP e de outros órgãos ligados à infância e ao adolescente para se perceber como uma via de mão dupla. E na verdade, não tem como você limitar,

por exemplo o coordenador dizer que o promotor vai deixar de fazer isso. Mas trazer a visão de uma instituição, e levar a visão coletiva pra fora. Então eu vejo, e acho que nisso o conselheiro Paulo vai talvez concordar, uma força centrífuga muito grande, (palavra inaudível) as diferentes visões que temos. Acho que isso nos faz dar muito mais musculatura e envergadura na busca de resolução do problema. Então se nós queremos resolver problemas, eu tenho que saber a percepção do gestor, a percepção do conselho municipal, a percepção do conselho estadual, a percepção também do promotor da comarca, da Defensoria Pública. Porque nós temos aí muitos pontos de competência que são caracterizados (inaudível) e criar segurança jurídica. Como também isso já foi dito, acho que nosso principal desafio conquistar essa credibilidade e ser mais um ponto de apoio também para que os gestores possam trabalhar. Aqui também, Paulo, um movimento, assim, que nós sentimos muito forte e o apoio, sobretudo, por parte das entidades que congregam os gestores, também da Undime e também dos conselhos da Uncme, porque sentem valorizados. Eles podem trazer dúvidas, podem trazer questões, sentindo que há um lugar de discussão dos problemas reais, e não de problemas que só funcionam nos planos das leis, problemas que não ligam pra educação. Porque muitas vezes, para o Tribunal, que atua, na maioria das situações, posterior, e só constata algumas situações, desobediências, nós enfrentamos os mesmos desafios que o gestor enfrenta no dia a dia. Então, enquanto essa instituição que permite esse debate plural, sem hierarquia, juntar essas diferentes visões, ainda que cada um possa levar pra sua instituição e adotar uma visão diferente, eu acho que é, digamos assim, a grande inovação, o grande mérito aí do Gaepe. Aqui também, nós temos a peculiaridade, temos aqui o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e o TCM, no qual atuo. E aqui, na época, após o sucesso de Rondônia, o conselheiro Cezar Miola, nos induziu a fazermos aqui, assim foi feito. E foi feito relativamente uma divisão na parte prática, o conselheiro Rodrigo falou, de atribuições de apoio entre os Tribunais ainda sem envolver qualquer tipo de apoio financeiro. Então pra ser bem direto mesmo, a estrutura de apoio, por exemplo, secretaria, e tudo, originalmente foi feito pelo meu gabinete. A parte de assessoria de imprensa, de apoio, do site, hospedagem, foi o Tribunal de Contas do Estado. E sempre nesse trabalho, assim, coletivo nas funções de esforços coletivos dos dois Tribunais, pra fazer frente a essas exigências. Agora, eu

queria reforçar um ponto também, já terminando, que acho que o conselheiro Paulo disse, o trabalho do Instituto Articule, que é uma instituição que foi a verdadeira, acho que a criadora desse, digamos assim, método de resolução, não propriamente de conflitos, mas de encaminhamento de soluções articuladas, é uma participação essencial. Uma participação essencial, não só pela expertise, pelo autoconhecimento da matéria que está sendo discutido, pelos meios de buscar e chamar pra... sem impor soluções, uma sensibilidade que a gente tenta ter, e aqui também como em Rondônia, essa coordenação conjunta sempre do Tribunal com o Articule. E é por isso, conselheiro Rodrigo, também, seguindo Rondônia agora, nós estamos aqui já no TCM com um processo para ter instrumentos variáveis, penso eu, né, de algum tipo de fomento ao Instituto Articule para essa prática, com projeto específico possa, inclusive, ter produtos específicos pra tanto. Porque é algo que demanda tempo, que demanda recurso, que demanda participação de pessoas que estão aí uma vez, ou mais, duas por mês lá por horas se dedicando, enfim. Existe realmente custo e um resultado para o Tribunal. Eu penso hoje, quero deixar aqui que o nosso desafio maior, e isso eu acho que é a visão do conselheiro Rodrigo, nas conversas que nós tivemos, penso que o desafio que nós temos é pra integrar essas diversas iniciativas, o próprio Comitê Técnico e também dos Gaepes nas atuações em geral do sistema Tribunal de Contas, pra que possamos ter também uma via de mão dupla. Então nós tivemos aqui, isso não é crítica, pelo contrário, essa é uma percepção inicial voltada à possibilidade de discussão de aprimoramento. Mas nós tivemos uma série de projetos e temas que são realizados pelo Comitê Técnico, que penso, podem ser levados também, no mesmo contexto, para o próprio Gaepe, para que as instituições participem, por exemplo, dessas pesquisas. Nós discutimos Busca Ativa aqui no Comitê, discutimos no Gaepe. Nós discutimos qualificação no Comitê, discutimos no Gaepe. Então muitas vezes nós temos discussões, projetos, esforços, que são as vezes duplicados. Então que não se aproveita hoje desse cenário que foi colocado aqui lá em Rondônia, por exemplo. Então acho que ter educação no centro, como essa categoria que vai unir esses diferentes projetos, é uma via de mão dupla, é o que tenho sentido mais falta. E o conselheiro Rodrigo falou que se preocupa no tocante a essa comunicação entre os dados, entre as informações produzidas. Pra que isso possa gerar produtos de controle externo. Eu digo os produtos de

controle externo tradicionais de fiscalização. Esse que o conselheiro Paulo narrou, pra mim, é um controle externo, né, é monitoramento de políticas públicas, é acompanhamento, é orientação de gestor público, é indução ao planejamento, isso é o controle externo sem sombra de dúvidas. Mas eu penso que também para monitorar, pra utilizar os instrumentos tradicionais de fiscalização, o controle externo, eu sinto que temos que nos preparar pra isso também, também de forma articulada. Mas a experiência, ainda mais incipiente, mas que acolhe toda essa experiência, sobretudo de Rondônia que vai tentando se profissionalizar também, mas que tem aqui todo o nosso apoio, todo o nosso entusiasmo, bem pautado o debate também aqui na imprensa local, tem recebido apoio. E no Gaepe Brasil, com liberdade de falar, também a caba dia mais visível a satisfação de todos desse fórum. E a formalização jurídica, finalizando agora de verdade, no Gaepe Brasil, né, envolvendo as instituições nível federal e nacional, nós tínhamos a dúvida de como fazer isso, então a ideia era fazer o pacto, o pacto pela educação. Que na verdade o pacto se resume à... As instituições se comprometem a participar do Gaepe, quer dizer a participar desse fórum de discussões com esses objetivos que nós estamos travando pra ter algo institucionalizado. Porque nós pensamos um convênio com esse tanto de entidade, em termos de comparação, vai demorar um ano até que todos internalizassem aí, os procedimentos são muito burocráticos, sobretudo Judiciário como Ministério Público. É uma saída encontrada por essa pra institucionalizar. Aqui em Goiás, não foi propriamente institucionalizada, nós fizemos só uma ata de instalação, mas é um foro informal, sem a existência jurídica, mas tem funcionado bem. Mas é isso, caro conselheiro Rodrigo, era só um testemunho que eu queria dar. E ficar à disposição dos colegas aqui pra qualquer questão. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Estou passando a palavra pra Naluh logo em seguida. É importante trazer a informações todas porque vocês estão aí virtualmente, mas aqui começam as conversas, né, “Ah, é importante ter no meu Estado, eu quero ter no meu Estado”. Então, essas informações, conselheiro Paulo, conselheiro Fabrício, estão ajudando muito aqui na reflexão e na compreensão. Conselheira Naluh, tem a palavra.

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Boa tarde pra todos! Eu queria tirar uma dúvida, Paulo. Depois da discussão como é que sai do grupo, é em forma de alerta, é em forma de recomendação? O que que é, o que que fica? Eu não entendi bem.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Naluh, ainda bem que você me fez essa pergunta, porque eu deixei de registrar esse ponto que é realmente relevante. Mas eu não posso deixar de cumprimentar o amigo Fabrício, pela exposição que lançou luzes veemente aí, tornando bastante claro quais as utilidades desse gabinete; uma fundamentação aí teórica bastante consistente. Eu também concordo, Fabrício, isso é polêmico, até certo ponto, mas isso é controle externo na veia, embora não tradicional. Mas embora não tenhamos aqui um ato de criação do Gaepe, uma norma que o valha, todas as reuniões são gravadas, e a ata de cada reunião. Toda vez que o grupo entende que há necessidade de emitir algum tipo de manifestação, a gente faz isso por meio de notas técnicas. E aí, por ofício, todos os integrantes do grupo assinam a nota técnica e assinam o ofício de encaminhamento das notas técnicas à gestão. Isso fica, inclusive, disponível no site do Tribunal de Contas. E as secretárias, o que é bastante interessante, elas colocam isso debaixo do braço, levam pra dentro do município, inclusive pra espalmar a nota técnica pra assegurar os recursos necessários do município pra executar aquilo que tá preconizado na nota técnica. O resultado é bem interessante.

O SR. CONSELHEIRO FABRÍCIO MOTA (TCE-GO) – Um aparte bem rapidamente, só pra complementar o que Paulo disse. Aqui nós temos assim... desse Gaepe Brasil, recomendações (inaudível) vacinação, por exemplo, transporte coletivo; e notas técnicas, quando não há recomendação, mas é firmado algum posicionamento a respeito de alguma questão. E eventualmente até algum tipo de manifestação pública mesmo. E aqui também subverter, também como disse o Paulo, muitas vezes, os gestores querem ter esse reforço de todos, quer levar pro prefeito, “Oh, o Gaepe, todas das entidades do controle aqui disseram que tem que fazer isso”, então dá um reforço muito grande. Sente que tem essa mesma percepção realmente.

A SR.^a CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) – Boa tarde a todos! É sempre uma alegria estar aqui, né, gente? Conhecendo um

“pouquinho” mais de cada um, como trabalha as boas práticas. Quero parabenizar o Curi, o Fabrício, assim, o trabalho realizado, é sempre bom esse trabalho de orientação e indução de políticas públicas. Mas assim, eu vou fazer umas perguntas no mesmo sentido da conselheira Naluh, na prática mesmo, eu queria saber como que acontece. Porque são reuniões que têm notas técnicas; que tem uma arbitragem, né, de modo geral, uma mediação pelo Instituto Articule. Essas orientações não são cumpridas, o que é feito disso? E outra questão também, como é que fica a relatoria dos processos? Por exemplo, aqui no Tribunal nós fazemos auditorias operacionais durante o exercício, quadrimestrais durante o exercício. E cada conselheiro recebe do seu município o que foi apontado. E o conselheiro notifica aquele prefeito, aquele secretário, durante o exercício para aquilo seja corrigido. A gente faz três auditorias durante o exercício, com prazo pra ser corrigido. E como é que fica essa arbitragem e a relatoria dos processos? Todos os conselheiros participam dos seus processos que são distribuídos aleatoriamente? Eu queria saber um pouco da prática. Desculpa aí.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Perfeito, conselheira Cristiana! Ótimo! E isso mesmo que a gente deseja. Imagino que o Paulo e o Fabrício queiram exatamente isso também. O Fabrício levantou a mão, não sei se é ele que começa respondendo. Porque penso que é pra responder. Fique à vontade, Fabrício.

O SR. CONSELHEIRO FABRÍCIO MOTA (TCM-GO) – Na verdade, vou dar minha visão pessoal também, Cristiana. Assim, muitas das atuações aqui não viram processo do próprio Tribunal. Se exaure no próprio Gaepe. Esse é um receio particular que eu tenho, de que se tudo virar um processo de fiscalização, a gente acabaria com o Gaepe enquanto a essa instância de tentar articulação, composição, porque o Tribunal teria esse perfil mais coercitivo, mais tradicional. O que é claro, não inibe de eventuais situações de ilegalidade, enfim, de outras questões que eventualmente sejam aí tampadas enquanto processo de fiscalização de acordo com a processualística de cada Tribunal. Quando a gente tem problema que vem na prática mesmo, algum problema que aí necessita de uma ação mais enérgica, por exemplo, nós temos um problema aqui do transporte escolar, o qual os municípios, o retorno às aulas presenciais,

passaram por momentos bem diferentes. O Estado voltou e alguns municípios não. E aos municípios que recebiam parcela do Estado com o transporte escolar, mas não tinham voltado às aulas presenciais, não estavam transportando as crianças pra uma escola estadual, né. Aí a ação coletiva foi mais ou menos assim, a Undime fez monitoramento com todos os prefeitos e secretários, passou o relatório do Gaepe pra todo mundo saber. Nós expedimos uma recomendação geral, dizendo e com base técnica porque estava obrigatória a fornecer. Os que não forneceram, aí surgiu aviso de atuação. Qual foi a saída mais rápida? Aí o Ministério Público de Contas juntamente com o Ministério Público aqui, a coordenação de apoio, né, do Ministério Público Estadual, elaborou uma recomendação. Aí sim já com prazo sob pena de tornar ação cabível. Aí sim já foram as instituições assim, vamos dizer, no uso das próprias atribuições. O Ministério Público, o Tribunal, e não o Gaepe que tomaram essas providências. Muitas vezes se utilizando disso do Gaepe, né. A gente tá agora aqui também com a questão da aplicação dos recursos na educação. O conselheiro Rodrigo está com uma atuação interessante aí com o TAG, mas esse é um receio pessoal da gente entender essa lógica do funcionando. No começo foi até engraçado, Paulo, o pessoal do Ministério Público já chegava “vamos requisitar a informação”. E a gente falava, “Oh, aqui a gente não pode requisitar nada. Se a gente precisar requisitar alguma coisa aqui, o negócio não funciona”. Então cada instituição ela requisita e traz pra todo mundo. O Gaepe não pode requisitar nada. A ideia é tentar construir alguns consensos. E aí quando a instituição chegar ...enfim, né, vai pro Ministério Público ou pro MPC. Aí, finalizando, já no âmbito do próprio Tribunal, aqui por exemplo, no TCM, nós não temos unidade ainda, relatoria especializada em educação. A ideia é criar, né, é por município. Então as questões que geram processo de fiscalização, fica na relatoria aí de cada conselheiro aí, por município, no nosso caso, em razão da nossa divisão de competência.

A SRª CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) –

Desculpa! É interessante isso, porque é totalmente diferente do que a gente trabalha aqui. Porque como cada conselheiro é relator de um processo. Aqui são 644 municípios, cada conselheiro tem cento e poucos municípios, e tem as informações do seu município. O que vocês estão propondo nesse sistema, o

que vocês estão fazendo é tipo um TAG, do Ministério Público de Contas com o Ministério Público Estadual para que...a situação não está ok, o município se adequa à situação. De modo geral, eu acho que tira um pouco também o voto da análise do conselheiro. Porque a partir do momento quando o conselheiro vai analisar o processo, tem lá “fiz um acordo com o Ministério Público que isso vai ser corrigido”. Porque no dia a dia quando a gente vê, quando todos esses processos são encaminhados pros conselheiros, a gente notifica a parte, procura fazer. E eu, particularmente, já votei contra processos que, por exemplo, esqueci o município, Ilhabela, gastou muito mais que 25% na educação. Mas a gente apontou durante o exercício várias irregularidades, eles não corrigiram, e o parecer foi desfavorável. Entendeu? Então é uma outra sistemática que a gente tem aqui. Então tô tentando encaixar a sistemática dentro do nosso... E a partir do momento que faz esse grupo temático, esse grupo temático fica responsável por toda a parte de educação com os conselheiros relatores dos processos ficariam sem poder analisar nesse momento essa parte educação, de um modo geral, a parte operacional.

O SR. CONSELHEIRO FABRÍCIO MOTA (TCM-GO) – Conselheira, só a última parte, para o conselheiro Paulo falar. Mas esse exemplo do TAG é mais do conselheiro Rodrigo. Mas aqui na nossa experiência, 90% das questões do Gaepe não viram processo no Tribunal. Por exemplo, nós estamos intensificando que isso entende por transporte escolar, porque tem que vacinar professores, e tal, não dizem respeito a essas competências específicas. Talvez a questão que debatemos, que o pessoal de Rondônia resolveu, é por exemplo, quem representa o Gaepe, conselheiros, outros...? Mas não é algo que (inaudível)

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Eu não vou complementar não, porque o Fabrício foi muito feliz. Mas pra falar um pouco da experiência de Rondônia. Conselheira Cristiana, na verdade, a gente não pode querer encaixar no Gaepe qualquer solução tradicional de controle externo. É uma atuação de controle externo, mas absolutamente inovadora. O que se faz no Gaepe é discutir as questões estruturais da educação pra tentar identificar com a colaboração de todas essas instituições alternativas pra resolver o problema. É raro que dessas discussões decorram processo de controle externo, mas eventualmente isso acontece. Vou citar um exemplo aqui em que um município

muito pequeno, acho que tinha duas, três escolas, e uma dessas escolas estava passando por uma reforma que se arrastava há mais de ano. E a partir dessa discussão, a gente teve também notícia de uma outra escola, esta do Estado, num município menor ainda, num município fora do eixo da BR, que também passava pelo mesmo problema. O que nós fizemos? Dali nós entendemos que estaríamos numa ação de controle tradicional. Isso gerou um processo, uma equipe foi designada, fez a visita aos municípios, e endereçou o problema tradicionalmente com o relator definido. Mas não tomamos nenhuma decisão no âmbito Gaepe que usurpasse a competência do relator. A partir dessa fiscalização que houve, que nasceu a partir de uma informação que apareceu na reunião do Gaepe e nós geramos uma ação tradicional de controle. Mas de forma geral as questões são resolvidas de forma cooperada. Então a Undime assume, o AROM assume a atribuição de fazer determinados levantamentos. Por exemplo, existe demanda por creche aqui no Estado de Rondônia? Nós fizemos um questionamento junto aos municípios. E quem buscou essas informações com mais detalhe foi a Undime. E trouxe pra nós. E nós estamos discutindo ordenação pra fila de creche. Houve uma nota técnica pra ordenar fila de creche. Em algum momento... Aí nós pensamos que estamos debatendo no âmbito do Gaepe uma série de medidas pra ampliar as vagas para as creches, porque Rondônia tem uma das piores taxas na educação infantil do Brasil. Aí precisamos de uma solução mais tradicional, uma auditoria operacional com uma equipe que ouviu especialistas, que vai entregar o relatório técnico com referencial mínimo de qualidade que essas creches devem ter. E vai pro relator, e isso vai ser decidido colegiadamente, mas ninguém avançou na competência do relator. O fato é que a grande maioria das questões relacionadas à educação se resolve básica e puramente com diálogo, com a cooperação. Entendeu? Por exemplo, o que precisa ser feito pra recuperar o espaço perdido, a aprendizagem perdida em decorrência da suspensão das atividades presenciais? São condicionados especialistas e gestores que vem adotando medidas de sucesso pra compartilhar sua experiência, sua percepção com todos os gestores. E a partir disso, os municípios começam voluntariamente a implementar essas ações. É claro que nós temos outras ações, nós, o MP do Estado também, que vão corroborar essas percepções do Gaepe, que vão intensificar isso, que vão cooperar até mais intensamente com a gestão. Às vezes via fiscalização, às

vezes via Escola de Contas, enfim, as alternativas são variadas. Mas repito, em Goiás, de regra, aquilo que a gente delibera no Gaepe não vira processo de controle, e também não usurpa competência de ninguém. E aqui em Rondônia se entendeu que eu deveria participar das reuniões, porque o relator declinou, mas convidei também o relator da SEDU, não de todos os municípios, que seria inviável, pra participar. Ele tem um representante lá. Mas disse que se sentia representado por mim. Como eu carrego esse peso da instituição, e isso tem um efeito muito positivo pra trazer todo mundo pras reuniões, eu achei que tava bem assim. E as coisas estão funcionando, como destacou Fabrício. Tem que olhar pra esse ambiente de uma forma totalmente diferente, talvez até inesperada, segundo o que vocês vem fazendo historicamente em São Paulo. É realmente uma inovação.

A SRª CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) – É porque de um modo geral a gente... Nos nossos relatórios de prefeituras, a parte de educação é muito englobada. Temos muitas informações sobre educação nesses relatórios. Então tem que pensar uma sistemática diferente. Obrigada!

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Mas aí, Cristiana, veja uma coisa. Nessas reuniões, a gente percebe muito a realidade das deficiências dos municípios. Isso pode ser insumos pra reorientar o planejamento operacionais de vocês. Não tendo auditores especialistas na área, participando das reuniões desse gabinete, isso deve ter interferência no planejamento das auditorias. Elas podem focar aspectos que às vezes estavam passando despercebidos.

A SRª CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) – Aham. Ok!

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Pergunto se as dúvidas estão retiradas. Eu acho que a gente tem assunto ainda. Meu sentimento é de que a gente não esgotou o assunto. Mas a gente já agradece, Paulo, Fabrício, pelas contribuições. Essa é uma questão que ainda vai voltar para as pautas futuras nossas no Comitê. A gente vai voltar a discutir. Eu conversei com Alessandra semana passada, e pedi a ela um orçamento, pra caso eu quisesse fazer um Gaepe Espírito Santo. Então, de posse desse orçamento, eu vou compartilhar aqui, em uma reunião como esta, pra que os

Tribunais tenham noção do que nós estamos falando claramente. Aí possam tomar decisões, e nós possamos inclusive de repente, em algum momento estabelecer alguma meta, ou enfim, incentivar apenas, enfim. A contribuição que vocês trazem para o conhecimento do conjunto dos Tribunais aqui, representados no Comitê Técnico é extremamente importante. Eu fico aqui agradecido. E com esse encaminhamento pra fazer, pra gente finalizar. Porque eu entendo que as outras informações todas foram amplamente partilhadas, dúvidas tiradas pelo conselheiro Paulo e pelo conselheiro Fabrício. Ok? Conselheira Susana quer lhe parabenizar, Paulo.

A SR.^a CONSELHEIRA SUSANA MARIA FONTES DE AZEVEDO FREITAS (TCE-SE) – Paulo, eu gostaria de parabenizar o seu trabalho! O grupo que você criou dentro do Tribunal de Contas, nós temos um parecido, similar, que é o Pacto da Educação, onde são vários atores também envolvidos. Mas nós não temos ainda essa formalidade que você deu, de sair com notas técnicas, de ter uma resolução com os membros. Então eu gostaria que você compartilhasse para que outros Tribunais pudessem também realizar dessa forma. Porque lá nós conseguimos, vários aspectos já conseguimos junto ao Pacto. Conseguimos a Lei do ICMS Social, conseguimos a Lei da Avaliação Anual do Aluno, o nosso IDEB Estadual, conseguimos vários cursos através da Nossa Escola para contemplar os dirigentes dos Conselhos Municipais da Uncme. Também conseguimos a nova Lei do Fundeb, muitos secretários municipais não tinham conhecimento de como agir. Nós conseguimos também cursos através da nossa Escola de Contas pra que pudessem ser realizados vários cursos para treinamento do nosso pessoal que trabalha com educação. Então assim, eu acho que o seu modelo está bem profissional, ele está bem formal. E eu acho que nós precisamos disso, desse comprometimento, dessas assinaturas após uma reunião, que todos saiam dali comprometidos. Lá nós temos também, eu não sei se na sua estrutura, você tem a Fames, que é a Federação dos Municípios. Nós temos também lá participando, à frente dos municípios, além da Undime, além da Uncme, além do secretário de estado da educação, além do Ministério Público Federal, do Ministério Público Estadual, nós temos também a Federação dos Municípios Sergipanos, também fazem parte do Pacto. E eu acho, estava dizendo aqui a Rodrigo, que temos que ter um nome nacional pra esses grupos

de trabalho na educação nos Tribunais. Tanto que lá nós denominamos Pacto para a Educação. Eu acho que realmente, já que nós temos um organismo nacional, que é o Gaepe, acho que teria que ser realmente, eu já vou pensar, agora já vou reunir no Pacto pra mudar o nome pra o Gaepe Sergipano. Porque nós temos o Gaepe nacional, que até Terrão e Fabrício fazem parte, né; eu suplente do Gaepe. Então com certeza, eu acho que cada Estado deve ter o seu Gaepe. E já que lá nós temos um trabalho parecido, agora eu quero as formalidades que Paulo deu. Que eu achei que realmente teve muita efetividade, criou-se um movimento muito bom, principalmente na pandemia. Nós trabalhamos muito na pandemia lá atrás, reabrir as escolas. Não conseguimos o sucesso que Paulo teve. Mas conseguimos alguns avanços, principalmente na área de tecnologia, colocando rádios comunitárias, rádios, as televisões, que criaram canais pra poder transmitir as aulas. Mas com certeza só quero parabenizar Paulo, porque o trabalho foi realmente exitoso. Parabéns! E que você convide a gente pra poder comer aquele peixe, aí em Porto Velho.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Amigos, eu estou então preocupado com o horário. Queria propor a gente fazer a aprovação do Regimento Interno, inicialmente. Conversei aqui com Gerson Sicca. E depois disso a gente avança pros outros pontos da pauta, porque entendo que a gente consegue dar conta com mais velocidade. Pra tanto, queria perguntar a vocês, todos tiveram acesso à Proposta de Regimento, que nós compartilhamos? Tiveram condições de analisar? Pra nos ajudar aqui, vou repetir o que já disse pela manhã. A nossa ideia, neste momento, ela está baseada no seguinte. Ao assumir essa missão desafiadora, que é conduzir um Comitê com tamanha qualidade, me deparei com a ausência de alguns normativos que achava importante pra que nós pudéssemos emitir opinamento por parte do Comitê Técnico. Então, inicialmente nos chegou um questionamento, que foi até de uma servidora aqui, que eu tive contato com ela ontem, Aline. Perguntando acerca do posicionamento do Comitê em relação à utilização do piso nacional do magistério. E aí o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o conselheiro Cláudio Terrão, chegou a compartilhar no grupo, conosco, uma posição parecer consulta do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais afirmando que o Estado, nesse parecer consulta, afirma que o

pagamento do piso dever ser garantido, não sei em que bases, porque eu não li o parecer consulta inteiro, e independente da observância da Lei de Responsabilidade Fiscal. E eu já percebi que nem todos os colegas concordam com esse posicionamento. E aí a gente poderia estabelecer um debate sobre isso no âmbito do Comitê. Mas de que forma? Como é que eu oriento? Eu tenho autoridade pra fazer uma nota dando uma determinação, ou dando uma orientação? Eu não sinto assim. E é nesse ambiente, é com essa constatação, que a gente propõe um pequeno Regimento Interno, bem pequeno mesmo. Veja, nós não tratamos aqui da normatização das nossas peças. A gente não fala o que vai ser uma nota técnica, o que vai ser uma resolução, o que vai ser...Que naturalmente viria no Regimento Interno. A gente não atribui uma série de responsabilidades que viriam no Regimento Interno. Porque nós entendemos que isso possa ser uma tarefa para o Instituto Rui Barbosa no futuro. A nossa missão aqui é tentar tratar, de maneira enxuta e rápida, algumas questões que são afeitas ao Comitê, pra que a gente impessoalize e crie procedimentos. E, a partir daí, também, induza ao Instituto a criação de um Regimento Interno do Instituto Rui Barbosa. Que passe a congregar e valer pra todos os comitês técnicos do Instituto. Então pergunto a todos se conseguiram fazer uma leitura desse brevíssimo, curtíssimo Regimento, se desejam fazer algum destaque, alguma contribuição, alguma alteração. Pra fazer justiça aqui, o conselheiro Fabrício Mota, que não está presente conosco neste momento, ele apresentou uma proposta de nós incluímos o inciso VI no art. 2º, dizendo o seguinte, “Firmar ajustes de cooperação técnica, acadêmica e operacional com órgãos e entidades públicas, integrantes da sociedade civil, para a realização dos objetivos constantes desse artigo. Para efeito do disposto no art. 2º, inciso VI, os ajustes que envolvam repasses ou recebimento de recursos deverão ser formalizados pelo Instituto Rui Barbosa com interveniência do Comitê Técnico”. Esse é o tipo de inciso que eu me sentiria mais à vontade se tivesse um Regimento do Instituto Rui Barbosa, e isso alcançasse todos os comitês técnicos. Então assim, tudo o que entendo que seria bom que tivesse no nosso, se tivesse nos outros, eu acredito que nós não deveríamos adicionar. Então eu estou trazendo aqui pra dar transparência à inclusão do colega, que é extremamente valiosa a contribuição. Mas gostaria então, já que não há contribuições outras dos presentes, de aprovar aqui essa Proposta de

Regimento Interno, conforme foi distribuída. O conselheiro Gerson Sicca está pedindo a palavra. Não é relacionado a isso não? Por favor! Coloca aí os pontos do Regimento, de repente altera a nossa posição aqui.

O SR. CONSELHEIRO GERSON DOS SANTOS SICCA (TCE-SC) – Obrigado, Rodrigo! Eu anotei algumas coisas aqui, quando eu li. Primeiro, não seria interessante ter uma possibilidade de decisões *ad referendum* do presidente? Porque há situações, nós vimos na pandemia que haviam muitos casos urgentes, aconteciam, que exigiam manifestação rápida. Então eventualmente pode acontecer onde o presidente possa, consultando no grupo de Whatsapp mesmo, “Olha, há uma questão urgente”, havendo um “ok” informal ali, ele poderia, em situações excepcionais, tomar uma decisão *ad referendum*. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, será que não seria interessante em vez de reuniões mensais, fazer reuniões bimestrais? Porque eu estou pensando o seguinte, com a tendência de ter essa estruturação do trabalho, é possível que eventualmente vão ser montados subgrupos, por exemplo, pra discutir uma matéria. E esses subgrupos vão acabar exigindo um tempo de maturação. Então o bimestral pode ser interessante porque dá a chance desses trabalhos ocorrerem, e o Comitê se reúne bimestralmente pra decidir. Os outros dois pontos, eu acho que, na verdade, eles estão incluídos.

A SR^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Um breve aparte. Considerando o tema que você inseriu a respeito das reuniões bimestrais, só pra revelar a minha concordância em relação às reuniões bimestrais, e isso aqui está no art. 9º. Seriam nas últimas quarta e quintas-feiras. Se vocês concordarem, seria nos dois dias ou em um ou em outro dia. Ah, entendi. Um dos titulares e outro dos técnicos. Tudo bem! Esclarecido! Obrigada!

O SR. CONSELHEIRO GERSON DOS SANTOS SICCA (TCE-SC) – Os outros dois pontos, não sei se é interessante colocar ali no art. 2º, a representação em fóruns externos, a atuação junto a fóruns externos. Eu não sei se é importante colocar o inciso específico. Estou pensando o próprio Gaepe Brasil, numa atuação do Comitê Técnico de Educação é um fórum externo. E um outro, considerando observações do conselheiro Cláudio, e de todo aquele trabalho de acompanhamento de jurisprudência, nós precisaríamos colocar um inciso quanto

a isso, acompanhar jurisprudência dos Tribunais, ou de qualquer forma isso está contemplado no genérico que já foi colocado, né. Seriam só essas observações.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Bom! Vamos lá! Vou tentar responder aqui as questões todas do Gerson e, obviamente, fica a nossa deliberação. A gente pode fazer uma inclusão de *ad referendum*, não via necessidade porque hoje nas questões mais urgentes isso já acontece naturalmente, já é o *modus*. Mas eu acho que é importante a gente trazer. Eu vou incluir aqui um artigo sobre isso, se todos concordarem com a inclusão desse artigo. Em relação às reuniões bimestrais, como nós estamos falando em dar orientações, e essas orientações geralmente elas têm um nível de urgência. Por exemplo, piso nacional do magistério. A gente recebe, até que alguém apresente uma formulação, até que alguém diverge, se nós tivermos reuniões bimestrais, isso pode ficar muito distante. Porque a gente pensa em fazer essas deliberações em reuniões ordinárias, que não vão ter o dia inteiro, como essa nossa. Vai virar uma lógica mais de sessão, e elas serão virtuais, elas não serão presenciais. Esta era importante ser presencial porque era a primeira. Nós precisávamos conversar um pouco mais, mas para as questões que deliberam orientações, eu entendo que a gente possa fazer virtualmente. Então com aquiescência dos colegas, eu gostaria de manter as mensais. E a gente cria também um certo hábito, porque a gente sabe o quanto é difícil. Por que a última quarta-feira? Porque você vai sempre lembrar que na última quarta-feira, como é o Gaepe na última segunda. O Gaepe Brasil é na última segunda-feira do mês. Então nesse sentido. Os outros dois pontos que foram incluídos, de participação em fórum, eu acho que o IRB precisava. A mesma lógica da pauta do conselheiro Fabrício. Porque aí não é o Comitê em si, é o Instituto que precisa ter uma ação deliberativa em relação a essa participação. Esse Regimento aqui eu vou apresenta-lo por conselheiro Edilberto aprovado, porque o conselheiro Edilberto já viu. Eu vou apresentar pro conselheiro Edilberto dizendo assim, “Agora nós precisamos fazer o do IRB, né, presidente?” É assim que eu vou apresentar pra ele. Porque eu entendo que é essa indução que é necessária. Então peço aí, como proposta, se o Gerson concordar, senão a gente coloca integralmente como ele está dizendo aqui. A gente incluir o artigo *ad referendum* das decisões *ad referendum* em casos excepcionais. E manter

os outros pontos como estão estabelecidos. E fazer uma redação que esclareça a questão levantada pela conselheira Carolina, de que as reuniões do Comitê seja a última quarta-feira. Porque a comissão que reúne os técnicos, como nós estamos aqui com a previsão de criação de comissões, a gente vai fazer aquela instância se tornar uma comissão geral de servidores técnicos dos Tribunais. E aí a gente toca dessa forma, caso tenha concordância. Conselheira Carolina.

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Obrigada, Rodrigo! A título de sugestão e até pecando um pouco pelo preciosismo, no art. 10, pra fins de ponderação sobre as questões presenciais ou telepresenciais, vamos incluir também a questão dos custos envolvidos, porque temos a questão da segurança, da celeridade, da dinâmica, a gente pode também estipular na preocupação também no...

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Claro! Custos, ok!

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Afinal de contas...

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Tem custo. E é grande. E eu já quero, mais uma vez, em toda oportunidade agradecer ao Tribunal de Contas aqui da Bahia, tanto do Estado quanto dos Municípios, na pessoa da conselheira Carolina, que foi solícita desde o primeiro contato. O que eles estão fazendo com a gente aqui é um mimo, viu, gente? Vocês que estão virtualmente, a gente está recebendo um mimo carinhoso aqui na Bahia. E a gente é muito grato por todo esse carinho, que não passa despercebido. Além da gente perceber, agradecer, carrega com a gente no coração e na memória.

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Vou te dizer que pra nós é um imenso prazer. Realmente é uma alegria muito grande recebe-los. E sempre que quiser, estaremos aqui aguardando vocês, como também os outros conselheiros que desejem em outras atividades. Acreditamos, sinceramente, que essa troca de ideias, essa interlocução mais próxima, é o caminho mais curto pra nossa evolução enquanto Órgão de Controle Externo.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Obrigado, Carolina! Então a gente inclui custos no art. 10. Podemos aprovar assim então? A inclusão do artigo *ad referendum* a gente encaminha posteriormente. Então, aprovado por unanimidade. Quase que por aclamação. Então a gente passa. Eu vou, então nesse primeiro momento, a gente tem uma demanda, eu já falei aqui. Eu brinquei com o conselheiro Terrão, mas achava extremamente oportuno que ele apresentasse a primeira proposta de decisão, só que ele não está aqui. Eu não sei se... Eu tento conversar com ele posteriormente.

A SR.ª CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Conselheiro, eu não sei a minha foi antes ou a dele. Mas a do Acre também já tem.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Então, conselheira Naluh, a senhora está relatora. Nós vamos passar o questionamento. Então já era! Você está intimada agora! A gente vai lhe passar um questionamento. E aqui a gente está prevendo o compartilhamento da decisão com um prazo prévio. E a gente não tem ainda o estabelecimento de um mecanismo eletrônico de disponibilização. Então a gente vai começar compartilhando no nosso grupo de Whatsapp pra manter no site do Instituto. Mas então assim, vamos designar a primeira relatora da primeira questão, conselheira Naluh. Sem nenhuma pressão, todos nós aqui que estamos lhe conferindo essa relatoria. A senhora concorda?

A SR.ª CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Olha! Eu só quero dizer que eu fui, o Paulo sabe disso, eu fui presidente do Sindicato da Educação. Então eu quero dizer pra vocês que isso me é muito caro, muito querido. E como eu tenho um problema aqui, grande, com o povo do direito, porque o povo do direito pra encontrar coisa pra prejudicar trabalhador, ele é bom, mas pra ajudar, “Ave Maria!”, é difícil demais. Então eu já quero dizer, mas eu aceito!

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Muito bem! É importante demais pra nós, conselheira Naluh, que a gente consiga fazer neste fórum um lugar de apresentação de opiniões diferentes,

respeitosas e generosas que seja capaz de orientar o conjunto ao final. Porque quando a gente diverge, respeitosa e carinhosamente, a gente cresce muito, né. Então pra nós vai ser uma honra iniciar...

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – A consulta do Acre, conselheiro foram quatro questões. Mas essas que vocês estão colocando é só sobre a questão da Lei de Responsabilidade e o piso?

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – É só do piso que foi consultado pra gente.

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Obrigada! Perfeito!

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Nós vamos formular a pergunta, transformar um pouco porque foi só uma consideração, foi um texto que a Aline nos encaminhou, e a gente encaminha pra você no e-mail. Aí, você desenvolve e a gente começa a utilizar os mecanismos aqui. Pode ser? Então distribuída a primeira solicitação. Eu vou, pra continuar a pauta aqui de deliberação, ao final, depois eu passo a palavra pro Gerson, porque nós temos Sined este ano em Santa Catarina, que é o Simpósio Nacional de Educação, grande encontro, e o Gerson vai falar um “pouquinho”. Nós temos até uma reunião depois dessa aqui, com Santa Catarina, pra conversar algumas pendências que ficaram. Mas colocar aqui essa questão que é a necessidade de infraestrutura tecnológica do Comitê. Eu comecei a falar mais cedo. Cheguei a comentar que a conselheira Cristiana, quando estive em São Paulo sobre isso. A nossa dificuldade dos nossos Tribunais é muito grande na adaptação de sistemas que permitam que o IRB tenha um acompanhamento de processos. Eu fiz essa verificação em São Paulo. Nós estamos com um problema lá de técnicos. Eu fiz a verificação no Espírito Santo. Estamos com problema de técnicos pra adaptar. Mas queria deixar isso no nosso horizonte, no horizonte de vocês. Se tiver alguém, algum Tribunal que tenha condições de adaptar um sistema, mesmo que seja mais simples. Todos nós temos um e-TCE, todos nós temos um sistema de processo eletrônico. Se algum de nós tiver condição de adaptar um para o IRB, pra que nós possamos utilizar como instrumento pro nosso acompanhamento de processos, uma vez que vamos

utilizar isso de maneira mais efetiva, a gente agradece e fica aqui como um apelo, um pedido. Que é conhecido também esse pedido do conselheiro Edilberto dada a nossa necessidade. Então vou deixar o pedido aqui pra todos vocês. A última coisa que eu queria tratar neste momento de debate aqui, que também fica aberto pra vocês comunicarem, falarem, é em relação às bases de parceria com o terceiro setor. Eu estava dizendo mais cedo que nós fizemos muitas fiscalizações, levantamos dados relacionados a uma série de informações relativas à educação. Esses dados são disponibilizados em parceria com o terceiro setor em plataformas deles, e isso não é creditado a nenhum de nós. Não é creditado aos Tribunais. Então nós estamos aqui no Comitê, na minha percepção, abertas a parcerias com o terceiro setor. Mas nesse sentido de fiscalização, os dados precisam nos pertencer. Isso é a condicionante que eu queria trazer aqui. Nós falamos de dados hoje, durante todo o dia. E a gente não pode abrir mão de ser o proprietário dos dados que nós geramos. Porque se nós vamos atrás dos dados... Que a parceria acontece assim, o terceiro setor vem e diz pra gente, “Oh, nós precisamos dessa informação, porque essa informação é importante pra isso, pra isso, e pra aquilo”. E aí ele fica com o dado, e a gente não se utiliza, não tem o crédito. Ele pode usar o dado. Mas a fonte tem que ser os Tribunais de Contas. Então é nessa base que eu entendo que nós precisamos trabalhar. E é essa informação que eu queria compartilhar aqui porque sendo assim deliberado, concordado com todos, com a concordância de todos, qualquer parceria, qualquer solicitação que vier do terceiro setor, eu já informo que as bases são essas. Tudo bem? Então eu vou passar a palavra agora pro nosso querido Gerson Sicca, que ele vai dar informes do Sined, e nós já vamos encaminhando para o final da nossa reunião.

O SR. CONSELHEIRO GERSON DOS SANTOS SICCA (TCE-SC) – O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina recentemente colocou à disposição o Tribunal de Contas de Santa Catarina pra sediar o Sined deste ano. Com muita felicidade que nós esperamos receber a todos em Florianópolis. A data prevista é a primeira quinzena de agosto deste ano. Nós conversamos, o Tribunal de Contas, junto com o conselheiro Rodrigo e a equipe, nós fizemos uma primeira conversa. E o objetivo realmente é fazer um diálogo direto com o Comitê Técnico de Educação pra que nós possamos definir, formato, conteúdo,

o que se espera, objetivos do evento. Porque nós pensamos que o Sined é um momento de integração importante dos Tribunais de Contas e também dos Tribunais de Contas com atores externos da área da educação, como já ocorreu em outras oportunidades do evento. Nós, então, como o conselheiro Rodrigo bem falou, nós vamos agora, depois da reunião final, apresentar pra ele alguns pontos que lá a equipe do Tribunal levantou quanto à estrutura de eventos, oportunidade de capacidade, possíveis temas que podem ser tratados. Penso que esse tema, Rodrigo, vai acabar voltando nas discussões do CTE, até agosto. Mas apenas este é um breve comunicado pra que todos coloquem nas suas agendas. Esperamos receber todos, alguns dias da primeira quinzena de agosto, em Florianópolis. Vai ser um desafio muito grande. Porque todos os Sineds foram extremamente exitosos. E aqui o conselheiro Paulo teve o grande desafio de fazer um Sined virtual, né, Paulo? Que é realmente muito desafiador. Nós fizemos também eventos virtuais em Santa Catarina, e sabemos de toda a dificuldade. Foi um momento muito importante também manter o Sined, mesmo no período da pandemia. A ideia do evento é realmente fazer um evento. O conselheiro Rodrigo bem colocou isso, na nossa primeira conversa, que era importante construir um entendimento no sentido de definir uma agenda comum do controle, em diálogos com os atores da educação. E pensamos que essa realmente vai ser a linha que nós estamos pensando para o Sined. Um evento que realmente ele tenha consequências práticas depois pra efeito de alinhamento das ações de controle. E causando com tudo que vem sendo discutido na reunião de hoje, em termos de planejamento. Eu acho que tem que ficar claro que o Sined ele tem que ter um alinhamento com o Planejamento Estratégico que vai se definir, que está se definindo no âmbito do Comitê. Então seriam essas as breves considerações. Colocou também, está aberto a questionamento sobre os temas, sugestões. E estamos abertos permanentemente também a ouvir todos os membros do Comitê, os colegas, os amigos, pra que possamos realmente fazer um bom evento lá em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Amigos, então, a primeira quinzena de agosto. A gente vai definir aí a data certa. Será um evento de uma semana, provavelmente, né, Gerson? Vocês bloqueiem aí, por favor a agenda de vocês aí nessas duas, porque uma das

duas, provavelmente será. E o conselheiro Paulo Curi vai ter que entregar a faixa. Porque foi quem fez o último Sined. Então vai ter que ir lá em Santa Catarina pra passar a faixa ao conselheiro Adircélio, conselheiro Gerson Sicca. E nós esperamos todos lá em Florianópolis. Eu quero também fazer um convite. Todos nós falamos muito hoje desse trabalho que o Espírito Santo vem fazendo, que propõe a assinatura de um Termo de Ajustamento de Gestão. Nós estamos aqui com a Claudia e a Paula, que é a secretária de controle externo de políticas sociais do Tribunal. Nós falamos dessa unidade hoje. A Paula é coordenadora do Núcleo de Educação do Tribunal também. Esse trabalho foi realizado, partindo de lá, numa construção que nós fizemos, conjuntamente. E me orgulho muito disso, desse trabalho que nós fizemos. Envolverá os 79 jurisdicionados que nós temos no Executivo, que são 78 municípios, e o Governo do Estado do Espírito Santo. A partir de um trabalho que nós fizemos em dois processos em que nós fizemos fiscalizações, levantamentos, auditorias operacionais, respondendo alguns questionamentos que pra nós eram muito caros. E nesse Termo de Ajustamento de Gestão nós estamos definindo quatro coisas, especificamente, a eliminação da concorrência do ensino fundamental entre Estado e municípios nos territórios. Então a gente está designando que o ensino fundamental anos iniciais seja assumido pelos municípios do Espírito Santo que ainda restam com matrícula no Estado, já em 2023. Nós estamos falando de 18 mil matrículas aproximadamente, que o Estado deixará de ofertar e passará aos municípios. O ensino fundamental anos finais será pactuado entre Estado e município, qual o ente que dará em cada território aquela etapa do ensino. A partir daí nós temos uma segunda meta a ser cumprida aqui, que é o reordenamento das redes. Nós verificamos muitas unidades que não tem condições de ser unidade, que não atentam para o padrão mínimo de qualidade que está na Constituição, que está definido pelo Custo Aluno-Qualidade metodologicamente. Então que haja um reordenamento das redes da oferta de matrículas na educação básica, com base nesse padrão mínimo de qualidade, já que é constitucional, está estabelecido na legislação brasileira. O terceiro ponto é o estabelecimento de critérios mínimos impessoais que levem em consideração habilidades e competências para o ingresso no cargo de gestor escolar. Aqui nós verificamos que 79 % dos gestores escolares do Espírito Santo chegam ao cargo de gestor escolar por indicação; 3% por processo seletivo; 12%

por eleição. Então identificamos que o diretor da escola, o gestor escolar, ele tem impacto direto nos resultados de aprendizagem. Quando nós verificamos escolas no mesmo território da mesma rede com IDEBs tão diferentes, nós podemos verificar vários critérios que impactam no resultado da aprendizagem. Mas o gestor escolar ele tem um impacto direto e muito forte. Então é criar esse critério. E quarto e último, nós verificamos o quê? Professor geralmente tem dois vínculos. E os dois vínculos, vezes são em redes diferente, atuam em municípios diferentes. Então você tem um professor que dá aula em uma escola, num município, até meio dia, uma hora da tarde ele tem que estar em outra escola, em outro município. Esse professor almoçou que horas? Quem é que paga a gasolina dele? Em que momento ele vai fazer o planejamento? Será que ele não sai um “pouquinho” mais cedo, não chega um “pouquinho” mais tarde? Então nós estamos admitindo a criação de uma câmara de compensação pra cessão desses servidores. Pra que servidores que tenham dois vínculos efetivos possam escolher o local da atividade laboral, sem que a sua progressão na carreira, no órgão de origem seja paralisada. E assim ele possa, ao final, os municípios participantes da câmara façam uma espécie de encontro de contas, quem pagou mais, quem recebeu mais, e ali faça a compensação entre eles. Então são esses quatro pontos. Eu estou falando aqui muito rapidamente. Nós estamos desde 2019 fazendo esse trabalho. Então ele está culminando agora, passou pela pandemia. Por isso eu tenho dito tanto que a pandemia trouxe problemas, mas a pandemia escancarou problemas antigos na educação, e ficou claro pra gente isso. Ficou muito evidente. Então esses são os pontos que nós estamos colocando nesse termo. E a gente tem dito pros municípios que é importante que todo mundo assine junto, porque aí não fica apontando pro outro. Porque é igual a abono. Teve agora, recentemente, no final do ano, município que paga melhor salário, ele não deu abono porque não precisava de complemento pra chegar no 70%. Mas o que paga mal, deu abono pra completar os 70%. Aí o trabalhador que ganha melhor, ficou reclamando porque não recebeu abono, que o trabalhador que ganha pior, recebeu. Então as pessoas só veem aquilo que faltou, não viu aquilo, o porquê das coisas. E a gente precisa eliminar da educação esses pontos de disputa, de conflito, de fazer com a política seja homogênea, que todo mundo receba um salário digno, que todo mundo receba o piso na base da tabela, que as carreiras sejam valorizadas, que as

escolas tenham um padrão de qualidade, e que a gente cobre a mesma coisa de todo mundo. Então é nesse sentido. A gente vai fazer a assinatura desse TAG, se Deus quiser, aí na segunda quinzena de maio. Queríamos fazer na primeira, mas estamos com alguns problemas processuais. A gente precisa deixar contar o prazo. Então pra não correr risco de errar, será provavelmente na semana do dia 16 ao dia 20 de maio. Estou terminando de combinar com o presidente do nosso Tribunal, que é Rodrigo também, então lá gera pouca confusão, presidente e vice-presidente xará. Então, se vocês puderem reservar na agenda, puderem estar lá no Espírito Santo, entre o dia 16 e 20, a conselheira Cristiana recebe vocês lá, porque é de lá, oriunda daquele lugar maravilhoso. Então será um prazer enorme se vocês puderem estar lá conosco. Eu vou encerrar, então. Perguntar se alguém gostaria de fazer uso da palavra nesse final, considerações finais. Conselheiro Paulo.

O SR. CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Se você puder compartilhar o TAG no grupo, eu agradeço. Pode ser compartilhado conosco ou se você vai aguardar a subscrição dele. Até porque essa agenda é bastante interessante pra nós tentarmos induzirmos aqui, parte dela tá contemplada já, mas parte não. Isso pode ser objeto de discussão no Gaepe. Eu pergunto também se eu posso colocar o que a gente tiver aqui do Gaepe de Rondônia diretamente lá no grupo do CTE IRB, como as atas, notas técnicas, informativos e até um link pro processo de contratação do Articule. Tudo bem, Rodrigo? Vou usar pra isso então. E finalmente, quero convidar as conselheiras, conselheiros, que quiserem conhecer melhor o Gaepe, pra participar de pelo menos uma reunião, quem sabe algumas reuniões do Gaepe. Nós teremos a próxima reunião na sexta-feira, às 14hs, horário de Rondônia; horário de Brasília, 15 hs. Estão todos convidados. Quem tiver interesse, eu posso até colocar lá no grupo do TCE, o link pra quem quiser participar. Só peço que me avise pra eu apresenta-las lá na Reunião do Gaepe, que vocês possam fazer uso da palavra. Tá bom?

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Eu também bem rapidinho, Rodrigo. Legal! Era exatamente isso que o Paulo falou desse TAG. Porque eu, particularmente, eu acho interessante essa discussão do piso e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas mais interessante ainda, até porque pra mim, eu tô convicta que o piso é lei, tem que ser aplicado

independente de qualquer coisa. Então pra mim, isso é tranquilo. Mas o mais importante ainda é essa discussão que você colocou aí. Porque em alguns lugares, por pagar mal, a política do abono, ela deixa de ser uma coisa de uma exceção, e passa a ser regra. Isso que é perigoso. Extremamente... Deixa de ser uma excepcionalidade pra ser uma coisa de todo ano, por pura falta de uma política salarial correta e principalmente planejamento. Então eu acho que esse aí é o ponto mais importante. Então eu gostaria muito desse documento também.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – O documento já tá no grupo do CTE Conselheiros, lá, que nós criamos do Comitê. Então já está lá à disposição dos senhores e das senhoras. Conselheiro Luiz Henrique.

O SR. CONSELHEIRO LUIZ HENRIQUE LIMA (TCE-MT) – Eu tinha entendido em algum momento da apresentação que hoje seriam definidos os coordenadores regionais. E eu quero já propor, no caso da minha região, que é o Centro-Oeste, que seja o conselheiro Fabrício.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – É. Na ausência, ele não ganha direito de ...Ele não pode dizer que não. O conselheiro Luiz Henrique lembrou bem. Nós tínhamos pactuado uma definição de um articulador regional. Nós podemos sair daqui com esses articuladores definidos?

A SR.ª CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Eu proponho pro Norte, o Paulo.

O SRº CONSELHEIRO PAULO CURI (TCE-RO) – Eu ia falar que seria você, Naluh, que conhece da política pública.

A SR.ª CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Não, eu proponho você. Eu tô no outro Comitê de Gênero.

O SRº PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Paulo, tudo bem? A voz da mulher, Paulo, a gente não discute. Eu sou casado, pai de três meninas. Eu sei como é que funciona quando as mulheres querem, lá em casa. Então você acata, e está tudo certo.

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – E eu só tenho cinco netas.

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Aí, oh, pronto! Nordeste, nós temos aqui o conselheiro Rodrigo, conselheira Carolina, conselheira Susana.

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – A minha sugestão é que a titularidade da Coordenação Regional do Nordeste permaneça ou com o conselheiro Rodrigo, que tem um início na sua atuação no Comitê de Educação mais recente. Ou então com a própria conselheira Susana, que tem um histórico de articulação política que certamente vai facilitar mais.

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – O decanato? Qual a maior antiguidade aqui?

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – A gente precisa oxigenar cada mais a atuação e sempre ouvir novas ideias, não é mesmo, professor Neto? Sempre ouvir as novas ideias. Então já temos dois votos para o conselheiro Rodrigo.

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Naluh, você está acompanhando como é que a gente vai perdendo representatividade de gênero, né? Você e a conselheira Rosa, indicaram o Paulo. A Carolina e a conselheira Susana, indicaram o conselheiro Rodrigo. Aí depois, vocês vão me falar que esse Comitê Técnico de Educação é muito masculino. Oh, eu estou... só pra eu ter testemunha.

A SR.^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Você foi mordaz nesse momento. Eu sou obrigada a te dizer, viu. Você aproveitou do nosso momento de fraqueza, usando as nossas palavras, cá pra nós. Não foi justo.

A SR.^a CONSELHEIRA ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (TCE-PA) – Eu quero lhe dizer que as mulheres têm inúmeras funções, não só as profissionais. É mais difícil pra nós.

O SR.^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Eu não tenho dúvidas!

A SR^a CONSELHEIRA CAROLINA COSTA (TCE-BA) – Valeu, Rosa! Valeu!

A SR.^a CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA (TCE-AC) – Rodrigo, é melhor tu ficar calado.

O SR^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Eu não tenho dúvida nenhuma. Eu tô acostumado, Naluh. Minha vida é essa. Mas pra fazer justiça e equilibrar esse negócio, nós vamos colocar a conselheira Cristiana pro Sudeste. Olha que beleza!

A SR^a CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) – Não, não. Eu estou entrando no grupo, quem que era do sudeste antes?

O SR^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Nós precisamos de um articulador regional que ajude na mobilização. O Sudeste tá bem encaminhado. Assim, nós temos representação dos Tribunais todos. É porque a ideia da articulação regional é pra gente conseguir trazer representantes dos Tribunais que não estão representado no grupo. No nosso caso da Região Sudeste, Cristiana, nós temos representação no grupo do TCE-ES, do TCE-SP, do TCE-MG. Nós temos uma representação do TCM do Rio, que é o conselheiro Felipe Puccioni, mas o bonito tá em Cambridg. Então a gente precisa reforçar o Rio de Janeiro e conversar no TCM de São Paulo. Entendo que é uma, pra nós aqui tá mais tranquilo. E queria dividir com você essa tarefa.

A SR^a CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) – Eu gostaria que tivesse no Espírito Santo.

O SR^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Não. Mas o Espírito Santo está com você, viu, fica à vontade.

A SR^a CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES (TCE-SP) – Mas eu preferia que ficasse no Espírito Santo, Rodrigo.

O SR^o PRESIDENTE, CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO (TCE-ES) – Ok! Tá vendo como sou obediente, Naluh? Eu acho que fará falta pra Região Sudeste ter uma articuladora pra além do presidente. Mas eu não posso forçar a minha querida amiga a fazer aquilo que ela não deseja. Região Sul, nós temos aqui unanimidade dos votos, o conselheiro Gerson Sicca. É o único presente da Região Sul, então precisa nos ajudar lá. Então nós temos Região

Norte, Paulo; Região Nordeste, Rodrigo Siqueira; Região Centro-Oeste, nós vamos conversar com o conselheiro Fabrício; Região Sul, conselheiro Gerson Sicca; Região Sudeste, nós vamos conversar com o conselheiro Terrão, vamos tentar ainda fazer um movimento. Tá bom? Algo mais, gente? Posso encerrar a nossa reunião? Agradecido pela presença de todos até o final, muito obrigado pelo carinho, muito obrigado pelas contribuições. E até a próxima! Última quarta-feira, virtualmente, do mês. A gente faz em abril a nossa próxima reunião! **(final)**